UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA CAROLINA TREVISAN CAMILO FERREIRA

As elites político-administrativas à frente da educação paulista: trajetórias dos membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 1995 a 2018

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA CAROLINA TREVISAN CAMILO FERREIRA

As elites político-administrativas à frente da educação paulista: trajetórias dos membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 1995 a 2018

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Sylvia Gemignani Garcia

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F383e

FERREIRA, ANA CAROLINA TREVISAN CAMILO
As elites político-administrativas à frente da educação paulista: trajetórias dos membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 1995 a 2018 /ANA CAROLINA TREVISAN CAMILO FERREIRA ; orientadora SYLVIA GEMIGNANI GARCIA. - São Paulo, 2019.
154 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. 2. ELITES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS. 3. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. 4. CEE-SP. 5. TRAJETÓRIAS. I. GARCIA, SYLVIA GEMIGNANI, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): ANA CAROLINA TREVISAN CAMILO FERREIRA

Data da defesa: 11/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): SYLVIA GEMIGNANI GARCIA

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/12/2019

Sylvia Gemignani Garcia

Nome: FERREIRA, Ana Carolina Trevisan Camilo

Título: **As elites político-administrativas à frente da educação paulista: trajetórias dos membros do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo de 1995 a 2018.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Sylvia Gemignani Garcia

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dra.: Ana Paula Belém Hey Inst.: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra.: Lidiane Soares Rodrigues Inst.: Universidade Federal de São Carlos

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra.: Maria Caramez Carlotto Inst.: Universidade Federal do ABC

Julgamento: _____ Assinatura: _____

"... quanto mais avanço em meu trabalho sobre o Estado, mais me convenço de que, se temos uma dificuldade especial em pensar esse objeto, é porque ele é — e peso minhas palavras — quase impensável. Se é tão fácil dizer coisas fáceis sobre esse objeto, é justamente porque, de certa forma, somos penetrados exatamente por isso que devemos estudar" (Pierre Bourdieu, *Sur l'État: Cours au Collège de France,*1989-1992).

"Para que uma vez mais possamos progredir, precisamos uma vez mais nos deixar dominar pela esperança" (Bertrand Russell, *What I believe, 1925*).

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dedico esta dissertação ao meu avô e à minha mãe, que plantaram em mim o gosto pelo conhecimento e pela vida escolar, ao meu pai que ensinou que estudo é trabalho. Ao meu eterno amor, por me fazer acreditar que podia ir mais longe do que eu sonhava.

AGRADECIMENTOS

Estudar trajetórias de vida escolar e profissional nos remete a todo tempo às nossas próprias, e não é por acaso que elas se tornam mais significativas a partir de então. Nesse olhar para o fio que conduz nossa vida, palavras de apoio, admiração e incentivo ressurgem a cada lembrança, e enchem o peito de gratidão. Gratidão aos meus avós Luiza e Pedro Trevisan, e aos meus pais Marli Trevisan e José Camilo, por mostrarem a seriedade da vida escolar, a importância de cada dia de estudo e o valor do conhecimento. À minha irmã por seu incentivo e constante motivação. Gratidão ao meu eterno companheiro de jornadas Allan Herison Ferreira por ter me incentivado a retomar a carreira acadêmica e ir sempre além, por enfrentar as dificuldades e descomplicar sempre quando tudo parece impossível. Gratidão aos nossos filhos felinos, Khan e Maow por tornar a jornada mais leve e alegre.

A todos os professores, mestres e mentores que abriram caminhos diante dos meus olhos e me mostraram novos horizontes, em especial aos professores da pós-graduação, Marcos César Alvarez, Fernando Pinheiro, Eduardo Marques, Rubens Camargo (FE-USP), à coordenadora Marcia Lima e ao diretor Ruy Braga à frente do departamento de Sociologia. Especial agradecimento a todas as orientações, leituras minuciosas e sugestões feitas pelas professoras Ana Paula Hey e Lidiane Rodrigues Soares (UFSCar), em meu processo de qualificação e nas reuniões do GPSECC.

Aos colegas e verdadeiros amigos que a universidade proporcionou conhecer e caminhar lado a lados nos últimos anos, dividindo os temores ou somando forças a cada desafio, em especial aos membros do GPSECC, pela paciência e pelo cuidado em ler, comentar e sugerir caminhos durante essa jornada: Camila Antunes, Isabel Furlan, Francesco Tomei, Cezar Niemitz, Izabela Romanoff, Pedro Grunewald Loro, Lucas Gariani, Elisa Kluger, Rafael Kruchin, Aline Chiaramonte, Maria Caramez Carlotto, Brian Requena e ao meu irmão de mestrado e de coração, Iuri Cardoso.

Meu profundo agradecimento à minha primeira professora de sociologia, minha mentora, orientadora e amiga, Sylvia Gemignani Garcia, que generosamente me conduziu em todas as etapas e a quem tive a honra de dividir a sala de aula, como aluna e como monitora, sempre aproveitando cada minuto de suas aulas e de seu dom para formar gerações de sociólogos e pesquisadores, de nos insuflar o gosto pelo conhecimento e pela pesquisa.

RESUMO

FERREIRA, Ana Carolina Trevisan Camilo. **As elites político-administrativas à frente da educação paulista: trajetórias dos membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 1995 a 2018.**

A presente pesquisa circunscreve-se ao estudo das elites político-administrativas à frente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, que permaneceram por mais tempo nos cargos deste órgão no período de 1995 a 2018, período marcado pela gestão de governadores oriundos de um mesmo grupo político, o PSDB, que se sucedem no governo do Estado por cinco mandatos consecutivos.

O objetivo deste estudo foi construir uma morfologia dos conselheiros que são nomeados pelo governador do Estado e a ele diretamente subordinados. Trata-se de cargos comissionados e com funções essencialmente deliberativas (podendo homologar ou vetar decisões do secretário) e normativas (que lhes competem fixar diretrizes e normas para funcionamento de estabelecimentos de ensino, contratação de pessoal, elaboração do Plano Estadual de Educação, reorganizar e implementar reformas no sistema de ensino público, entre outras ações).

A pesquisa partiu do estudo das trajetórias dos conselheiros que foram reconduzidos (em conformidade com seu regimento, em vigor desde 1971) por pelo menos três mandatos, o que significa que ocuparam cargos no CEE-SP por pelo menos sete anos. O levantamento dos dados concentrou-se em especial nos dados sobre sua formação escolar, acadêmica e suas carreiras profissionais publicados em seus currículos acadêmicos na plataforma Lattes, no LinkedIn e nos websites dos órgãos em que atuam, como o próprio CEE-SP.

O cruzamento dos dados coletados e analisados apontam para a ampla circulação desses agentes nos setores público, privado e terceiro setor, bem como uma superfície social extensa, uma vez que acumulam posições em diversas instituições, seja ocupando cargos remunerados, seja ocupando posições em conselhos de ONGs, associações civis ou universidades, seja dirigindo instituições de ensino ou administrando empresas. A análise dos dados acumulados também permitiu compreender que certos elementos das trajetórias desses agentes explicam em boa parte a sua permanência no mesmo órgão por vários mandatos e por vários anos: a formação escolar e acadêmica em instituições de prestígio, os laços que se formam desde cedo na escola e na universidade, bem como a atuação em instituições em comum, incluindo a participação societária em empresas privadas ou em organizações não governamentais. São

vínculos que extrapolam o tempo e as posições que ocupam no CEE-SP e que fortalecem e legitimam sua permanência nesta instituição.

ABSTRACT

FERREIRA, Ana Carolina Trevisan Camilo. **The political-administrative elites at the head of São Paulo education: trajectories of the members of the State Council of Education from 1995 to 2018.**

This research is limited to the study of the political-administrative elites at the head of the State Education Council of São Paulo, who remained for longer in the positions of this body in the period from 1995 to 2018, a period marked by the management of governors from the same political group, the PSDB, which succeed each other in the state government for five consecutive terms.

The objective of this study was to build a morphology of the councilors who are appointed by and directly subordinated to the governor of the State. These are commissioned positions with essentially deliberative functions (they may homologate or veto the secretary's decisions) and normative (they are responsible for establishing guidelines and norms for the operation of educational establishments, hiring personnel, preparing the State Education Plan, reorganizing and implementing reforms in the public education system, among other actions).

The research was based on a study of the trajectories of the directors who were reappointed (in accordance with their regulations, in force since 1971) for at least three terms, which means that they have held positions in CEE-SP for at least seven years. The data collection focused in particular on data on their school and academic education and their professional careers published in their academic curricula on the Lattes platform, on LinkedIn and on the websites of the institutions in which they operate, such as CEE-SP itself.

The data collected and analyzed reveal the wide circulation of these agents in the public, private and third sectors, as well as an extensive social surface, since they accumulate positions in several institutions, whether they hold paid positions, or occupy positions on councils of NGOs, civil associations or universities, or run educational institutions or manage companies. An analysis of the accumulated data has also made it possible to understand that certain elements of the trajectories of these agents largely explain their permanence in the same body for several terms and for several years: school and academic education in prestigious institutions, the ties that are formed early in school and university, as well as their work in common institutions, including corporate participation in private companies or non-governmental organizations. These bonds go beyond the time and positions they occupy in CEE-SP and strengthen and legitimize their permanence in this institution.

LISTA DE SIGLAS:

ABAVE	Associação Brasileira de Avaliação Educacional
ABEPAR	Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Particular
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior
ABTD	Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos
ACDC	Escola de Aperfeiçoamento Profissional Prof. Joaquim Ferreira Lima
ACN	ACN Consultoria Empresarial
ACP	Ação Civil Pública
ACSC	Associação Congregação De Santa Catarina
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AE	Ação Educativa
AEPS	Alfa Echo Participações Societárias Ltda.
AFAMESP	Associação das Faculdades Municipais do Estado de São Paulo
AFF	Aff Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA
AFP	Association of Fundraising Professionals
ALEC	Associação Lemense de Educação e Cultura
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
Alumni	Associação Alumni
AMB	Associação Médica Brasileira
AMEM	Associação do Menor para o Esporte Maior
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APCD	Associação Parceria Contra as Drogas
APE	Academia Paulista de Educação
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APF	Associação Paulista de Fundações
APL	Academia Paulista de Letras
APLJ	Academia Paulista de Letras Jurídicas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASM	Associação Santa Marcelina
ACSC	Associação Congregação de Santa Catarina
Band	Colégio Bandeirantes LTDA
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo S A
BBG	Bbg Administração de Bens Próprios LTDA
BCMD	Bcmd Material Didático S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BMB	Banco Mercantil do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A,
CAO	Clube Atlético Ose
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEAL	Conselho de Empresários da América Latina
CEBEPEJ	Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais
Cedac	Comunidade Educativa

CEENJS	Colégio Estadual e Escola Normal Prof. Jácomo Stávale
CEE-SP	Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo
CEE-SP	Conselho Estadual de Educação de São Paulo
CEETEPS	Centro de Educação Tecnológica Paula Souza
Cenp	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Cenpec	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CERMAV	Centre de Recherches sur les Macromolecules Vegetales
CEU LAW	Centro de Extensão Universitária Law School
CF	Constituição Federal
CFM	Conselho de Ética Médica
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CIS	Contrato de Impacto Social
CLC	Colégio Lourenço Castanho
CMJ	Câmara Municipal de Jundiaí
CMMG	Câmara Municipal de Mogi Guaçu
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COC	Colégio Oswaldo Cruz
Cogesp	Coordenadoria de Educação da Região Metropolitana e Grande São Paulo
CONAR	Conselho de Ética do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária
CONESP	Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz CPFL
CPP	Centro de Professorado Paulista
CROSP	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo
CRPQF	Centro Regional de Pesquisas Prof. Queiroz Filho
CSC	Colégio Santa Cruz
CSVP	Colégio São Vicente de Paulo
DRCLAS	David Rockefeller Center/Harvard
EAD	Educação à Distância
EBRAP	Escola Brasileira de Professores
EDF	EDF Editora E Comercio De Material Didático Ltda.
EdJ	Editora Jatobá
EdJa	Edições de Janeiro LTDA
EdP	Editora Pearson
EdPUC-SP	Editora PUC SP
EDUCAREDE	Portal Educarede Fundação Telefónica/Vivo Electrolux
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
EMBP	Escola Masculina do Bairro do Paiolão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes EPA Escola Padre Anchieta
EPD	Escola Paulista de Direito
EPM	Escola Paulista de Magistratura
ESMP/SP	Escola Superior do Ministério Público de São Paulo
ESMP/PE	Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
ETQI-OC	Escola Técnica de Química Industrial Oswaldo Cruz SP
EUA	Estados Unidos da América
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FADI	Faculdade de Direito de Sorocaba
FAFI	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba

FAMA Faculdade Mauá
FAPESP Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FATEA Faculdades Integradas Teresa D'Ávila
FAU Faculdade Uirapuru
FB Fundação Bradesco
FCC Fundação Carlos Chagas
FCLPA Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta
FCLRP Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Pires
FDC Fundação Dom Cabral
FDE Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FE Faculdade de Educação (USP)
FEA Faculdade de Economia e Administração (USP)
FEBEM Fundação Casa
FECAP Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FEG Fundação Educacional Guaçuana
FEI Fundação Educacional Inaciana Padre Saboia de Medeiros
FEIEduc Fei Educação LTDA
FEPESP Federação dos Professores do Estado de São Paulo
FESPSP Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FFCL Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes
FFCLSCS Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Caetano do Sul
FFM Fundação Faculdade de Medicina
FFNSM Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira
FGV Fundação Getúlio Vargas
FIESP Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIMI Faculdades Integradas Maria Imaculada
FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLE Fundação para o Livro Escolar
FMCovas Fundação Mário Covas
FMCSV Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal
Foca Instituição Educacional Foca LTDA
Fonar Instituição Educacional Fonar
FONIF Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas
FPA Fundação Padre Anchieta
FPE Fundação Pinhalense de Ensino
FSC Fundação Santa Cruz
FUNDAP Fundação do Desenvolvimento Administrativo
FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAEP Grupo Associação de Escolas Particulares
GEHFEB Grupo Escolar Heróis da FEB
GEMV Grupo Escolar do Moinho Velho
GEPS Grupo Escolar Paulo Setúbal
GP Global Guide Point Global
HC Conselho Curador da Fundação Antônio Prudente (Hospital do Câncer)
HMR HMR Participações
IALEI International Alliance of Leading Education Institutes
IBDC Instituto Brasileiro de Direito Constitucional
IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBMEC Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IBRE Instituto Brasileiro de Economia (FGV)
ICE Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
Icloc Instituto Cultural Lourenço Castanho

IDRC	International Development Research Centre
IEA	Instituto de Educação Anhanguera
IEAG	Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião
IEB	Inovações no Ensino Básico (Projeto)
IECC	Instituto de Educação Caetano de Campos
IEFTC	Instituto de Educação Dr. Francisco Thomaz de Carvalho
IEJ	Instituto de Educação Jundiaí
IFP	Instituto Faça Parte
IFTDO	International Federation of Training and Development Organizations
IGLU	Instituto Iglu
IIPE/UNESCO	Instituto Internacional de Pesquisa Em Educação da UNESCO
Imp Oficial	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
IMT	Instituto Mauá de Tecnologia
Indusval	Banco Indusval AS
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos atual
Insper	Instituto de Ensino e Pesquisa
IOESP	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
IP	Instituto Protagonistés
IPE	Instituto de Pesquisas Econômicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPH	Instituto Paulista de Promoção Humana
IPSO	Instituto de Projetos Sociais e Tecnológicos de São Paulo
IQE	Instituto de Qualidade no Ensino
ISPCV	Instituto São Paulo contra a violência - Disque denuncia
ITA	Instituto de Tecnologia e Aeronáutica
JAPI	Faculdade Japi (Institucional Terra da Uva)
JFR	Professor João Fiorelo Reginato
LB	Centro De Estudos L. B. Ltda
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LMA	Lencioni Machado Advogados
LP	Liceu Pasteur
Mackenzie	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Marista	Grupo Marista
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP-SP	Ministério Público do Estado de São Paulo
MUST	Universidade de Ciência e Tecnologia da Miami
NEP	Nine Empreendimentos E Participações Ltda.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Objetivo	Colégio Objetivo
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONG	Organização Não Governamental
ONME	Ordem Nacional do Mérito Educativo
ONMF	Ordem Nacional do Mérito França
OSE	Organização Sorocabana de Ensino
PAE	Programa de Aperfeiçoamento de Ensino
PBA	Petroil Do Brasil Administração E Participações Ltda.
PDS	Partido Democrático Social
PEL	Peabiru Educacional Ltda.
PhD	Philosophiæ Doctor (Doutor em Filosofia)
PIPE	Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas
PMA	Professor Paulo Mangabeira Albernaz
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Poli USP	Escola Politécnica da USP
PREAL	Programa de Promoção da Reforma da Educação na América Latina e Caribe

PREAL Chile Promoção da Reforma Educativa na AL e Caribe
PRODESP Conselho Administrativo da Prodesp
Progresso Banco do Progresso AS
Promdepar Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal do Apoio Técnico Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual
PSDB Partido da Social-Democracia Brasileira
PUC Pontifícia Universidade Católica
PUC-Campinas Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-PR Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RB Faculdades Integradas Rio Branco
Regia Regia Incorporadora E Construtora Ltda.
REP Revista de Educação Pública
REPU Rede da Escola Pública e Universidade
RPsi Revista Psicologia
Saresp Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SCSP Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo
SCTDE Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADS Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
SEC Subcomissão de Educação na Constituinte
SECOM-SP Secretaria de Comunicação do Estado de São Paulo
SEJ Secretaria da Educação de Jundiaí
SEE-DF Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
SEE-SP Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senado Senado Federal do Brasil
SENSP Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio
SES Secretaria da Educação de Sorocaba
SESC-SP Serviço Social do Comércio
Sion Colégio Sion
SITRE Simpósio Internacional Trabalho, Educação e Identidade
SME Secretaria Municipal de Educação
SME-SA Secretaria Municipal de Educação de Santo André
SME-SP Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
SNS Somainvest Negócios E Serviços Ltda.
SORBONE Universidade Paris 1 Sorbone
SPG Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SUCESU/SP Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações do Estado de São Paulo
T2000 Telecurso 2000
TBSFR The Brazilian Society of Fundraising
TE Todos pela Educação
TICs Tecnologias da Informação e da Comunicação
TJ-SP Tribunal de Justiça de São Paulo
UAM Faculdade Anhembi Morumbi
UAR Universidade de Araras
UC Universidade da Califórnia
UCH Universidade de Chicago
UD Universidade Dominicana
UDEMO Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (antiga União dos Diretores de Escola do Ensino Médio Oficial do Estado de São Paulo)
UEP Universidade do Estado da Pensilvânia
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar Universidade Federal de São Carlos

UG	Universidade de Grenoble
UI	Universidade de Itaúna
Uirapuru	Colégio Uirapuru
UL	Universidade de Lisboa
UL	Universidade de Londres
UM	Universidade de Montreal
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFIEO	Centro Universitário Faculdades Integradas de Osasco
UniAnchieta	Centro Universitário Padre Anchieta
UNIARARAS	Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras
Uniban	Universidade Bandeirantes
UNIBERO	Centro Universitário Ibero Americano
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UniCEUB	Centro Universitário de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo
UNIMARCO	Universidade São Marcos
UNINOVE	Universidade 9 de Julho
UniSantana	Centro Universitário Santana
UNISO	Universidade de Sorocaba
Unitau	Universidade Taubaté
UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo
UPD	Universidade Paris-Diderot
URI	Universidade de Richmond
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)
USAL	Universidad de Salamanca
USF	Universidade São Francisco
USJT	Universidade São Judas Tadeu
USP	Universidade de São Paulo
UT	Universidade Taubaté
WlaSan	Faculdade Wlademir dos Santos
WMA	Comitê de Ética da Associação Médica Mundial
YMCA	Associação Cristã de Moços

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1. Decreto No. 7.510 de 1976 que reorganiza a então Secretaria de Estado da Educação e Decreto No. 57.141 de 2011 que reorganiza a atual Secretaria da Educação. Fonte: Assembleia legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração própria. 42

Tabela 2. Comparativo entre o texto da Lei Estadual 7.940 de 1963 que cria o Conselho Estadual de Educação e as Leis Estaduais 10.403 de 1971 que o reorganiza e 10.238 de 1999 que inclui uma alteração à lei de 1971. Fonte: Assembleia legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração própria. 47

Tabela 3. Dimensão da rede estadual e privada do estado de São Paulo em número de matrículas efetuadas em 2018. Fonte: Censo escolar 2018 e Sinopses Estatísticas da Educação Superior-Graduação 2018 (INEP/MEC, 2019a, 2019b).....50

Tabela 4. Comparativo de matrículas da Educação Básica de 1985 a 2015. Fonte: SEE-SP. Elaboração própria. 54

Tabela 5. Cronologia dos fatos relacionados à reorganização do ensino estadual paulista em 1995. Fontes diversas. Elaboração própria.....61

Tabela 6. Tempo de permanência em anos por conselheiro nomeado para 3 ou mais mandatos, entre 1995 e 2018. Fonte: Diário Oficial do Estado, edições de 1995 a 2018. Elaboração própria. 65

Tabela 7. Formação mais alta dos conselheiros que permaneceram por mais de sete anos no CEE-SP. Fonte: Várias. Elaboração própria.....81

Tabela 8. Tipo de formação dos conselheiros que permaneceram por mais de sete anos no CEE-SP. Fonte: Várias. Elaboração própria.....82

Tabela 9. Instituições de ensino frequentadas pelos conselheiros que estiveram por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018. 85

Tabela 10. Áreas gerais de concentração dos cursos frequentados pelos conselheiros que estiveram por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018. 87

Tabela 11. Setor de concentração da atuação profissional dos conselheiros que permanecem por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018. 88

Tabela 12. Total de vínculos profissionais dos conselheiros por área de atuação.....89

Tabela 13. Instituições de agregação dos conselheiros com maior permanência no CEE-SP. 91

Tabela 14. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Rose Neubauer. Várias fontes. Elaboração própria.....92

Tabela 15. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Guiomar Namo de Mello. Várias fontes. Elaboração própria. 93

Tabela 16. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Bernardete Angelina Gatti. Várias fontes. Elaboração própria. 93

Tabela 17. Vínculos entre pessoas e instituições associados ao conselheiro Hubert Alquéres. Várias fontes. Elaboração própria.....96

Tabela 18. Vínculos entre pessoas e instituições associados ao conselheiro Mauro de Salles Aguiar. Várias fontes. Elaboração própria. 96

Tabela 19. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Maria Helena Guimarães de Castro. Várias fontes. Elaboração própria. 97

Tabela 20. Relações de sociedade entre conselheiros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Elaboração própria. Fonte: Observatório da Educação 2012. 108

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1. Dimensão das redes de ensino no Estado de São Paulo de 1995 a 2014. Fonte: SEE-SP, 2016. 55

Gráfico 2: Conselheiros que ocuparam cadeiras do CEE-SP entre 1995 e 2018 por quantidade de mandatos. - Fonte DOE-SP 1995 a 2018 - elaboração própria. 64

Gráfico 3. Períodos de permanência dos conselheiros no CEE-SP entre 1995 e 2018. 66

Gráfico 4: Comparação de trajetórias dos agentes selecionados por instituição e período. 105

SUMÁRIO:

Introdução 23

Estudos nacionais sobre as elites administrativas 25

1 Sobre elites e sobre o Estado 29

1.1 Fundamentação teórica e contextualização do estudo 29

1.1.1 As consequências da mobilidade social ascendente 32

1.1.2 As principais etapas da experiência de tensão entre o meio de origem e o de destino34

2 Histórico das instituições de estado responsáveis pela educação paulista 37

2.1 Criação e funcionamento da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo 37

2.2 Criação e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de São Paulo 42

2.3 O contexto político-econômico dos anos 1990 51

2.4 Transformações na morfologia da rede de ensino sob a jurisdição da SEE-SP 53

2.5 As funções dos agentes na Secretaria e no Conselho Estadual de Educação 55

2.5.1 Início das ações do governo Mario Covas em 1995 56

2.5.2 A segunda reorganização: 2015 até o momento 62

2.6 Composição e transformações do CEE-SP entre 1995 e 2018 - bases para o recorte da pesquisa 64

3 Análise de dados históricos e trajetórias de um grupo de agentes no Conselho Estadual de Educação paulista 67

3.1 Análise de trajetórias, biografias coletivas ou prosopografia 67

3.2 Trajetórias de membros com maior permanência no CEE-SP entre 1995 e 2018 .. 76

3.2.1 Dados gerais dos membros do CEE-SP 80

3.2.2 As instituições de agregação dos indivíduos 90

3.2.3 Análise das relações entre indivíduos 91

3.2.4 A multiposicionalidade dos agentes do CEE-SP 98

3.3 Personagens de destaque na composição do CEE-SP e suas relações 104

Considerações finais 114

Referências Bibliográficas 118

Apêndice A: 128

Apêndice B: Relação de membros do CEE-SP por tempo de participação no conselho (de 1995 a 2018) 136

Apêndice C: Matriz de instituições a que os conselheiros selecionados estão ligados. 140

Apêndice D: Tabela de dados sobre a formação dos conselheiros por instituição, tipo de instituição, área e nível. 141

Apêndice E: Quadros de Perfis dos Conselheiros Destacados 147
Rose Neubauer 147
Bernardete Gatti 149
Guiomar Namo de Mello 151
Hubert Alquéres 152
Mauro de Salles Aguiar 153
Maria Helena Guimarães de Castro 154

Introdução

A presente pesquisa circunscreve-se ao estudo das elites político-administrativas à frente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), órgão normativo e deliberativo ligado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Observamos aqui os indivíduos e grupos que constituíram o CEE-SP entre 1995 e 2018, período marcado pela gestão de governadores oriundos de um mesmo grupo político (liderado pelo PSDB) que permaneceu no poder por ao menos seis mandatos consecutivos, considerando-se a vitória no pleito de 2018.

Este estudo objetivou registrar e analisar a morfologia dos agentes nomeados pelos governadores do Estado neste período para ocupar cargos no Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) e que têm por função normatizar, deliberar, executar normas, leis e decretos, funções determinantes para as atividades das diversas entidades e instituições de ensino sob a responsabilidade do governo do estado na área da educação pública e privada. O recorte da amostra dos agentes pesquisados teve como critério selecionar aqueles que foram conselheiros nesta instância por mais de dois mandatos em algum momento neste intervalo de 23 anos.

Esse conjunto de agentes pode ser considerado, em sentido basicamente descritivo, como uma elite político-administrativa. Assim, como apresentado por Hey (2008), em seu "Esboço de uma sociologia do campo acadêmico", entende-se por campo político-administrativo um lócus de relações, que tem como principais agentes os dirigentes responsáveis por tomar decisões sobre a política e sobre as diretrizes administrativas dos órgãos que dirigem, o que, no caso desta pesquisa, equivale às políticas educacionais de todo o ensino oferecido pelo estado de São Paulo, bem como às diretrizes administrativas do próprio Conselho Estadual. Uma das características do campo político-administrativo, conforme destacado por Hey (2008), é o fato deste estar circunscrito à condução de um aparato institucional. Neste aspecto, o Conselho Estadual de Educação, como órgão deliberativo que define e molda as políticas educacionais e as diretrizes administrativas das instituições de regulação, conselho, administração e ensino a ele subordinadas, está circunscrito à Secretaria da Educação. O presente estudo, por tratar da unidade federativa mais populosa e que concentra maior número de estudantes em comparação com os demais

estados brasileiros[1], abre portas para outras pesquisas observarem, comparativamente, como são compostos os grupos responsáveis por tomar decisões sobre as diretrizes administrativas e políticas na área da educação.

Os agentes que compõem o Conselho Estadual são considerados nesta pesquisa como: i) membros de uma elite, pois se encontram nas mais altas posições do poder executivo do Estado; ii) atuantes no cenário político, considerando que seus poderes são constituídos pelo poder do governador, nomeados e exonerados por ele para avaliarem e articularem estratégias e linhas de ação para a área; e iii) administradores, uma vez que são responsáveis por executar as decisões tomadas, por fazer com que as leis e decretos se cumpram e por criar condições e normas para sua implementação. Um dos principais objetivos deste estudo é proporcionar uma análise da dinâmica da composição deste grupo a partir do cruzamento de dados de trajetórias de seus integrantes, com diferentes níveis de análise, para chegar a um melhor entendimento sobre os vínculos pouco evidentes, embora relevantes ou mesmo determinantes, para a formação, manutenção e permanência de um mesmo grupo social e político à frente do CEE-SP.

O objetivo de estudar o campo político administrativo, ainda conforme Hey (2008), envolve desvelar "alguns de seus mecanismos constituintes, os jogos que lhe são inerentes e a relação com outros campos sociais", (HEY, 2008, p. 16). Por este motivo dedicamos parte da energia empregada neste estudo na análise das relações dos membros do CEE-SP tanto como indivíduos quanto como membros de instituições que compuseram suas trajetórias estudantis, profissionais, e em certo grau, políticas. Nesta mesma direção, um dos objetivos deste trabalho é identificar quais as instituições que mais abrigaram, formaram ou serviram de base para os membros do CEE-SP. Este ponto, em particular, abre caminho para estudos específicos a respeito das trocas materiais e simbólicas entre instituições e indivíduos, entre o poder público e a sociedade civil – sejam elas realizadas de modo transparente ou opaco – de modo legítimo, incerto ou ao arrepio da lei. Os mecanismos inerentes que constituem este campo de poder, os jogos e disputas a ele internos e as relações entre os membros do CEE-SP com instituições públicas e privadas são aqui considerados com o objetivo de tornar mais compreensível e verificável o sistema responsável pelo desenho e implementação de políticas públicas na área da educação para milhões de estudantes do estado de São Paulo do nível

[1] De acordo com o censo escolar de 2018, o total de alunos matriculados na educação básica no Estado de São Paulo corresponde a 20,7 % do total nacional, o que faz de São Paulo a unidade da federação com mais alunos no país (INEP, 2019a).

básico ao superior[2]. Muitos dos agentes que ocupam o cargo no Conselho também passaram por cargos de secretários, secretários-adjuntos ou chefes de gabinete da Secretaria, e simultaneamente atuam na esfera privada, pública e terceiro setor.

Estudos nacionais sobre as elites administrativas

Os grupos que compõem os cargos mais altos na hierarquia dos setores administrativos do Estado brasileiro, que se pode chamar de elite político-administrativa, têm sido alvo de estudos sociológicos de diversos autores brasileiros. É o caso de Miceli (1979), que em sua obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945* trata da questão social em torno da desvalorização dos diplomas jurídicos em um contexto de enfraquecimento do sistema oligárquico pós-revolução de 1930, com ameaças à ascensão em carreiras políticas ou ao ingresso em altos cargos públicos. Cabe citar também o trabalho de Luciano Martins (1985) que parte da análise de instituições de financiamento do governo brasileiro no pós-64 e anos 1970 (BNDE, CDI e CACEX) para descrever agentes executivos com formação superior em engenharia, economia e administração que normalmente seriam incorporados pelo setor privado, como "um tipo sociologicamente novo, situado entre o administrador público e o executivo de empresa" (MARTINS, 1985, p. 57).

Para Martins (1997) dois tipos de agentes públicos da burocracia estatal sociologicamente diferentes predominaram no período crítico de transição do regime autoritário para o democrático: um tipo "menos qualificado", com rendimentos mais baixos e de visão mais estreita, e um tipo ideal de "executivo público socialmente ascendente" (MARTINS, 1997). Vinte anos depois, também parece se fazer necessário buscar uma atualização dos tipos de perfis de agentes, interesses e constrangimentos, porém, no caso desta pesquisa, com um recorte para a elite político-administrativa do ensino na esfera estadual de São Paulo.

Gilda Gouvea (1994), por sua vez, procurou responder à questão da autonomia relativa da burocracia, no contexto da crise financeira de 1983, e constatou que os burocratas estatais brasileiros, diante da crise, concentraram mais poder a partir do momento em que tiveram clareza da necessidade de que "o interesse público deveria ser buscado na sociedade" e se autoproclamaram "o grupo mais competente para conduzir a vontade da sociedade" (GOUVEA, 1994, p. 204), no sentido de realizar uma reforma administrativa que pudesse reverter a situação de déficit fiscal, garantindo a ordem institucional e, consequentemente,

[2] Conforme observado no CENSO Escolar Estado de São Paulo – Informe 2018 (INEP, 2019a).

protegendo a si mesmos contra os efeitos da crise. Assim, o "interesse público" seria definido pelos próprios burocratas que demandavam "um poder sem controles", do contrário "não haveria possibilidade de definir o que seria o 'interesse público' no emaranhado de interesses contraditórios que emanariam da sociedade" (GOUVEA, 1994, p. 204).

Outro importante estudo é o de Maria Rita Loureiro Durand (1997) que analisou as elites político-administrativas no Brasil do ponto de vista de sua formação, seu histórico de vida, suas ligações com outras elites e suas relações com as instituições acadêmicas. Sua pesquisa foi realizada a partir da análise das carreiras de economistas que compunham as posições mais altas em três instituições de pesquisa econômica[3], nas quais colocavam em prática seu saber legitimado cientificamente, sendo responsáveis por elaborar diagnósticos e propor políticas econômicas (DURAND, 1997).

Alguns estudos brasileiros têm se ocupado dos grupos dominantes e de suas formas de atuação na área da educação em diferentes setores administrativos estatais. Ana Paula Hey (2008) dedica-se ao estudo das disputas geradas entre grupos dominantes no interior do espaço de produção acadêmica no Brasil, bem como a mobilização de dois tipos de capitais realizada pelos agentes que compõem este espaço: o capital cultural (determinado pela trajetória escolar e acadêmica) e o capital simbólico (determinado pelo poder político e pelo prestígio científico). Já Ana Maria F. Almeida (2009) investiga os mecanismos sociais e as estratégias que produzem e reproduzem a elite dirigente brasileira em suas diversas esferas (política, econômica, artística e intelectual). Na mesma linha, Maria Carlotto (2014) investiga o impacto dos novos conhecimentos e técnicas gerenciais sobre a estrutura de tomada de decisões, controle e coordenação do trabalho acadêmico dentro da Universidade de São Paulo desde as reformas universitárias dos anos 1960, partindo do estudo de trajetórias de seus dirigentes, da estrutura e funcionamento gerencial da USP. Ainda no contexto da análise da atuação das elites administrativas dentro das universidades, Sylvia Garcia e Maria Carlotto (2013a, 2013b) estudam o caso da implementação do campus da zona Leste da Universidade de São Paulo (USP-Leste), e a introdução de procedimentos de controle e coordenação pedagógica com base em novas tecnologias de ensino. Lúcia Mara Mandel (2015), da Faculdade de Educação da USP, faz um estudo dos elementos que caracterizam a burocracia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período de 1995 a 2010, analisando aspectos herdados da forma tradicional de gestão pública no Brasil versus aspectos da

[3] As instituições de pesquisa econômica estudadas por Durand (1997) são o Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do Ministério do Planejamento, e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) da Universidade de São Paulo.

racionalização administrativa, e contribui para fornecer elementos sobre a estrutura e o funcionamento burocráticos da Secretaria. A presente pesquisa, na mesma linha dos estudos sociológicos apresentados, tem como foco aprofundar e ampliar o conhecimento a respeito da formação das elites que ocupam os cargos do poder estatal, especificamente, o poder público da Secretaria da Educação, responsável pelas redes de ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo.

Os estudos realizados por Bourdieu oferecem uma sólida base teórica, bem como um modelo e um ponto de partida para estudos sobre os campos de disputa de poder que já têm sido desenvolvidos no Brasil. Os estudos anteriormente mencionados são alguns dos exemplos de abordagens que se utilizam da base teórica de Pierre Bourdieu, dentre outros autores, para expandir o conhecimento sobre a formação, composição, atuação das elites em diferentes campos, em especial no subcampo da educação, mais especificamente o do ensino superior. A presente pesquisa debruça-se sobre aspectos como o peso dos títulos, as instituições outorgadoras de tais títulos aos agentes que compõem a elite político-administrativa, as relações entre títulos e postos e cargos, bem como o modo como tais agentes mobilizam diferentes tipos de capital para elaborar e executar estratégias de aumento e manutenção de poder são fundamentais a fim de investigar a dinâmica das elites que conduzem as políticas de educação do estado de São Paulo e de sua capital.

O estudo das elites político-administrativas à frente da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo leva-nos também a compreender a ação de diversos agentes, grupos de interesse aos quais estão ligados (como partidos, associações privadas, entidades de classe, fundações ou mesmo grupos religiosos) que, de modo imbricado, atuam em favor de propostas que, ao serem aplicadas, passam a regular ou estimular ações e esquemas de pensamento que tendem a se tornar predominantes e naturalizados.

Conforme já mencionado, foram analisadas as trajetórias individuais e as estratégias coletivas desses agentes para produzir as representações legítimas do mundo social e para manter-se no poder. Todos esses aspectos permitem ampliar a compreensão sobre os processos de formação, atuação e legitimação da elite político-administrativa envolvida na idealização de duas importantes reformas do sistema de ensino, e responsável pela condução e implementação de políticas para a educação, definindo desde a reprodução de modelos ajustados aos interesses e visões de mundo dessas elites, como é o caso da imposição de grades curriculares mais voltadas para atividades técnicas em áreas de interesse do mercado, da realocação de estudantes para estabelecimentos de ensino controlados pela rede municipal ou privada, bem como a delegação de atividades centrais antes exclusivamente executadas por

agentes públicos a entidades privadas, prestadores de serviço terceirizados e organizações civis de interesse público do chamado terceiro setor. Este conjunto de problemas aponta para a necessidade cada vez mais premente de um aprofundamento nos estudos sobre o campo político-administrativo da instância responsável pela definição e aplicação de políticas de educação fundamental e média, em especial esta última, dado que, na modernidade, o perfil do ensino médio expressa a visão geral das funções sociais projetadas para o sistema de ensino como um todo.

O primeiro capítulo deste estudo apresenta as bases teóricas que orientam a compreensão da forma como os agentes do Estado que ocupam posições dominantes nos quadros político-administrativos atuam nos campos do poder, de que modo produzem e reproduzem diferentes capitais, e como transformam essas estruturas ao mesmo tempo em que também são transformados por elas. Também aborda o fenômeno da mobilidade social ascendente do ponto de vista de Naudet a fim de fornecer elementos para refletir sobre a mudança de mentalidade dos conselheiros em foco na pesquisa quando comparamos suas visões de mundo atuais em relação às que possuíam no início de suas carreiras acadêmica e profissional.

O capitulo 2 fornece um panorama histórico do Conselho Estadual da Educação, em relação com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, instituição à qual se vincula e com a qual dialoga em seus processos de deliberação, normatização e estruturação do ensino paulista. São abordados aqui desde a sua criação, principais reorganizações estruturais até o funcionamento do Conselho e do papel dos conselheiros, bem como o contexto político econômico em que se encerra este estudo, qual seja a década de 1990 com suas tendências neoliberais de administração pública, de reformas e enxugamento das despesas e das estruturas burocráticas do Estado.

O terceiro capítulo dedica-se a apresentar uma morfologia do grupo de agentes que integram o CEE-SP — suas trajetórias, seus perfis, visões de mundo, o modo como interagem com outras instituições e entre si, o modo como reproduzem suas posições a fim de preservar capitais que já possuíam ou de aumentar o nível de acumulação de novos capitais, os resultados do tratamento e sistematização dos dados coletados, os métodos utilizados para sua análise e a interpretação desses resultados, dialogando com os conceitos e autores mobilizados na fundamentação teórica a respeito das elites no Estado, das múltiplas posições que ocupam e das suas trajetórias sociais ascendentes.

Por fim, as considerações finais destinam-se a fornecer um panorama mais geral dos resultados obtidos, sua análise e a compreensão um pouco mais aprofundada da forma como

agem os membros de um grupo da elite político-administrativa do Estado com características de longa permanência em seus postos, multiposicionalidade e imbricadas relações entre si e outras instituições em que atuam e cujos interesses se beneficiam pela sua atuação como conselheiros.

1 Sobre elites e sobre o Estado

1.1 Fundamentação teórica e contextualização do estudo

A principal referência teórica em que se baseia o estudo das elites nesta pesquisa é a produção de Pierre Bourdieu, desde sua obra *A Distinção*, em que propõe uma ampla teoria para abordar o tema das elites quanto aos seus gostos, mudanças e sua própria reprodução social e, em especial, as obras *Noblesse d'État*, publicada originalmente em 1989, e *Sur L'État: Cours au Collège de France (1989-92),* editada postumamente, em que Bourdieu aborda as elites e as transformações na estrutura dos campos de poder. Estas obras reúnem o arcabouço teórico fundamental para a compreensão dos grupos dirigentes que compõem setores político-administrativos do Estado, as noções de espaço social, disputas e concorrências entre atores em um campo de poder, bem como das estratégias de produção e reprodução de capitais de diferentes tipos.

Ao tratar das elites, Bourdieu (2015) fala em uma "verdadeira divisão do trabalho de dominação", e as classifica em subcampos autônomos, porém, unidos por uma solidariedade orgânica e imersos em um universo de complexas relações de interdependência. A este universo complexo, Bourdieu (2015) chama de campo do poder, que define como um campo de forças, estruturado pelo estado da relação de forças entre formas de poder, ou entre diferentes tipos de capital:

> um campo de disputas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo em que agentes e instituições que têm em comum a posse de uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural, especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, se enfrentam em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças (BOURDIEU, 2015, p. 369)[4].

[4] Tradução livre do excerto de *La Nobleza de Estado* (BOURDIEU, 2015, p. 369): "*un campo de luchas por el poder entre portadores de poderes diferentes, un espacio de juego donde agentes e instituciones que tienen en común poseer una cantidad de capital específico (económico o cultural, especialmente), y suficiente para ocupar posiciones dominantes el seno de sus respectivos campos, se enfrentan en estrategias destinadas a preservar o a transformar esa relación de fuerzas*."

De acordo com Bourdieu, as forças que atuam neste ou naquele campo[5] dependerão de uma "taxa de conversão"[6] dos capitais que os agentes possuem. Estes diferentes capitais emergiram de um processo de diferenciação e autonomização do mundo social e são mobilizados por seus detentores em uma disputa cujo objetivo é a imposição de um "princípio de dominação dominante[7]", em uma disputa pelo princípio "legítimo de legitimação" e pelo "modo de reprodução legítima dos fundamentos da dominação" (BOURDIEU, 2015, p. 370). Estas disputas podem ocorrer no plano real, como no caso de enfrentamentos físicos ou guerras, e podem se dar no plano simbólico. Além disso, precisam ser justificadas ou reconhecidas como legítimas, embora fundadas em arbitrariedades. Deste modo, nas estratégias de reprodução ou de acumulação de capitais estão implícitas estratégias simbólicas de legitimação da dominação (BOURDIEU, 2015, p. 370).

Essas estratégias simbólicas apresentam-se sob múltiplos discursos, de acordo com os diferentes tipos de capitais que os agentes possuem. A estrutura do campo de poder será determinada, portanto, pelas disputas e pelos tipos de capitais mobilizados nessas lutas e sua importância na estrutura mais ampla de poder (BOURDIEU, 2015, pp. 370-371). Outro aspecto central na teoria *bourdieusiana* é o que trata da interdependência entre os agentes dos diversos campos sociais e da relação intrincada de constrangimentos que ao mesmo tempo sofrem e impõem uns aos outros, e que pode ser expresso pelo que Bourdieu denomina *habitus*. Miceli interpreta o conceito de *habitus* como:

> um conjunto de padrões de comportamento, pensamento e gosto, com 'traduções' nos diferentes domínios da prática, que acaba operando um ligamento entre a força do 'coletivo' e os registros caprichosos das práticas individuais. A 'interdependência' entre os integrantes dos diversos agrupamentos sociais

[5] Bourdieu elabora seu conceito de campo definindo-o como "*um espaço no qual um efeito do campo é exercido, do que decorre que qualquer objeto que atravessa esse espaço não pode ser explicado somente pelas propriedades intrínsecas ao objeto em questão. Os limites do campo estão situados no ponto em que os efeitos do campo cessam" (BOURDIEU; WACQUANT, 1996, p. 100). A estrutura do campo é formada pela distribuição dos instrumentos de produção e reprodução, e seu funcionamento é definido por regras e regularidades que definem o seu funcionamento ordinário"* (BOURDIEU; WACQUANT, 1996, p. 101).

[6] Em seu texto "Os três estados do capital cultural", Bourdieu explica como o reconhecimento institucional atribuído ao certificado escolar permite que seja determinada uma taxa de convertibilidade do capital cultural acumulado em capital econômico, ou seja, o valor em dinheiro pelo qual o diploma (que representa o capital cultural acumulado) pode ser trocado no mercado de trabalho. Assim, os valores das taxas de conversão são determinados de acordo com o nível de reconhecimento ou de legitimidade atribuídos a certo tipo de capital e podem variar ao longo do tempo e em diferentes locais, uma vez que se baseiam em critérios como o da raridade de certo tipo de formação escolar (NOGUEIRA & CATANI, 1999).

[7] Por princípio de dominação dominante depreende-se a definição específica do exercício legítimo de uma atividade, concebida pelo grupo dominante dentro de um campo de poder, como é o caso da "definição específica do exercício legítimo da atividade intelectual, estabelecida, por exemplo, sob o primado da cultura, da profundidade, da filosofia, etc." (BOURDIEU, 2002, p. 8).

> garantiria a circulação de constrangimentos, fazendo ver ao homem mais humilde os fundamentos sociais dos privilégios dos poderosos e, vice-versa, não poupando sequer os dirigentes mais arrogantes de algum sentimento de responsabilidade pelas condições de pobreza e violência entre os miseráveis (MICELI, 1997, p.1).

Esta definição permite mais uma vez observar a tensão entre a força "dos coletivos" nos quais os agentes estão inseridos e suas constantes disputas por posições de poder, das quais nos chama atenção neste momento aquelas que ocorrem dentro dos grupos dominantes.

A pesquisa conduzida junto às escolas formadoras da elite francesa permitiu a Bourdieu constatar que a lógica das disputas pelo poder foi modificada por duas grandes transformações que afetaram os modos de reprodução dominantes e que passaram a influenciar em especial as disputas por competência nos campos econômico e administrativo: de um lado, o aumento do peso dos títulos acadêmicos em relação à propriedade privada, mesmo em se tratando de lutas relativas ao campo econômico; de outro, no que diz respeito aos portadores de capital cultural, a decadência dos títulos técnicos em relação aos títulos gerais de tipo burocrático (BOURDIEU, 2015, pp. 378-379).

Para melhor compreender a composição das elites que ocupam os cargos político-administrativos dos aparelhos estatais, é fundamental partir de uma definição de Estado que contemple elementos que incluam – mas que não se limitem aos – aspectos administrativos, normativos e econômicos que, embora sejam importantes, não devem impedir que se lance mão da busca de outros tipos de capital de dimensão simbólica. Partindo do conceito de Weber, para quem o Estado é o "monopólio da violência legítima" Bourdieu afirma que o campo do poder denominado "campo administrativo" ou "campo da função pública" é "aquele que detém o monopólio da violência física e simbólica" (BOURDIEU, 2014, p. 30).

Em sua explicação sobre o Estado, Bourdieu (2014) cita Corrigan e Sayer, que afirmaram estar a construção do Estado associada à formação, imposição maciça e incorporação de um conjunto de representações éticas e lógicas comuns, mas que atendam aos interesses dos que operam dentro das estruturas estatais. Geram dessa forma – tal como teoriza Durkheim – um conformismo lógico e um conformismo moral. Em *As formas Elementares da Vida Religiosa,* Durkheim chama de conformismo lógico o acordo dos indivíduos que se tornou possível pela posse de categorias lógicas comuns e de conformismo moral, a "participação em um universo comum de valores partilhados" (BOURDIEU, 2014, p. 200). O Estado fundamenta a integração lógica e moral do mundo social, e pode ser definido como um princípio invisível possível de ser apreendido nas manifestações públicas de ordem ou de desordem, tanto no sentido físico quanto no simbólico (BOURDIEU, 2014).

Com base nesta definição de Estado, cabe questionar de que modo as elites político-administrativas alocadas no Conselho Estadual de Educação incorporam, combinam e assimilam interesses próprios ou de outros grupos dos quais participam de modo concomitante às suas atuações dentro do aparelho do Estado transformando tais interesses em políticas públicas que são impostas às demais camadas da sociedade. Em que medida detêm o monopólio da violência física e simbólica, e como se valem desse poder nas deliberações e decisões sob sua responsabilidade.

1.1.1 As consequências da mobilidade social ascendente

Trajetórias marcadas por ascensão social são frequentes no grupo de membros com longo tempo de permanência no Conselho Estadual de Educação, o que nos obriga a fundamentar teoricamente este elemento. Um autor que coloca uma reflexão muito pertinente a esse fenômeno é Jules Naudet, que aborda as consequências da mobilidade social ascendente como tema central de seu artigo de 2012 "*Devenir dominant*"– ou, em português, "Tornar-se Dominante"– a partir de duas hipóteses: de um lado, a hipótese da "dissociação", pautada no conceito de anomia conforme designado por Durkheim e nas reflexões de Sorokin sobre transtornos mentais e de identidade que resultam de experiências muito impactantes de ascensão social; de outro lado, uma hipótese de "aculturação", defendida por Peter Blau, baseada na ideia de que a sociedade, por valorizar mais o sucesso, faria com que as pessoas em processo de ascensão modelassem atitudes e comportamentos identificados com os do grupo de destino (também denominadas atitudes de superconformidade).

Os estudos quantitativos baseiam-se, em sua maioria, na hipótese da aculturação, ou seja, na noção de que as pessoas em processo de ascensão social tendem a se adequar a seu grupo de destino em vez de permanecer fiéis ao grupo de origem, tendo como motivação para tal a busca e a valorização do sucesso.

Os estudos qualitativos, em geral, aproximam-se mais do paradigma durkheimiano, que por sua vez, põe no centro o risco da anomia como consequência de rápidas mudanças sociais, bem como as reflexões de Sorokin sobre os transtornos mentais e de identidade a que tais sujeitos estão expostos, tais como "auto divisão", "neurose de classe", "duplicação".

Nos dois casos, há uma crença dos autores em um efeito único de tensão social, o que Naudet (2012) pontua como insuficiente em comparação com o estudo desta experiência de mobilidade ao longo da trajetória dos indivíduos, como por exemplo, quando se leva em conta a idade em que a mobilidade social é experimentada. Tal não foi o caso dos estudos que

defendem mais fortemente a perspectiva de Durkheim, uma vez que foram realizados com estudantes ou recém-formados em início de carreira, o que já caracteriza por si só uma barreira à observação de uma possível modulação de intensidade dos efeitos da mobilidade em diferentes faixas etárias dos indivíduos em questão. Outros autores chegaram a considerar diferentes etapas nas trajetórias de ascensão social, como por exemplo, períodos específicos da carreira escolar, mas segundo Naudet (2012), permaneceram descritivos e não se aprofundaram na questão da relação dos sujeitos com seu ambiente de origem.

Por essa razão, o autor nos oferece neste artigo uma tipologia diferente das etapas de experiência da mobilidade social, tomando como base a análise de Alfred Schütz (2003 *apud* Naudet, 2012) sobre a condição do estrangeiro e sua trajetória. Nessa mesma toada, Naudet leva em conta as várias fases de tensão entre o ambiente de origem e o de chegada durante a trajetória de mobilidade, mesmo quando contrapõe contextos tão diferentes como o dos Estados Unidos e da França.

A amostra de Naudet foi composta por 51 entrevistados na França entre 2004 e depois, entre 2008 e 2009, e 42 entrevistados nos Estados Unidos em 2007, funcionários governamentais, do setor privado e acadêmicos que ocupavam altos cargos, todos eles filhos de pais trabalhadores pouco qualificados, ou no caso dos indianos, filhos de agricultores sem terras, pequenos agricultores ou trabalhadores pouco qualificados.

As entrevistas foram todas baseadas em um mesmo roteiro, com questões a respeito da autobiografia dos indivíduos e questões mais reflexivas ao final. O intuito de investigar a trajetória de mobilidade ascendente foi informado aos entrevistados, influenciando as respostas. Uma vez que foi solicitado que contassem sua história de vida desde sua infância na classe trabalhadora até a elevada posição social que ocupava no momento da entrevista, o conteúdo informado é direcionado pela forma como cada um escolhe contar sua história de sucesso. Pelo fato de se tratar de uma trajetória que levou a uma conclusão feliz, estes por sua vez, se permitiram incluir fatos e situações negativas que lhes ocorreram.

O autor recorre ao quadro teórico proposto por Alfred Schültz (2003 *apud* Naudet 2012), ao analisar e tipificar a posição do estrangeiro e os processos de "desculturação" e "aculturação" a que os indivíduos em ascensão social estão sujeitos. Assim, Schültz apresenta diferentes fases vividas pelo estrangeiro: primeiramente, ainda utilizando o esquema interpretativo de seu grupo de origem, o estrangeiro tem um olhar de espectador desinteressado em relação ao grupo de destino, até que se torna um membro potencial deste grupo; em uma segunda fase, marcada por maior proximidade com o grupo de chegada, suas representações antes moldadas por esquemas interpretativos do grupo de origem passam a não

coincidir com a experiência que tem com esses "objetos sociais"; em uma terceira fase, a representação anterior a respeito do novo grupo é percebida como inadequada e o estrangeiro passa a não mais confiar em sua forma usual de pensar, tendo que traduzir os padrões de interpretação e expressão do novo grupo com base em seu próprio modelo cultural. O momento seguinte é marcado pela crescente familiarização com esses novos padrões culturais, mas sua relação com a nova cultura é sempre permeada por certa desconfiança ou hesitação. A posição do estrangeiro, descreve Schültz, é semelhante à do investigador, que resulta em uma atitude objetiva e ao mesmo tempo, ambígua, ora considerando o grupo de chegada como acolhedor, ora como um labirinto, em que ele perde seu senso de direção. No entanto, caso o estrangeiro consiga se acomodar ao grupo de chegada, este será sentido como um novo modo de vida, asilo e proteção no qual ele não se sente mais como estranho.

A essa descrição apresentada em diferentes fases do processo de aculturação desenvolvida por Schültz, Naudet acrescenta mais uma camada analítica, baseada na ideia de que estas etapas são vivenciadas de diferentes maneiras em diferentes fases da vida do indivíduo.

1.1.2 As principais etapas da experiência de tensão entre o meio de origem e o de destino

Em uma etapa inicial e anterior à da aculturação que se dá como resultado de uma bem-sucedida mobilidade social ascendente, o autor destaca a importância de se considerar uma primeira identificação da criança com as normas do sucesso: a motivação para trabalhar e garantir o sucesso acadêmico e profissional no futuro. Porém, apenas identificar tais determinantes não seria suficiente para compreender a relação do indivíduo com situações de ascensão social no futuro.

A segunda etapa descrita por Naudet diz respeito à tomada de consciência da distância do meio de origem, que ocorre por vezes gradualmente e em outras situações, brutalmente, como em reuniões com pessoas de grupos dominantes. A escola fornece o ambiente propício para essa conscientização gradual, levando muitas vezes o indivíduo a perceber as contradições entre aqueles que estão inseridos no meio escolar e os que não tiveram o mesmo contato, como é o caso dos pais com baixa escolaridade dos entrevistados nesta pesquisa.

Essa experiência pode ser mais ou menos intensamente vivida, dependendo das estratégias familiares de moradia e escolha das escolas para os filhos, e também pode ser vivida em idades diferentes, dependendo da trajetória de cada indivíduo. Em cada idade, seu

impacto pode tomar diferentes proporções, desde situações de desconforto em relação ao diferente até situações de constrangimento e isolamento, para as quais não se estava preparado ou não se havia enfrentado até ter contato com a alteridade.

O terceiro passo, segundo Naudet (2012), tende a ocorrer durante o ensino superior, e consiste de um questionamento da posição ocupada pelo indivíduo no espaço social, que geralmente leva a um estado de crise: por um lado, o estudante está ainda muito dependente ou muito próximo do grupo de origem, da família, de quem recebe suporte e por outro lado, importa que seja capaz de se lançar a posições sociais mais altas a fim de obter o sucesso nos estudos. Parte dessa socialização envolve muitas vezes iniciar um processo de desculturação, que propicie o afastamento de certos padrões do grupo de origem que não são aceitos no grupo de chegada. Paralelamente à desculturação, processa-se a aculturação aos padrões e costumes dominantes. Este momento é o que carrega a maior tensão entre os dois pontos e o que se prova mais difícil de gerir. As narrativas dos entrevistados sobre o período escolar, são as que mais contêm alusões a sentimentos de vergonha, constrangimento, sofrimento, isolamento, não pertencimento, estranheza, confusão sobre onde está seu lugar, e exclusão. Essa fase pode ter curta duração e passar despercebida, dependendo das condições de origem como ideologia familiar, exposição gradual e ininterrupta à alteridade social, ou pode ser longa e percebida com mais intensidade. Algumas pessoas, especialmente as que adotam uma narrativa legitimista, tendem a acomodar e afastar da memória essas situações, e se espantam ao recordá-las quando evocadas pelas perguntas do entrevistador. Tal esquecimento revela, em verdade, uma reconstrução da história de vida, que se faz necessária para que a pessoa siga em direção a seus objetivos de sucesso. Outros entrevistados ocultaram informações sobre sua infância, bairro onde nasceram ou origem dos pais a fim de minimizar sentimentos de vergonha, algo mais comum aos que estavam no período do ensino superior, e bem menos comum para os mais velhos. Por outro lado, sente-se vergonha também em relação ao grupo de origem, o que faz com que alguns não se mostrem adaptados ao novo grupo, o que mostra a incerteza de sua posição no espaço social.

A quarta etapa descrita por Naudet (2012) aborda a adaptação ao novo ambiente, geralmente predominante no período do ensino superior e no início da vida profissional, e marcada pelo reconhecimento da distância profunda entre sua posição e o ambiente familiar. Este reconhecimento leva à mobilização de estratégias de ajustamento, bem como à adoção de um discurso que justifique a posição ocupada. Enquanto ainda não se ocupa definitivamente a posição social almejada na carreira profissional, faz-se necessário investir em um trabalho de estabilização da própria identidade, dando sentido à distância percebida, moldando a forma de

pensar sobre o próprio lugar no espaço social, o que inclui discursos de enaltecimento dos membros e costumes do grupo de chegada, e de posições que descrevem como estágios mais elevados de maturidade ou novos níveis de consciência. Tais discursos são mais comuns nos indivíduos que ainda estão no período de transição entre a origem e a chegada. Já aqueles que consolidam suas posições no grupo dominante, acabam por se reconciliar com sua origem e não ocultam seu passado humilde. Com a idade mais avançada, são capazes de reconhecer que ao longo de suas trajetórias foram forjando uma nova mentalidade, de modo a se adaptarem ao novo status social, até mesmo tornando-se ideólogos, de modo a justificar o seu novo lugar. Elas se sentem compelidas a explicar porque estão onde estão e a criar um discurso sobre si mesmas, a fim de suportarem os tormentos de uma posição incerta entre dois mundos.

A quinta e última etapa da experiência de mobilidade social ascendente é caracterizada pela ausência de tensão entre o meio de origem e o de chegada. O meio de origem não serve mais como referência a partir da qual o indivíduo se define. A aculturação perfeita, entretanto, não pode ser assumida como tal no meio de chegada uma vez que isso implicaria em uma completa amnésia da história pregressa. Essa etapa final é mais bem descrita por um ajuste tão bem feito ao grupo de chegada que as origens se tornam parte de sua memória, porém, sem nenhum vínculo emocional ou relacional com elas. Este último estágio significa uma incorporação tão forte dos discursos de justificação que estes perdem seu sentido. É uma condição em que a pessoa encontra-se em total consonância com o seu ambiente.

Mesmo assim, afirma o autor, estas pessoas super conformadas a seu meio não poderão negar que tiveram trajetórias diferentes das que já faziam parte deste grupo. Assim, acabam desenvolvendo uma grande habilidade para dominar discursos legitimadores, capazes de justificar todos os aspectos da vida. Naudet compara essa noção ao conceito de Bourdieu (1989) sobre a "fascinada adesão à instituição" do "milagroso" em passagem de *La Noblesse d'État* (Bourdieu, 1989, p. 144).

Bernard Lahire (1998, p. 46-52), por outro lado, afirma ser a "clivagem do eu" um princípio estrutural e algo intransponível pelo indivíduo que experimenta a mobilidade social ascendente. Naudet (2012) vê problemas nessa afirmação, uma vez que a amnésia do meio original (exceto em casos clínicos) é impossível, o que faz sempre presente sua influência sobre a trajetória dos indivíduos em mobilidade. Desta forma, uma certa clivagem do eu será percebida, mas não nos termos de Lahire, para quem seria impossível às pessoas em mobilidade ascendente conciliar pacificamente dois repertórios diferentes de ação. Naudet

reconhece que os repertórios adquiridos no novo ambiente estarão sempre em contradição, em diferentes graus, com as disposições advindas do ambiente original.

Com isso, Naudet (2012) conclui que sua abordagem está centrada em perguntar "**como**" estas pessoas conseguem, apesar de tudo, incorporar as disposições das classes dominantes. Como elas incorporam e de certo modo, "se convertem" aos ideais e costumes dominantes a ponto não só de se conformarem, mas de serem aceitas pelo grupo dominante – levando em conta também que as elites não acolheriam indivíduos que ameaçassem a sua reprodução. Assim, a mobilidade social ascendente afeta a composição das classes altas, mas não as enfraquece, uma vez que a entrada nesse grupo implicou necessariamente um processo anterior de aprendizagem de disposições legítimas pertinentes a este grupo, preservando assim, as fronteiras de classe.

2 Histórico das instituições de estado responsáveis pela educação paulista

2.1 Criação e funcionamento da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

A existência de uma Secretaria Estadual destinada aos assuntos de educação remonta ao governo Vargas que cria as Secretarias de Estado. A partir do Decreto nº 4.917, de 3 de março de 1931, é criada a Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública em 1932. Em 1947, o Decreto-lei no. 17.339 desmembra a secretaria anterior e cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, tendo como secretário Fernando de Azevedo, que já havia atuado no ensino estadual, em 1933, como Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Desde então, a SEE-SP permaneceu com a mesma estrutura até 1976, quando foi reorganizada. Passam-se mais 35 anos até que a estrutura da secretaria seja novamente alterada. A tabela a seguir compara os decretos que reestruturam esse órgão. As principais mudanças estão no acréscimo de duas funções: a de formular políticas educacionais e coordená-las, no lugar de apenas responder por sua execução. Também acrescenta o objetivo de preparar o cidadão e o trabalhador por meio da educação, menciona a gestão dos recursos advindos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), inclui um capítulo específico sobre princípios organizacionais, em especial o foco no desempenho e o monitoramento e avaliação contínuos de resultados e a gestão com base em resultados que caracterizam os princípios da Nova Gestão Pública, incorporando na ação do Estado a lógica e a práxis empresarial.

Decreto N. 7.510, 29 de janeiro de 1976 **Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação**	**Decreto Nº 57.141, de 18 de julho de 2011** **Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas**
TÍTULO I Das Disposições Preliminares e do Campo Funcional	CAPÍTULO I **Disposição Preliminar**
Artigo 1.º - A **Secretaria de Estado da Educação** fica reorganizada nos termos do presente decreto.	Artigo 1º - A **Secretaria da Educação** fica reorganizada nos termos deste decreto.
	CAPÍTULO II **Do Campo Funcional**
Artigo 2.º - Constitui o campo funcional da Secretaria da Educação, **ressalvada a competência das universidades estaduais:**	Artigo 2º - A Educação Básica no Estado de São Paulo, nos níveis de ensino fundamental e médio, constitui o campo funcional da Secretaria da Educação, envolvendo:
I – a execução da política do Governo do Estado no setor de Educação;	I – **a formulação, coordenação** e execução da política educacional do Governo do Estado;
II – o assessoramento ao Conselho Estadual de Educação;	
	II – a elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação;
III – a execução de atividade de ensino de 1.º e 2.º graus, educação pré-escolar, educação especial e ensino supletivo;	III – a execução de atividades de ensino fundamental e médio, objetivando o pleno desenvolvimento do educando, seu **preparo** **para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;**
	IV – o monitoramento e a avaliação de

	resultados da educação estadual;
IV - a execução de atividade de ensino de 1.º e 2.º graus, educação pré-escolar, educação especial e ensino supletivo;	
V – a prestação de assistência do escolar;	V – a assistência escolar ao aluno;
VI – a prestação de assistência técnica, supervisão e fiscalização de estabelecimentos municipais e particulares de ensino de 1.º e 2.º graus, educação pré-escolar, educação especial e ensino supletivo;	
VII – a promoção do desenvolvimento do processo educacional e incentivo ao processo de integração escola e comunidade;	VI – o desenvolvimento do processo educacional e o incentivo à integração escola, **pais** e comunidade;
VIII – a promoção do desenvolvimento de estudos para melhoria do desempenho do sistema estadual de educação;	VII – o desenvolvimento de estudos para melhoria do desempenho do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo;
IX – a promoção de intercâmbio de informações e da assistência técnica material com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;	VIII – a promoção do intercâmbio de informações e de assistência técnica **recíproca** com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
-	IX - a gestão dos recursos provenientes da Quota Estadual do Salário Educação - QESE e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - **FUNDEB**;
X - a execução de atividades destinadas a cumprir e fazer cumprir as leis federais e estaduais de ensino, bem como as decisões dos Conselhos Federal e Estadual de	-

Educação;	
XI - por meio das entidades a ela vinculadas: a) a formulação da política e fixação de normas sobre o sistema estadual de educação; b) a execução de atividades relacionadas com o suprimento de recursos físicos para o sistema público estadual de educação; c) a execução de atividades que propiciem melhores condições à aquisição de livros escolares.	X - a disponibilização de dependências da Secretaria para sediar o **Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social**, criado pelo artigo 3º do Decreto nº 51.672, de 19 de março de 2007, e o provimento da infraestrutura necessária ao seu pleno funcionamento.
-	CAPÍTULO III **Dos Princípios Organizacionais** Artigo 3º - Orientam a organização da Secretaria da Educação: I - foco no desempenho dos alunos; II - formação e aperfeiçoamento contínuo de professores e gestores da educação básica; III - gestão por resultados em todos os níveis e unidades da estrutura; IV - concentração da produção e aquisição de insumos em unidades próprias; V - articulação, entre as unidades centrais da Secretaria e destas com as unidades regionais, no gerenciamento da aplicação de recursos; VI - integração colegiada das políticas, estratégias e prioridades na atuação da Secretaria; VII - monitoramento e avaliação contínua de resultados; VIII - atuação regional fortalecida na gestão

	do ensino; IX - escolas concentradas no processo de ensino/aprendizagem.
TÍTULO II Da Estrutura e das Relações Hierárquicas CAPÍTULO I Da Estrutura Básica Artigo 3.º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica: I - Administração Centralizada: a) Gabinete do Secretário; b) Conselho de Planejamento Educacional; c) Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional; d) Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas; e) Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo; f) Coordenadoria de Ensino Interior; g) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; h) Departamento de Recursos Humanos; i) Departamento de Assistência ao Escolar; j) Comissão Estadual de Moral e Civismo. II - Administração Descentralizada: a) Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP); b) Fundação para o Livro Escolar.	CAPÍTULO IV Da Estrutura SEÇÃO I Da Estrutura Básica Artigo 4º - A Secretaria da Educação tem a seguinte estrutura básica: I - Gabinete do Secretário; II - Comitê de Políticas Educacionais; III - Subsecretaria de Articulação Regional; IV - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza"; V - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica; VI - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; VII - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; VIII - Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos; IX - Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

III - Entidade vinculada: Conselho Estadual de Educação.	Artigo 5º - Vinculam-se à Secretaria da Educação: I - o Conselho Estadual de Educação - CEE; **II - a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE.**
Artigo 13 - Cada uma das Divisões Regionais de Ensino compreende: **I** - Diretoria; **II** - Assistência Técnica; **III** - Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica; **IV** - Serviço de Administração [...] **V** - Serviço de Finanças [...] **VI** - Delegacias de Ensino	(Em 1995 são eliminadas as Divisões Regionais de Ensino, e em 2011, as Delegacias de Ensino passam a ser Diretorias de Ensino) X - **Diretorias de Ensino**, identificadas no Anexo deste decreto.

Tabela 1. Decreto No. 7.510 de 1976 que reorganiza a então Secretaria de Estado da Educação e Decreto No. 57.141 de 2011 que reorganiza a atual Secretaria da Educação. Fonte: Assembleia legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração própria.

2.2 Criação e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de São Paulo

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo foi criado em 7 de junho de 1963, pela lei estadual 7.940, promulgada pelo governador Ademar de Barros e determinava que o Conselho, como órgão vinculado à então Secretaria de Estado da Educação, seria composto por 21 membros nomeados pelo governador do Estado, escolhidos por seu notório saber e experiência em educação, de forma a assegurar que todos os níveis de ensino, bem como a rede pública e a privada, estivessem representados no grupo. Também previa uma única recondução ao cargo de conselheiro (SÃO PAULO, 1963).

Em 6 de julho de 1971, durante o governo de Laudo Natel, foi promulgada a lei estadual 10.403 que reorganizou o Conselho Estadual de Educação, definido no novo texto como "órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, vinculado, tecnicamente, ao Gabinete do Secretário da Educação" (SÃO PAULO, 1971).

Esta lei, por sua vez, modifica o texto da lei de 1963, estabelecendo que o Conselho seja composto não mais por 21, mas por 24 conselheiros, e permitindo a sua recondução sem limites, no lugar da recondução única prevista na lei anterior. A nova lei também muda o texto que determinava o critério de escolha dos conselheiros pelo governador que deveria considerar "a necessidade de nele serem devidamente representados os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular" (SÃO PAULO, 1963), eliminando o termo "necessidade" e substituindo o critério de representação do "magistério oficial e particular" pela "participação de representantes do ensino público e privado" (SÃO PAULO, 1971).

Outras mudanças redefinem o papel da Secretaria da Educação em relação ao Conselho: elimina-se, na lei de 1971, o texto anterior que determinava que a Secretaria deveria velar pelo cumprimento do que decidisse o Conselho; inclui-se um parágrafo que autoriza a participação do secretário da educação nas sessões do Conselho, porém, sem poder de voto, bem como a possibilidade de que este envie projetos de sua competência para deliberação dos conselheiros. O secretário poderá vetar qualquer deliberação do Conselho, obedecendo a um prazo de quarenta dias. No entanto, deverá explicitar os motivos do veto, e este poderá ser acolhido ou não pelo Conselho. Também se diminui de dois terços para maioria absoluta (metade mais um) de membros votantes para que um veto do secretário possa ser derrubado, desde que obedecido o prazo de trinta dias após serem apresentados os motivos do secretário.

Essas alterações apontam para um fortalecimento do poder de decisão do Conselho: apesar de o secretário poder participar das reuniões, um veto seu pode ser derrubado por menos votos em comparação com a diretriz anterior. Essas mudanças na lei que rege seu funcionamento aliadas à liberação do número de vezes que um conselheiro pode ser reconduzido ao cargo, a ausência de critérios para nomeação dos conselheiros (somente na escolha dos cinco suplentes é que a lei prevê um mínimo de três representantes do ensino público) revelam que o Conselho assume um papel mais político, de apoio ao governo, e menos comprometido com a representatividade da sociedade nas questões do ensino, não incluindo como critério obrigatório a participação de representantes de sindicatos, associações de pais ou professores, nem estipulando uma porcentagem de participação entre os titulares que assegurasse uma quantidade equilibrada de representantes do setor público e privado.

A tabela a seguir compara o texto da lei de 1963 que cria o CEE-SP e de 1971 que o reorganiza. Desde 1971, apenas uma alteração foi realizada, em 1999, por decreto com base em projeto de lei apresentado pelo então deputado estadual Gilberto Kassab, cujo pai, Pedro Salomão José Kassab, ocupou uma cadeira no Conselho por quatro mandatos consecutivos e

um quinto que não completou devido a seu falecimento. Com a alteração do artigo proposta pelo deputado, passa a ser competência do CEE-SP fixar normas para a concessão de auxílio do Estado a entidades sem fins lucrativos mantenedoras de escolas, visando assegurar o ensino gratuito a portadores de deficiência, doença ou desvio da normalidade, na faixa de idade dos sete aos catorze anos (SÃO PAULO, 1999).

Lei Estadual 7.940 de 1963	**Lei estadual 10.403 de 1971**
Cria o Conselho Estadual de Educação (C.E.E.)	Reorganiza o Conselho Estadual de Educação (C.E.E.)
	[...] é órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, vinculado, tecnicamente, ao Gabinete do Secretário da Educação.
O C.E.E. será constituído por **vinte e um** membros, nomeados pelo Governador do Estado, **por seis anos**, dentre pessoas de notório saber e experiência em matéria de Educação.	O Conselho Estadual de Educação será constituído por **vinte e quatro** membros nomeados pelo Governador escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação [...]
Na escolha dos membros do C.E.E., o Governador do Estado levará em consideração a necessidade de nele serem devidamente representados os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular.	[...] observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes do ensino público e privado.
De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do C.E.E., **permitida a recondução por uma só vez.**	O mandato dos conselheiros será de **três anos**, **permitida a recondução**.
Ao ser constituído o Conselho, um terço dos seus membros terá mandato, apenas, de dois anos e um terço, de quatro anos.	Anualmente, cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho.

Em caso de vaga, a **nomeação do substituto** será para completar o prazo do mandato do substituído.	Os conselheiros **serão substituídos por suplentes** nos casos de licença por tempo superior a trinta dias. Para efeito do disposto neste artigo, **o Governador nomeará cinco suplentes, sendo três do ensino público, pelo menos, entre pessoas que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para a escolha dos conselheiros.**
O Conselho terá um presidente e um vice-presidente, escolhidos dentre os seus membros, por escrutínio secreto, com mandatos de dois anos, coincidentes com os prazos de renovação do terço dos conselheiros.	O Conselho terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos dentre seus membros, **por maioria absoluta**, em escrutínio secreto, com **mandato de um ano, permitida uma recondução imediata.**
À Secretaria da Educação incumbe velar pelo cumprimento das decisões do C.E.E.	-
-	O Secretário da Educação pessoalmente, ou por representante que designar, terá acesso às sessões plenárias do Conselho, participando dos trabalhos, sem direito de voto. O Secretário da Educação poderá submeter ao Conselho projetos de deliberações sobre qualquer matéria da competência desse órgão, os quais, se assim for solicitado, deverão ser votados no prazo de quarenta dias, contados da data da sua entrada no Conselho. Esgotado o prazo, sem deliberação, serão os projetos considerados aprovados, devendo o Presidente do Conselho providenciar a publicação das deliberações no prazo dos dez dias seguintes.
Dependem de homologação do Secretário de Estado dos Negócios da Educação os atos compreendidos nos itens I a XIX.	Dependem de homologação do Secretário da Educação, [...] as deliberações do Conselho, de conteúdo normativo e de caráter geral.

	O Secretário da Educação deverá homologar ou vetar as deliberações, no todo ou em parte, no prazo de trinta dias contados da data em que derem entrada em seu Gabinete. Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, sem comunicação ao Conselho de veto do Secretário da Educação, considerar-se-ão homologados as deliberações que entrarão em vigor, mediante portaria do Presidente do Conselho, expedida dentro dos dez dias seguintes.
A deliberação vetada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação voltará a ser apreciada pelo C.E.E., que poderá rejeitar o veto por, no mínimo, dois terços da totalidade de seu membros.	O Secretário da Educação **comunicará ao Presidente do Conselho, dentro do prazo a que se refere o § 1º, os motivos do veto**, cabendo ao Conselho acolhê-lo ou não, por maioria absoluta de seus membros no prazo de trinta dias contados da data do recebimento da comunicação. Esgotado o prazo, o silêncio do Conselho importará em acolhimento do veto.
Lei n. 10.403, de 6 de julho de 1971, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação	Lei No. 10.238 de 12 de março de 1999, altera a Lei no. 10.403. "IV - fixar normas para a concessão de auxílio do Estado a entidades sem fins lucrativos mantenedoras de escolas, visando assegurar o ensino gratuito aos menores, dos sete aos catorze anos, portadores de deficiência, doença ou desvio da normalidade."
IV - fixar normas para a concessão de auxílio do Estado a entidades sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas, visando a assegurar o ensino gratuito aos menores dos sete aos quatorze anos.	IV - fixar normas para a concessão de auxílio do Estado a entidades sem fins lucrativos mantenedoras de escolas, visando assegurar o ensino gratuito aos menores, dos sete aos catorze anos, **portadores de deficiência, doença ou desvio da normalidade.**

	(Projeto de lei nº 50/96, do deputado Gilberto Kassab - PFL)

Tabela 2. Comparativo entre o texto da Lei Estadual 7.940 de 1963 que cria o Conselho Estadual de Educação e as Leis Estaduais 10.403 de 1971 que o reorganiza e 10.238 de 1999 que inclui uma alteração à lei de 1971. Fonte: Assembleia legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração própria.

De acordo com o seu regimento, aprovado em 1971 no governo Laudo Natel, três meses após a promulgação da lei 10.403 que reorganizou o Conselho, as atribuições do Conselho Estadual de Educação envolvem, de maneira geral: normatizar, propor medidas para a organização e funcionamento do sistema estadual de ensino; elaborar o Plano Estadual de Educação, propor critérios e sugerir medidas para aplicação de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, decidir o currículo do ensino médio, autorizar a instalação, fiscalizar o funcionamento e aprovar o regimento de escolas estaduais de nível superior, de fundações escolares mantidas total ou parcialmente com recursos estaduais; normatizar o reconhecimento e a fiscalização de escolas municipais e particulares de ensino primário, de escolas experimentais e de escolas particulares de ensino médio; dispor sobre cursos de aprendizagem industrial e comercial ministrado por instituições, estabelecer as condições de adaptação para alunos transferidos de uma escola para outra, inclusive internacionais, fixar a quantidade e o valor das bolsas de estudo com recursos do Estado e da União, bem como determinar as provas de capacidade para sua obtenção; fixar as condições para conceder amparo do Estado a instituições de ensino beneficentes destinadas ao ensino das classes menos favorecidas; receber e decidir sobre recursos interpostos por candidatos ao magistério, por estudantes e outros; promover e realizar estudos, bem como adotar e propor medidas que visem expandir e aprimorar o sistema estadual de ensino, emitir parecer sobre assuntos ou questões educacionais e pedagógicos submetidos pelo governo estadual; melhorar o índice de produtividade do ensino, produzindo dados estatísticos e estudos para aumentar seu nível de produtividade; propor medidas que visem à expansão e aperfeiçoamento do sistema estadual; estimular a assistência social escolar; emitir parecer sobre assuntos ou questões submetidos pelo governo do Estado; manter intercâmbio com o Conselho Federal de Educação, com o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo e com os conselhos estaduais de educação; promover correções em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos à sua jurisdição, fixar as condições para o provimento a qualquer título, inclusive o efetivo, este sempre por concurso de títulos e provas, dos cargos de magistério dos

estabelecimentos de ensino primário e médio mantidos pelo Estado, bem como de cargos e funções docentes dos estabelecimentos isolados de ensino superior, municipais e estaduais; elaborar seu regimento e submetê-lo à aprovação do Governador do Estado; promover congressos de professores para debates sobre assuntos pertinentes ao ensino em geral. (SÃO PAULO, 1971b). Estas atribuições confirmam que a atuação do CEE-SP tem impacto nas políticas públicas que se originam no governo, bem como nas instituições públicas e privadas do Estado, que dependem desta instância para ter seus cursos autorizados, seus regimentos aprovados e sua atuação reconhecida no mercado de bens educacionais. É um poder ao mesmo tempo normativo e legitimador das instituições e agentes relacionados à educação pública e privada.

Um dado importante do funcionamento do CEE-SP é a remuneração que recebem os conselheiros. Estes igualmente recebem por reunião (que ocorre todas as quartas-feiras no Colégio Caetano de Campos no centro da cidade de São Paulo) uma gratificação ou *jeton*, de R$ 56,93, cujo valor é determinado pelo governador, o que no final do mês, se o conselheiro participar de uma reunião semanal, corresponde a uma remuneração de R$ 227,70 por mês (SÃO PAULO, 2019).

No texto de abertura do CEE-SP em sua página na internet, lê-se que seu papel é normativo, deliberativo, mas com "vocação" para ser um "órgão técnico e também atuante no estabelecimento de políticas públicas" (CEE-SP, 2018). Sua "missão mais alta", e seu "objetivo maior" é "qualificar a educação paulista, pública e privada, de todos os níveis" (CEE-SP, 2018). Além dessa definição, o texto traz dois tópicos em destaque: "Autonomia" e "Fixação de Posições Doutrinárias". No primeiro, afirma sua autonomia e sua contribuição para descentralizar decisões; no segundo, explica que uma de suas funções é "fixar doutrina" com base no estudo de questões sobre as quais se pronunciou anteriormente, e desta forma, garantir a continuidade de programas anteriores para a educação e definir as funções que lhe competem por lei.

Depreende-se desse discurso que o Conselho esforça-se para afirmar-se como órgão autônomo, apesar de ser um órgão vinculado à Secretaria, seja pelo uso da expressão "fixar doutrinas" (termo que figura mais de uma vez em seu texto de apresentação),seja quando reforça ser o Conselho o responsável por definir suas atribuições e criar sua própria autonomia:

> É, assim, no estabelecimento de doutrina sobre os assuntos que são de sua competência, no simultâneo acompanhamento de casos e experiências, essencial

> para a avaliação de suas posições e medidas, que o CEE encontra formas de definir – no momento atual e para a situação contemporânea – as funções que a lei estabelece para ele. [...] Ao CEE compete, ainda, criar condições internas para a autonomia de suas decisões – que deverão sempre refletir os superiores interesses da educação (CEE-SP, 2018).

A forma de atuação do Conselho e de seus agentes, suas relações entre si e com instituições externas é importante base para análise do modo como funcionam e se articulam as elites político-administrativas e demais setores das elites no Estado de São Paulo.

A abrangência das decisões que lhe cabem definir, deliberar e implementar não se restringem à rede de ensino pública do estado, mas se estendem à rede privada, uma vez que desde a aprovação do funcionamento até deliberação sobre questões curriculares de alunos de escolas privadas estão sob sua responsabilidade. Conforme explicita o texto de apresentação do CEE-SP em seu website oficial: seu objetivo é o de "qualificar a educação paulista, pública e privada, de todos os níveis" (CEE-SP, 2018), ou seja, sua atuação não se restringe a uma etapa específica do ensino, mas a todas: ensino infantil e fundamental (da rede privada como um todo e das instituições destas etapas que não foram municipalizadas), ensino médio, técnico e superior, inclusive compartimentando o Conselho em câmaras para cada uma das etapas. O alcance de suas decisões é o maior em comparação com os demais conselhos de educação do Brasil, visto que atinge toda a rede de ensino estadual paulista, bem como toda a rede privada do estado. A tabela abaixo, elaborada a partir do censo escolar de 2018 realizado anualmente pelo INEP/MEC, mostra em número de matrículas a dimensão da rede estadual pública e da rede privada sobre as quais delibera o CEE-SP:

Número de Matrículas - Censo Escolar (2018)		
Etapa	**Estadual**	**Privada**
Educação Infantil	1.256	763.909
Ensino Fundamental	1.934.042	1.054.104
Ensino Médio	1.270.372	248.769
Técnico Presencial	179.018	157.875
Técnico EAD	6.198	60.784
EJA Presencial	208.312	3.467
EJA Semi-Presencial	90.137	-
EJA EAD	-	14.132
Educação Especial	67.522	45.579
Total Educação Básica	3.756.857	2.348.619
Total Educação Superior	230.527	1.700.539
Total	3.987.384	4.049.158
Total Geral		**8.036.542**

Tabela 3. Dimensão da rede estadual e privada do estado de São Paulo em número de matrículas efetuadas em 2018. Fonte: Censo escolar 2018 e Sinopses Estatísticas da Educação Superior-Graduação 2018 (INEP/MEC, 2019a, 2019b).

Pelas características acima explicitadas, pode-se concluir que a abrangência dos poderes atribuídos pelo governo estadual a seu conselho de educação é bastante ampla, e suas decisões influenciam um contingente de mais de oito milhões de estudantes em todos os níveis de ensino. Especialmente na educação básica, a proporção de alunos matriculados na rede privada corresponde a 62,5% do total de alunos da rede pública e apesar dessa proporção, dentre os membros do Conselho não se encontram representantes de sindicatos, professores ou representantes de pais e alunos, o que o torna alvo de críticas de sindicatos, políticos e meios de comunicação por ser composto de uma maioria sempre presente de representantes de escolas e universidades particulares de renome em São Paulo.

No que diz respeito aos níveis de ensino, as funções que cabem ao Conselho Estadual extrapolam o campo funcional do órgão executivo, uma vez que influem em diferentes aspectos do ensino superior, como é o caso dos cargos e funções docentes e a elaboração e aprovação dos regimentos das instituições estaduais e municipais de ensino superior do estado de São Paulo, enquanto que as ações da Secretaria estão restritas ao ensino básico (fundamental e médio). Também ao Conselho cabe aprovar ou não o funcionamento de cursos de especialização, sejam de instituições públicas municipais, estaduais e federais, sejam de instituições privadas, destinados à formação de profissionais da Educação. Além dos cursos destinados à formação de professores, cabe-lhe a aprovação dos demais cursos de instituições de ensino particulares, além do credenciamento de faculdades integradas como centros universitários. É o último degrau a ser galgado por uma instituição antes de se tornar uma universidade, que recebe autonomia para criar seus próprios cursos sem necessidade de aprovação do Conselho, como explica uma nota do jornal local sobre o então centro universitário FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) e atual UniFAI:

> Segundo a instituição, são vários os benefícios com a transformação em Centro Universitário, sendo o maior deles a autonomia universitária da instituição, que poderá criar novos cursos sem prévia autorização (com posterior reconhecimento junto ao CEE-SP em processo regular), além de expedir o seu próprio diploma (já que atualmente os diplomas da FAI são expedidos pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar), ampliar o número de vagas, alterar grades curriculares, entre outros. Consolidado o status de Centro Universitário, a FAI poderá ser transformada, em uma etapa seguinte, em Universidade (GRUPO IMPACTO, 2016).

Da análise destas funções exercidas pelo Conselho, inevitavelmente surge a questão relativa à ocupação de seus cargos por proprietários e dirigentes de diversas instituições atuando diretamente na aprovação e credenciamento de instituições de ensino superior. Não é preciso ir longe: no próprio caso acima mencionado, o diretor do centro universitário mencionado era, naquela ocasião, o conselheiro Márcio Cardim, nomeado como tal pelo governador Geraldo Alckmin em 2012 e reconduzido em 2015, para permanecer no CEE-SP até 2018.

O fato de os conselheiros não serem eleitos, mas sim nomeados, aponta para a continuidade de um modelo organizacional que foi concebido no período ditatorial, quando o estatuto que reorganiza o Conselho elimina critérios de seleção dos seus membros com base na representatividade dos diversos setores da sociedade envolvidos no sistema educacional do Estado, ao mesmo tempo em que exclui a diretriz anterior de uma única recondução, permitindo, desde então, a recondução sem limite dos conselheiros.

O regimento de funcionamento do Conselho preservado especialmente pelo grupo que se instala logo após a redemocratização pode levar-nos a caracterizar o órgão como uma oligarquia, no sentido do conceito elaborado por Robert Michels que, conforme afirma Couto (2012), "permite identificar processos mediante os quais certos grupos apoderam-se do poder organizacional, entrincheirando-se e tornando-se infensos a controles, sejam eles democráticos ou meritocráticos" (COUTO, 2012, p. 47).

2.3 O contexto político-econômico dos anos 1990

A presente investigação inicia-se nos anos 1990, em um contexto político nacional caracterizado por "profundas reformas políticas e econômicas, que se estendem da redemocratização política à liberalização e à privatização de sua economia" (SOUZA, 2004, p. 926), e por uma preocupação com a reforma do sistema educacional, expressa na Emenda à Constituição número 14 de 12 de setembro de 1996 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, por planos nacionais que envolvem redução dos gastos públicos, redução do tamanho do Estado e um movimento de municipalização da educação em todo o território nacional.

O sociólogo francês Christian Laval (2004) aponta para o fato de que tal fenômeno reformador alinhado ao pensamento neoliberal vinha se delineando desde os anos 1970 nos países da OCDE. É esse o contexto da crise de legitimidade da escola e dos discursos e

propostas de sua reforma, de modo que "uma das principais transformações que afetam o campo educativo nesses últimos decênios [...] é a monopolização progressiva pela ideologia neoliberal do discurso e da dinâmica reformadora" (LAVAL, 2004, p. X). Podemos constatar seus efeitos desde os anos 1990 no Brasil, caracterizado pelo avanço das práticas de governança do meio privado sobre o domínio público.

Para o modelo neoliberal de escola, a educação é um bem privado e dotado de valor econômico, da mesma forma que o conhecimento é um recurso escasso e deve ser acumulado como um capital de ordem econômica. Assim, a acumulação própria de capital está fundamentada na capacidade de inovação e na constante renovação da formação da mão-de-obra especializada, de modo que a escola passa a ser um instrumento a serviço do mercado (LAVAL, 2004).

Assim as reformas são oferecidas pelo mercado ao setor público, caracterizado como ineficiente e débil, apontando para a "descentralização, para a padronização dos métodos e dos conteúdos, para o novo 'gerenciamento' das escolas, para a 'profissionalização' dos professores", com base na valorização fundamental da competitividade, identificada ao desenvolvimento econômico capitalista (LAVAL, 2004, p. XIII).

Laval (2004) faz uma comparação entre a concepção da escola republicana e a escola dos dias atuais: a republicana era essencialmente voltada a formar o cidadão, enquanto que hoje, ou é concebida como serviço, que se presta a satisfazer o desejo do consumidor (do aluno-cliente, que consome a educação privada) ou, concebida como investimento econômico do indivíduo, reduzindo-se a produzir "capital humano" para atender às demandas do mercado por mão-de-obra (LAVAL, 2004).

Um ponto importante que o autor evidencia é a contribuição das agências internacionais como OMC, OCDE, Banco Mundial e FMI para a produção e difusão de discursos globais que tomam para si a centralidade política e a prerrogativa da normalização simbólica (LAVAL, 2004), e estas mesmas instituições internacionais aparecem nas trajetórias dos principais agentes envolvidos nas duas reorganizações do sistema de ensino, o que nos leva a discutir sua influência na formação de suas visões de mundo como motivação para a tomada de decisões sobre os rumos da educação paulista.

Segundo Oliveira (2015), também a participação do empresariado no debate em torno das reformas da educação amplia-se significativamente a partir dos anos 1990. Com argumentação fundada na crítica generalizada que direcionam à falta de eficiência da escola pública, os setores privados veem uma oportunidade de apresentar sua própria solução para o problema: a privatização ou as parcerias entre público e privado, especialmente nos Estados

que implementam políticas públicas baseadas nas premissas da Nova Gestão Pública e da Gerência de Qualidade Total. A noção de governança (*governance*), herança de estratégias impostas pelo Banco Mundial aos países que dependem do financiamento de sua dívida externa, também é introduzida no discurso sobre eficiência a fim de legitimar os processos de descentralização pregados pela lógica da privatização, então em fase de importação para a gestão pública.

Essas observações gerais situam inicialmente o contexto das reformas do ensino paulista, em especial das duas grandes reorganizações do sistema estadual de ensino que foram propostas no período.

2.4 Transformações na morfologia da rede de ensino sob a jurisdição da SEE-SP

De acordo com a última série histórica publicada pela Secretaria da Educação em 2015 as redes estadual e municipal de São Paulo são responsáveis pela formação de mais de 80% da população de estudantes de São Paulo, em termos proporcionais. No Estado de São Paulo, para cada aluno em escola particular fundamental, há outros dois em escolas estaduais e outros dois em escolas municipais. Estes números, no entanto, são bem diferentes daqueles de vinte anos atrás, quando se observava que para cada aluno da rede privada havia um na rede municipal e outros cinco matriculados na rede estadual (no ano de 1996), indicando o processo de municipalização pelo qual o sistema de ensino passou ao longo desse período (SÃO PAULO, 2015, p.47).

Segundo a publicação da SEE-SP, que tomou como base as edições do Censo Escolar de 1985 a 2014, o Estado de São Paulo é a unidade da federação com maior contingente de alunos matriculados em escolas estaduais, municipais e particulares do Brasil. Conforme mostra a Série Histórica da Matrícula da Educação Básica do Estado de São Paulo, que compreende os anos 1985, 1990, 1995, 2014 e 2015, a distribuição dos alunos por rede de ensino dentro do Estado é a seguinte:

Matrícula da Educação Básica - Série Histórica						
Educação Infantil	**Estadual**		**Municipal**	**Particular**	**Federal**	**Total**
1985	82.801		391.996	162.973	-	637.770
1990	71.000		542.287	172.044	-	785.331

1995	989		748.804	161.793	-	911.586
2014	1.259		1.337.048	669.237	337	2.007.881
2015	1.068		1.362.087	699.436	326	**2.062.917**
Ensino Fundamental	**Estadual**		**Municipal**	**Particular**	**Federal**	**Total**
1985	3.978.507		506.684	504.564	-	4.989.755
1990	4.711.559		557.676	728.825	-	5.998.060
1995	5.263.112		646.500	752.857	-	6.662.469
2014 (totais ciclos de 8 e 9 anos)	2.180.111		2.292.860	1.026.803		**5.499.971**
2015 (totais ciclos de 8 e 9 anos)	2.022.293		2.272.738	1.070.704		**5.365.948**
Ensino Médio	**Estadual**		**Municipal**	**Particular**	**Federal**	**Total**
	SE	Outras				
1985	545.372		16.757	250.795		812.924
1990	698.868		19.875	282.654		1.001.397
1995	1.179.297	78.916	31.137	318.839		1.608.189
2014	1.547.380	70.519	23.827	283.493	2.636	
2015	**1.468.598**	73.366	**22.683**	282.803	3.514	1.850.964
EJA	**Estadual**		**Municipal**	**Particular**	**Federal**	**Total**
	SE	Outras				
1990	-	-	-	-	-	-
1995	173.951	-	149.028	121.982	-	444.961
2014	278.553	-	160.320	4.350	180	443.393
2015	255.922	-	145.813	7.229	178	409.142

Tabela 4. Comparativo de matrículas da Educação Básica de 1985 a 2015[8]. Fonte: SEE-SP. Elaboração própria.

Percebe-se pelas informações apresentadas na tabela acima que, em um período de vinte anos (de 1995 a 2015), houve um forte movimento de municipalização com redução da ordem de 61% no número de matrículas no ensino fundamental da rede estadual, enquanto que o percentual vai para 71% de aumento no número de matrículas no ensino fundamental da rede municipal dentro do Estado de São Paulo.

Outros elementos foram adicionados a esse panorama favorável à descentralização da administração educacional. Segundo José de Marcelino Pinto (2007), o fator que mais impulsionou essa transformação na oferta do ensino básico foi o lançamento em 1997 do FUNDEF (PINTO, 2007). Oliveira et. al (2007) explicam que o FUNDEF "instituído pela Emenda Constitucional 14/96, é uma subvinculação dos recursos constitucionalmente vinculados à educação e regulamentado pela Lei no. 9.424/96" (OLIVEIRA et. al, 2007, p. 108).

[8] Fonte: Série Histórica: Matrícula da Educação Básica – Estado de São Paulo 1985, 1990, 1995, 2000 -2015 (SEE-SP, 2016).

O gráfico a seguir mostra a dimensão da rede de ensino estadual, em comparação com as demais redes municipal e particular na Educação Básica. Os dados deste gráfico foram obtidos da última Série Histórica da Matrícula da Educação Básica do Estado de São Paulo produzida pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

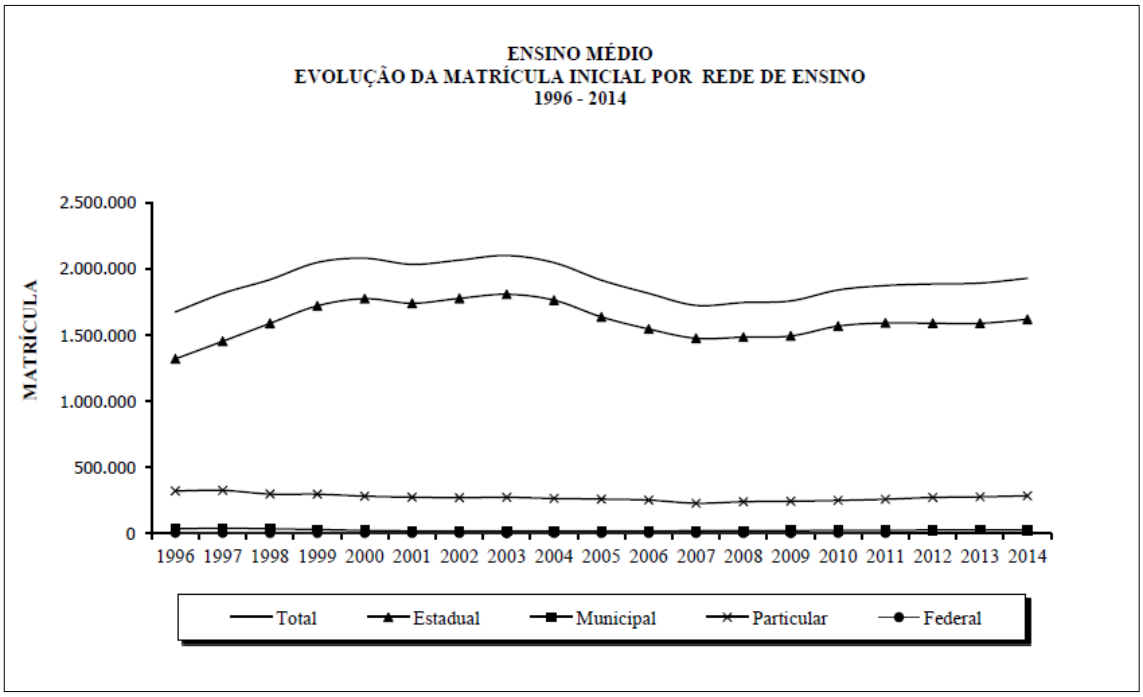

Gráfico 1. Dimensão das redes de ensino no Estado de São Paulo de 1995 a 2014. Fonte: SEE-SP, 2016.

2.5 As funções dos agentes na Secretaria e no Conselho Estadual de Educação

De acordo com o decreto número 57.141, de 18 de julho de 2011, que redefine o decreto de número 7.510, de 29 de janeiro de 1976, este último que reorganiza a Secretaria da Educação, os secretários da educação são agentes do Poder Executivo, diretamente subordinados ao governador do Estado que os nomeia e exonera. Cabe, oficialmente, ao secretário da educação um papel propositivo (de políticas e diretrizes a serem adotadas pela Secretaria, de projetos de lei e de decretos ao governador), um papel administrativo (administrar e colocar em execução programas de educação, cumprir e fazer cumprir leis, delegar atribuições, administrar pessoal) e um papel decisório (decidir sobre proposições encaminhadas pelos órgãos subordinados e vinculados), conforme pode ser visto com detalhe no APÊNDICE I. O secretário adjunto tem como competências assessorar o secretário e representá-lo em suas funções quando de sua ausência ou renúncia. O chefe de gabinete,

também um cargo comissionado[9], tem papel predominantemente administrativo e de assessoria ao secretário, podendo substituir o secretário adjunto ou o secretário em sua ausência.

Os agentes que compõem o Conselho Estadual de Educação são nomeados e reconduzidos ao cargo pelo governador e suas funções são essencialmente deliberativas e normativas. Suas decisões dependem da homologação do secretário, mas também o secretário depende do acolhimento do Conselho para validar um veto seu.

O levantamento das trajetórias educacionais e profissionais dos agentes e as conexões entre eles e entre atores e instituições externas à Secretaria (públicas ou privadas) tem como finalidade o desenho de um panorama comparativo do perfil desses agentes responsáveis por deliberar sobre as principais políticas públicas para a educação paulista.

2.5.1 Início das ações do governo Mario Covas em 1995

É imprescindível destacar que os principais atores que ocuparam a Secretaria da Educação e o Conselho Estadual de Educação de São Paulo desde o dia da posse do governador Mário Covas, estiveram ao lado da defesa da escola pública nos embates que se deram em torno da definição da nova LDB, logo após o fim do período ditatorial e da elaboração da Constituição de 1988, lutando contra os interesses da inciativa privada e de uma forte representação da Igreja Católica a favor do ensino privado e de base religiosa. Guiomar Namo de Mello, então secretária da educação durante a gestão Mario Covas na Prefeitura de São Paulo, cuja chefa de gabinete foi Rose Neubauer, além de sua atuação política na fundação do PSDB, esteve presente nos embates em torno da definição da Lei de Diretrizes e Bases nos anos 1990, juntamente com seu orientador na PUC-SP, Dermeval Saviani, a quem coube redigir em um artigo que lançou as bases progressistas que dariam origem às diretrizes e bases da educação nacional, apoiadas na recém aprovada Carta Magna brasileira (AGUIAR; BOLMANN, 2016).

[9] De acordo com o artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos [...] ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 2018, p. 47). O cargo comissionado ou "em comissão" não é o mesmo que cargo em confiança: enquanto a função de confiança só pode ser exercida por servidores públicos concursados que já estão estabelecidos em seus cargos, o cargo em comissão é preenchido por servidores de carreira que devem ser nomeados e exonerados pela autoridade competente e, segundo o inciso V do artigo 37 da Constituição Federal, "destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento" (BRASIL, 2018, p. 47).

Eleito o governador Mario Covas em 1995, toma posse como secretária da educação de São Paulo a professora Rose Neubauer, ex-chefe de gabinete na Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) durante a gestão de Covas como prefeito da cidade de São Paulo, de 1983 a 1985.

No primeiro dia de mandato, uma ação do governo na área de educação, que amplia as atribuições dos Delegados de Ensino[10], demonstra a existência de um planejamento anterior de reorganização e descentralização da Secretaria de Educação, preparando o terreno para o movimento posterior de municipalização da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o que antecipava as diretrizes que seriam aprovadas na LDB de 1996. O decreto estadual número 39.902 de primeiro de janeiro de 1995 (um domingo) explicita os objetivos do novo governo com relação à educação:

> a necessidade de *reorganizar* a Secretaria da Educação, objetivando a descentralização da execução das suas ações, buscando agilidade nas decisões, a fim de que possa imprimir uma nova política educacional; e considerando que cabe ao Governo do Estado estabelecer diretrizes a serem adotadas pela Secretaria da Educação, visando encurtar distâncias decisórias, para a melhoria da política educacional (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1995a, p.5).

Pouco mais de dois meses após o início do governo, em 22 de março de 1995, a secretária Rose Neubauer publica um Comunicado, no qual são anunciadas as diretrizes educacionais que regeriam todo o período do governo Mario Covas – janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1995, p. 8-12).

No dia 08 de novembro de 1995, o Conselho Estadual de Educação (CEE-SP) emite o parecer de no. 674/95 relativo ao Processo CEE Nº: 744/95 que aprova o Projeto de Reorganização das Escolas da Rede Estadual, encaminhado em 23 de outubro pela secretária Rose a uma comissão especial deste Conselho formada por Bernardete Angelina Gatti como relatora (nomeada pelo governador Mario Covas), Luiz Roberto da Silveira Castro, Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab e demais conselheiros presentes (nomeados ainda na gestão anterior, pelo governador Fleury). A relatora informa no parecer que recebeu para sua avaliação três documentos: o primeiro fundamentava e explicava a reforma, o segundo era um manual intitulado: "Rumo ao novo modelo pedagógico: pela melhoria da qualidade de

[10] Pelo decreto no. 39.902 de 01 de janeiro de 1995, as atribuições dos serviços de Recursos Humanos (artigos 41 e 42 do decreto 17.329 de 14 de julho de 1981), relacionadas à administração de pessoal civil que presta serviços às unidades escolares, bem como estagiários e contratados, atividades de treinamento, cadastro e controle relativo a cargos, funções, transferências, designação de funcionários, passam a ser de responsabilidade das Delegacias de Ensino.

ensino e valorização do professor – Manual de Orientação", que demonstrava metodologicamente as etapas e as ações a serem realizadas para implementação da reorganização da rede pública de ensino, e um terceiro documento que trazia propostas para discussão a respeito de recursos humanos. A relatora informa em seguida que a secretária Rose Neubauer esclarece nos documentos que baseou seu projeto de reorganização em estudos técnicos que demonstraram ser ineficaz a estratégia de reunir em um único prédio classes do ciclo básico até a 4ª. série juntamente com classes de 5ª. a 8ª. séries do ensino fundamental, bem como, em muitos casos, com classes de alunos do ensino médio. Gatti resume a argumentação da secretária, para quem esse tipo de agrupamento de classes em um mesmo estabelecimento "não atingiu a eficácia pretendida, criando tanto problemas pedagógicos sérios quanto problemas de distorção, no atendimento à demanda e, distorções, também, na necessidade de construções e de aumento de quadros docentes e administrativos" (CEE-SP, 1995). A relatora também informa no parecer que a secretária propõe o modo como a reorganização deveria ser implementada: de forma gradativa, uma vez que afetaria carreiras, planos de vida de alunos, professores e a população em geral. Informa também que a proposta prevê a realização de um amplo debate, com envolvimento de toda a sociedade, e pela primeira vez menciona a participação dos municípios, sem, no entanto, citar abertamente a transferência da gestão das classes das séries iniciais para os municípios:

> Propõe-se a elaboração de uma proposta inicial por uma equipe em que dirigentes municipais também estejam envolvidos e discussão ampla dessa proposta inicial, para aprimoramento, com os Conselhos de Escola, representantes da comunidade, professores e funcionários. Deverão ser envolvidos, também, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Propõe-se um trabalho intenso de discussão e esclarecimento, de modo que as mudanças reflitam as necessidades e características próprias de cada um dos municípios, ou áreas nos municípios. O Manual de Orientação Técnica oferece exemplos de procedimentos possíveis, apresentando o caso de três municípios de tamanhos diferentes, representativos de cerca de 71% dos municípios do Estado de São Paulo. Os exemplos são caracterizados como de demonstração da metodologia sugerida. O Manual destina-se aos Delegados de Ensino, Supervisores, Assistentes de Planejamento, Diretores de Escola e Professores (CEE-SP,1995).

A relatora Bernardete Gatti também destaca no Parecer do Conselho o tema da *entrosagem*, ou seja, da associação por meio de convênios com outras organizações da sociedade para complementar a oferta do ensino fundamental, que já havia sido instituída pela Lei Federal No. 5692 de 01 de agosto de 1971 e que aquele colegiado já havia adotado como jurisprudência. Ela aponta ainda a falta de clareza nos mecanismos de articulação entre as

escolas que deverão abrigar as séries do ciclo básico até o 4º. ano, e recomenda que este esclarecimento seja feito para os pais que estavam sem informação sobre a destinação de seus filhos, bem como que haja o cuidado necessário para manter a continuidade do aprendizado e as condições favoráveis para seu desenvolvimento. Recomenda também a clareza de informações aos Delegados de Ensino e Diretores de escolas que são o "ponto chave" da reorganização, bem como uma discussão aprofundada com os Delegados de Ensino sobre os processos de implantação, com espaço garantido de participação. Aconselha o cuidado com as famílias que têm mais de um filho matriculado em diferentes ciclos numa mesma escola e que seriam então separados, causando-lhes transtornos com relação a transporte e locomoção; o mesmo serviria, segundo a relatora, para pensar o caso de equipes de professores dos diferentes ciclos que já estivessem integrados e que seriam transferidos ou remanejados. Recomenda o envolvimento das faculdades que oferecem cursos de licenciatura no processo de reorganização e, mais ao final, evoca a importância da participação das prefeituras uma vez que apesar de velada, era inegável a intenção da Secretaria de Educação em fazer avançar o processo de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental, processo esse que a relatora apoia no parecer. Apesar das ressalvas, nenhuma alteração à proposta apresentada pela Secretária é sugerida pelo Conselho e, acompanhando o voto favorável da relatora, todos os conselheiros presentes na Comissão aprovam a implementação do Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública para o Estado de São Paulo.

Em 13 de novembro de 1995, cinco dias após a emissão do parecer do Conselho de Educação, uma notícia no jornal *Folha de S. Paulo* informa que as aulas em toda a rede pública estadual haviam sido suspensas naquela data. Seria então um dia reservado ao debate da proposta de reorganização das escolas da rede estadual com a comunidade. Para tal, a Secretaria Estadual da Educação (SEE-SP) convocara pais, alunos, professores e diretores das cerca de 6.800 escolas da rede para participarem deste dia de discussão e serem informados do teor da reforma. Além disso, um vídeo de dez minutos seria vinculado na TV Cultura em quatro diferentes horários ao longo do mesmo dia. A reportagem relata também que no sábado, 11 de novembro, haviam ocorrido na zona norte de São Paulo manifestações de professores e população em geral contrárias à proposta de reorganização e outros protestos estavam acontecendo semanalmente em Santo André, estando o próximo marcado para o dia 14 de novembro. A principal reclamação dos manifestantes, noticia a *Folha*, é a falta de discussão da Secretaria com pais e professores. Ao final, o jornal aborda a motivação econômica da reforma, que não fora explicitada pelo governo: "embora o governo negue, a

criação das escolas primárias também facilita o processo de transferência dos custos das escolas do Estado para os municípios" (ROSSETTI, 1995).

Oito dias após a aprovação da proposta no Conselho de Educação, o Decreto No. 40.473 de 21 de novembro de 1995 é instituído pela Secretaria da Educação. Este decreto, em consonância com os objetivos anunciados no primeiro dia de mandato do governador Mário Covas para a política educacional paulista, coloca em ação o "Programa de reorganização das escolas da rede pública estadual" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1995b).

Aranha (2011) cita dados de um balanço produzido pelo gabinete do governador ao final do primeiro ano da gestão de Mario Covas (dezembro de 1995), em que fica evidente o comprometimento do governo com o plano de reorganização do ensino básico e consequente atingimento de redução de gastos. Os resultados celebrados seriam então: "melhor utilização dos equipamentos com diminuição de 7.500 classes, desativação de 120 escolas e eliminação da construção de 1.400 novas salas de aula" (REVISTA ESCRIBA, *apud* Aranha, 2011).

Aranha (2011) apresenta a versão da secretária Rose Neubauer, que explica a reorganização das unidades escolares, separando as escolas por ciclos de ensino, como uma necessidade de adaptar as instalações às idades dos alunos:

> Segundo a secretária Rose, [...] "Fazer uma escola adequada para crianças e uma adequada para jovens é o mínimo. A criança de seis anos precisa de estímulo. Elas têm que ter uma hora de recreio com crianças da idade dela, que não a agridam, não cometam *bullying*", afirma. Sobre os alunos que passaram a ter que se deslocar por grandes distâncias para chegar à escola, Rose diz que foram casos isolados. "Tínhamos escolas que eram seletivas. No momento em que ela vai ter de atender todas as crianças que moram ali perto, as ricas e as pobres, teve reclamação de pais que não queriam que seus filhos estudassem com crianças que vinham 'lá daquele lugar'" (ARANHA, 2011, p. 107).

No ano seguinte, menos de três meses depois do início da implementação do projeto de reorganização da rede estadual de ensino, o processo de municipalização já previsto pela conselheira Bernardete Gatti no Parecer No. 674/95 é instituído por meio do Decreto No. 40.673 de 16 de fevereiro de 1996 com o nome de "Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental". Por este decreto, a Secretária de Educação recebe autonomia para firmar convênios com os municípios que são livres para aderir ao programa, gradativamente.

Ao fazê-lo os municípios, por sua vez, ficam autorizados a estabelecer outros tipos de parcerias e convênios, inclusive com empresas do setor privado, para o oferecimento do ensino fundamental. Os termos do convênio preveem a assistência da Secretaria Estadual à gestão das escolas, bem como a oferta de mão de obra e transferência de recursos, bens, imóveis e mão de obra, no caso, professores, diretores e demais funcionários.

A tabela a seguir mostra a cronologia dos fatos a fim de tonar mais claro o seu encadeamento:

Data	**Documento**	**Instância**	**Ação**
01/01/1995	Diário Oficial	Governo Estadual Mario Covas	Mario Covas toma posse como governador.
01/01/1995	Decreto No. 39.902	Governo Estadual Mario Covas	Altera os Decretos números 7.510/76 e 17.329/81, reorganiza os órgãos regionais e dá providências correlatas, transferindo atribuições do setor de RH para as Delegacias de Ensino.
22/03/1995	Comunicado SE	SEE-SP Rose Neubauer	Anuncia as Principais Diretrizes Educacionais para o Estado de janeiro de 1995 a 31/12/1998.
08/11/1995	Parecer 674/95 sobre Processo 744/95	CEE-SP Bernardete Gatti	Aprova sem propor alterações o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública.
13/11/1995	Debate com a sociedade	SEE-SP Rose Neubauer	Dia letivo suspenso em todas as unidades escolares do Estado para informar e debater o Programa de Reorganização. Veiculação de vídeo informativo na TV Cultura.
21/11/1995	Decreto No. 40.473	Governo Estadual Mario Covas	Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas.
12/1995	Revista Escriba	Gabinete do Governador	Anuncia em balanço anual do governo a diminuição de 7.500 classes, desativação de 120 escolas e eliminação da construção de 1.400 novas salas de aula.
16/02/1996	Decreto No. 40.673	Governo Estadual Mario Covas	Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental.

Tabela 5. Cronologia dos fatos relacionados à reorganização do ensino estadual paulista em 1995. Fontes diversas. Elaboração própria.

2.5.2 A segunda reorganização: 2015 até o momento

Em 23 de outubro de 2015, o secretário da Educação da gestão de Geraldo Alckmin, Herman Jacobus Cornelis Voorwald – neste cargo desde a posse do governador em janeiro de 2010 – anuncia no programa matinal da rede *Globo* de televisão *Bom dia São Paulo* as mudanças que iriam ocorrer com a reorganização das escolas da rede pública paulista: Em 28 de outubro a Secretaria divulga a lista das 93 escolas que seriam fechadas e cujos prédios seriam cedidos para uso de escolas de municípios (34 delas), 47 para uso de Prefeituras ou como sedes do Centro Paula Souza e outras 12 para diferentes funções, em geral administrativas. (GLOBOPLAY, 2015; G1, 2015).

De acordo com as afirmações da ex-secretária Rose Neubauer em texto publicado pela Fundação SEADE em 2015, o processo de municipalização que ocorreu logo após a primeira reorganização sofreu um recuo e o Estado deveria retomar esse programa:

> O crescimento da municipalização ocorrido entre 1995 a 2002 – 1,3 milhão de alunos – gerou forte expectativa de que os municípios assumiriam a totalidade das séries iniciais e boa parte das finais. Entretanto, isso não ocorreu. O processo avançou timidamente nos últimos dez anos. Os municípios agregaram pouco mais de 500 mil alunos. Em consequência, a rede estadual, de forma esdrúxula, mantém 600 mil alunos de 1ª a 5ª séries, embora as municipalidades possuam mais de 1,6 milhão de alunos nessas séries e redes de ensino bem estruturadas para atendê-los, inclusive com desempenhos melhores que os do estado. [...] para mudar os indicadores perversos que ainda marcam a educação paulista, o estado precisa ser capaz de tomar decisões cruciais e corajosas e definir com clareza suas prioridades e competências (NEUBAUER, 2015, p. 266).

O anúncio do remanejamento das classes e do fechamento das 93 escolas enseja protestos e revolta de pais e alunos, em especial alunos do ensino médio que começam a se manifestar e se articular nas redes sociais. Em 09 de novembro, a Escola Estadual de Diadema é a primeira escola a ser ocupada e fechada em protesto pelos secundaristas (como se convencionou chamar os alunos do ensino médio). Um dia depois, é seguida pela escola Fernão Dias, na região de Pinheiros, que se torna uma das principais referências para as demais escolas. Em 23 de novembro, o jornal eletrônico do portal G1 da rede Globo anuncia uma lista com 210 escolas fechadas pela ocupação dos alunos que permanecem dormindo nas dependências da escola, a portões fechados com correntes e cadeados, preparando suas refeições nas cozinhas da escola e mobilizando as redes sociais diuturnamente.

Em 03 de dezembro, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do estado ingressaram com uma Ação Civil Pública (ACP) no Tribunal de Justiça de São Paulo pedindo

liminar em caráter de urgência a fim de suspender o processo de reorganização da rede estadual de ensino, com base no argumento de que o programa de reorganização não foi debatido com a sociedade (RBA, 2015). No dia seguinte, Alckmin se pronuncia publicamente suspendendo o projeto de reorganização a fim de debatê-lo melhor com a sociedade. No mesmo dia, o Secretário Herman Voorwald pede exoneração do cargo. As escolas foram sendo desocupadas a partir deste dia, sendo a Fernão Dias a última a resistir até o dia 04 de janeiro de 2016.

Em julho de 2016, a Ação Civil Pública foi extinta. Conforme noticia o *Estadão*, a juíza da quinta vara da Fazenda Pública baseou-se na suspensão anunciada pelo governador Geraldo Alckmin para argumentar que a ação civil havia perdido seu objeto e também alegou que não havia comprovação suficiente com base nos dados enviados pela secretaria de que a reorganização continuara sendo implementada de forma silenciosa (TOLEDO, 2016).

No entanto, o fechamento de classes continuou ocorrendo, pouco a pouco, mesmo após a suspensão do projeto e da não publicação de decreto que o implementasse. Além disso, começou a se concretizar o aumento do número de alunos alocados por sala de aula, com base em uma resolução da Secretaria de Educação publicada em 08 de janeiro de 2016 (SE 2/2016) que permitiu o aumento de 10% do limite máximo anteriormente estipulado para a lotação das salas de aula na rede estadual. De acordo com os anais do 1º. Congresso Internacional da REPU (Rede da Escola Pública e Universidade) que ocorreu em 2017:

> Vemos que a extinção de salas é muito maior que o movimento de decréscimo de matrículas, como é o caso do EF e o espantoso caso do Ensino Médio onde houve crescimento de matrículas e a extinção de 450 salas em todo o estado somente entre os anos de 2015 e 2016 (REPU, 2017, p. 142).

Em 23 de novembro de 2017, a Secretaria da Educação publica em seu sítio na web a contratação do primeiro Contrato de Impacto Social (CIS) do Brasil, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e prevê a contratação de organizações privadas e do terceiro setor para oferta educacional aos alunos do ensino médio da rede estadual. O modelo, que já foi testado no Reino Unido e Estados Unidos com presídios e instituições voltadas para menores infratores, foi importado pelo governo de São Paulo por meio da Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo, encabeçada por Karla Bertocco Trindade.

Em notícia veiculada em 29 de março de 2018, publicam-se duas listas das escolas que foram selecionadas como as primeiras a serem atingidas pelo CIS, e as demais como escolas de controle, em que não será implementado o programa e que servirão como comparação para o experimento, todas em regiões de periferia como Taboão da Serra, Itaquaquecetuba, Itapevi, entre outras.

2.6 Composição e transformações do CEE-SP entre 1995 e 2018 - bases para o recorte da pesquisa

O gráfico abaixo permite observarmos a quantidade de membros do Conselho presentes nas composições entre 1995 e 2018, dividida em: quantidade total de conselheiros que participaram do CEE-SP neste período, conselheiros que cumpriram mais de dois mandatos e com três ou mais mandatos, este último grupo compondo o recorte da pesquisa.

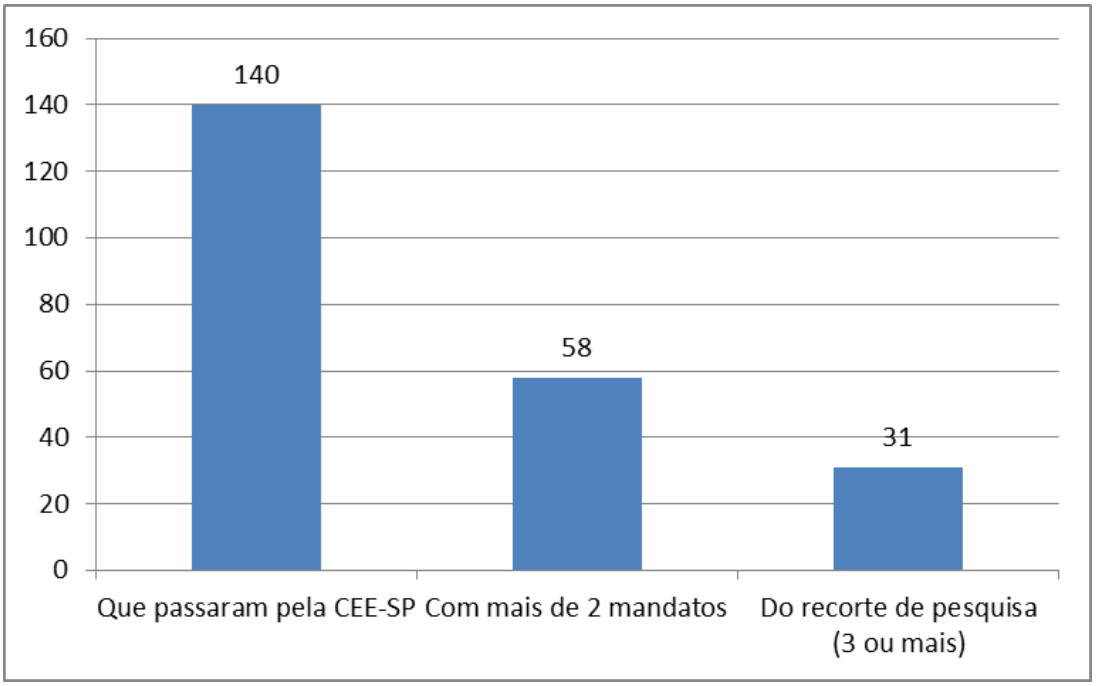

Gráfico 2: Conselheiros que ocuparam cadeiras do CEE-SP entre 1995 e 2018 por quantidade de mandatos. - Fonte DOE-SP 1995 a 2018 - elaboração própria.

A tabela a seguir indica o tempo de permanência em anos dos conselheiros no período de 1995 a 2018. Ela foi elaborada com base na publicação nas edições de 1995 a 2018 do Diário Oficial do Estado de São Paulo da lista de conselheiros nomeados pelo governador do Estado para a composição do CEE-SP a cada ano. A partir dessa informação, os anos foram calculados com base na duração de cada mandato, que é de três anos, e acrescentados mais 3 anos a cada publicação de recondução. Considerando que cada mandato tem duração de três anos, podemos observar que os três conselheiros há mais tempo no Conselho foram

reconduzidos por sete vezes, por diferentes governadores. Dois deles, Mauro de Salles Aguiar e Hubert Alquéres são presidente e vice-presidente do Colégio Bandeirantes, Rose Neubauer, apesar de menor tempo como conselheira, também se destaca por ter permanecido anteriormente no cargo de secretária da educação de 1995 até 2018.

Conselheiros nomeados no período (1995-2018)	Permanência (em anos)
Francisco José Carbonari	21
Mauro de Salles Aguiar	21
Hubert Alquéres	21
Suzana Guimarães Tripoli	18
Arthur Fonseca Filho	18
Bernardete Angelina Gatti	18
Sonia Teresinha de Sousa Penin	17
Pedro Salomão José Kassab	15
Sonia Aparecida Romeu Alcici	15
Marcos Antônio Monteiro	14
Décio Lencioni Machado	14
Neide Cruz	13
Ângelo Luiz Cortelazzo	12
Francisco Antonio Poli	12
João Cardoso Palma Filho	12
José Mário Pires Azanha	12
Roque Theophilo Júnior	11
Cleide Baub Eid Bochixio	10
Maria Cristina Barbosa Storópoli	9
Rose Neubauer	9
Guiomar Namo de Melo	9
Maria Elisa Ehrhardt Carbonari	9
Mário Vedovello Filho	9
Sylvia Figueiredo Gouvêa	9
Francisco Aparecido Cordão	9
Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães	9
Ana Maria de Oliveira Mantovani	8
Ana Luísa Restani	8
Leni Mariano Walendy	8
Eduardo Martinez Júnior	8
Maria Helena Guimarães de Castro	7

Tabela 6. Tempo de permanência em anos por conselheiro nomeado para 3 ou mais mandatos, entre 1995 e 2018. Fonte: Diário Oficial do Estado, edições de 1995 a 2018. Elaboração própria.

O gráfico a seguir apresenta de maneira comparativa os períodos de permanência dos conselheiros selecionados por permanecerem mais tempo nos cargos do CEE-SP entre 1995 e 2018:

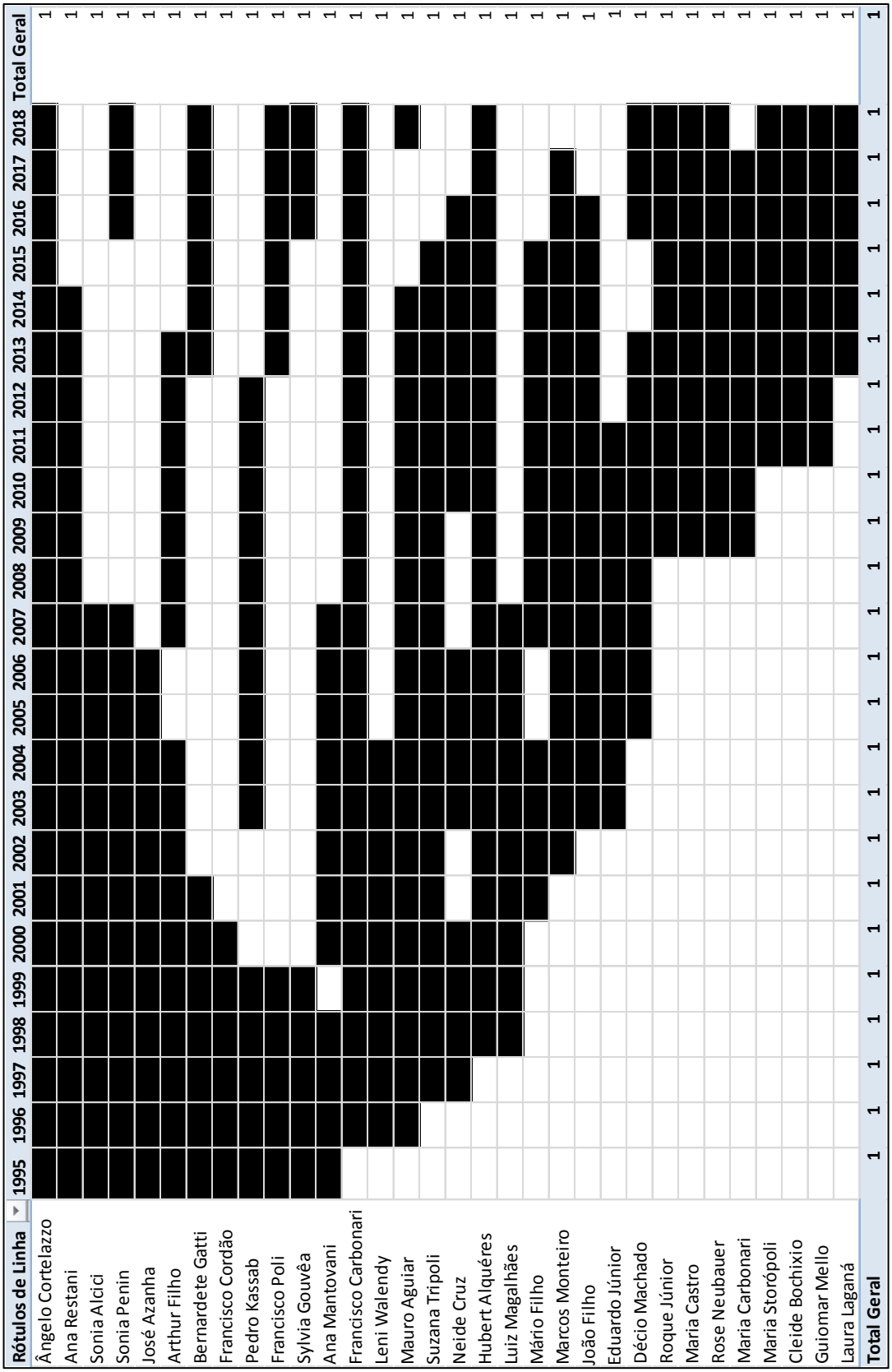

Gráfico 3. Períodos de permanência dos conselheiros no CEE-SP entre 1995 e 2018.

Para a presente pesquisa, foram selecionados da tabela acima, os conselheiros que permaneceram no Conselho por pelo menos sete anos, ou seja, que foram nomeados para mais

de três mandatos nesse período. Há na tabela acima, bem como no recorte dos que permaneceram por mais tempo no órgão, conselheiros que já compunham o Conselho antes de 1995, caso de Arthur Fonseca Filho, assim como também há conselheiras que atuaram como secretárias na SEE-SP nesse período de 23 anos, que são os casos de Rose Neubauer e Maria Helena Guimarães Cadastro, ou chefe de gabinete, como Cleide Baub Eid Bochixio e secretário-adjunto, como João Cardoso Palma Filho. Estes casos, por terem entrado no recorte baseado no critério de tempo, terão suas trajetórias analisadas com maior aprofundamento nos capítulos que se seguem à reflexão sobre a metodologia de trabalho aqui adotada.

3 Análise de dados históricos e trajetórias de um grupo de agentes no Conselho Estadual de Educação paulista

3.1 Análise de trajetórias, biografias coletivas ou prosopografia

Em seu texto "A ilusão biográfica", Bourdieu (1996) alerta para o perigo que corre a abordagem científica ao tomar do senso comum a noção de história de vida, na sua forma mais conhecida, que é a do relato seguindo certa cronologia de fatos, com uma narrativa similar à do romance, com começo, acontecimentos, e um final com duplo sentido – tanto de término como de finalidade. Pressupor a vida como uma história, um caminho, um trajeto linear, é próprio do senso comum e também de uma aceitação tácita da filosofia da história ou teoria do relato, que se confunde entre o relato de historiador e o de romancista, ou seja, na biografia e na autobiografia. Desta teoria pode-se apreender pressupostos como o da vida como um todo ou um projeto de vida de acordo com a concepção *sartriana*, em que tendências e propensões a determinadas escolhas da vida adulta aparecem cedo na vida das pessoas – gosto por música, talentos, curiosidade por certos assuntos.

Tanto o sujeito como o objeto (investigador e investigado) da biografia estão propensos a encontrar e a propor uma história que tenha um encadeamento lógico, um sentido de vida. A experiência com comparação de dados biográficos mostra que os entrevistados geralmente perdem o fio cronológico em momentos de seu relato, mas mesmo assim, os pesquisadores tendem a "aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência)" (BOURDIEU, 1996, p. 184). É preciso ter em consideração que os investigados darão a seu relato o sentido, a coerência e a lógica correspondentes ao grau de interesse que têm em construir sua biografia, conforme suas posições e trajetórias e que, na base do relato biográfico está implícita a cumplicidade do biógrafo.

Conceber o relato de vida como uma história repleta de sentido é, para Bourdieu (1996), o mesmo que se conformar com uma ilusão retórica, com uma representação ordinária típica do meio literário. E mesmo nesse âmbito, a mudança de narrativa no romance moderno, que supera o relato linear e expressa uma história de vida com acontecimentos justapostos, imprevisíveis e sem preocupação com um sentido totalizante, representa uma necessidade de aproximação maior da vida real.

A noção de *habitus*, conforme explica o autor, confirma a existência de mecanismos sociais que nos impelem a construir uma identidade prática, baseada na intuição, que reúne os elementos dissonantes da história de vida de um indivíduo, bem como suas representações, em um todo dotado de sentido e de unidade. Essa identidade única e essa constância da consciência é o que define a normalidade do ser social previsível, inteligível e não lhe faltam mecanismos institucionalizados disponíveis no meio social que o levem à noção pessoal de totalidade e unidade do eu. Como exemplo deste tipo de instituição Bourdieu cita o nome próprio. A nominação, legitimada tanto pelo registro civil quanto pela cerimônia religiosa do batismo, concedem ao indivíduo uma identidade social provida de elementos como constância e durabilidade no tempo e no espaço, e que define o indivíduo biológico em qualquer circunstância em que venha a agir. O nome próprio, expressão de uma imposição arbitrária, bem como a assinatura, atestam essa identidade permanente e fundamentam os registros, propriedades, certidões, instituindo o estado civil. O nome é o primeiro patamar de institucionalização da identidade: a partir dele as leis, os contratos, os atestados, sanções, punições, direitos e deveres serão atribuídos pelo Estado (BOURDIEU, 1996).

Nas investigações sociais, o relato de vida que, no limite, se assemelha a um inquérito policial, se aproximará mais dessa identidade civil, da carteira de identidade, do curriculum vitae, da biografia oficial. Na relação entre o *habitus* e o mercado, fica mais evidente esse relato de vida baseado na identidade social, no sentido de uma apresentação pública que envolve uma exigência de autenticidade com relação a certas propriedades, títulos ou capacidades. A biografia oficial, que pode ser um interrogatório simples, uma investigação mais aprofundada realizada por alguém que domina técnicas para extrair e confirmar informações, ou uma confidência, vai ser definida pela distância entre as duas partes e pela representação que o entrevistado carrega sobre o que significa uma biografia, influenciando assim, os esforços do indivíduo para produzir sua história de vida (BOURDIEU, 1996).

Por fim, Bourdieu (1996) alerta para o absurdo de se conceber uma história de vida como sucessão coerente de acontecimentos, pelo simples fato de estarem ligados a um sujeito

que só tem como elemento constante seu nome próprio, sem levar em conta que esses acontecimentos são colocações e deslocamentos que ocorrem no espaço social. Em outras palavras, é impossível apreender uma trajetória social sem antes reconstruir a condições e as mudanças ocorridas no campo em que esta se desenvolveu, algo como descrever uma viagem sem levar em conta a paisagem e as condições climáticas que foram experimentadas pelo viajante. O absurdo e o perigo a que está sujeito o pesquisador é o de se deixar levar pelo deslumbramento, pela intuição no lugar da razão, quando em contato com outro indivíduo, outro eu, único e fascinante.

Essa advertência é válida sobretudo quando se trata de coletar e analisar trajetórias de vida de grupos inteiros, com personagens agindo uns em relação aos outros, intimamente ligados aos seus pares, o que favorece que o pesquisador acesse os mesmos dados de pontos de vista diferentes, com narrativas diferentes e possivelmente incoerentes e divergentes. Como lidar com a investigação de biografias coletivas, envoltas em tramas e espaços sociais definidos por vozes que não serão sempre harmonizadas? Mais uma vez, Bourdieu (1996) lança luz nesta situação com o conceito de superfície social, que é a extensão de diferentes espaços sociais em que um indivíduo atua, acumulando diversos tipos de capitais. A não consideração da superfície social de um agente, comumente percebido em estudos de elites, leva o pesquisador a posicionar o indivíduo com base em apenas uma propriedade dominante, perdendo de vista, desse modo, a extensão da possibilidade de atuação social desses agentes.

Na prosopografia, de acordo com os antigos historiadores, ou biografia coletiva, método resgatado da área de estudos de história antiga e medieval pelos pesquisadores de história moderna e contemporânea nos últimos cinquenta anos, o pesquisador coloca-se a tarefa de investigar elementos comuns às trajetórias de vidas de membros de determinado grupo, de modo a descrever as dinâmicas de diferentes esferas de sua atuação: social, pública, privada, cultural, política entre outras, de acordo com a especificidade do objetivo da pesquisa, e com a finalidade de realizar análises variadas. Utilizando-se o questionário biográfico, passa-se à coleta e organização de documentos, que corresponde à maior parte do trabalho, para depois realizar a análise dos dados, de onde se extraem variáveis significativas, por meio de técnicas combinadas, quantitativas ou qualitativas, quadros estatísticos ou análises fatoriais conforme permitir e exigir o objetivo da pesquisa, a qualidade do questionário e a colaboração dos entrevistados (STONE, 1971; CHARLE, 2006).

O uso do método prosopográfico tem por finalidade: dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar

com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Para os historiadores políticos britânicos que utilizaram largamente a prosopografia dos anos 1940 aos anos 1960, a análise de quem foram os atores sociais permite avançar mais na compreensão do funcionamento das instituições a que pertencem, seus verdadeiros objetivos, realizações e produções. A prosopografia seria, para alguns historiadores, um método que propicia ao pesquisador neutralizar as "paixões e ideias", que seriam "elementos perturbadores e intratáveis" (STONE, 1971, p. 56).

São numerosos os casos em que a prosopografia foi utilizada como metodologia para o estudo das elites da antiguidade[11], da Idade Média e, na história moderna, para a análise de elites políticas, eclesiásticas, intelectuais e financeiras. Na história contemporânea, as prosopografias começaram a ser produzidas a partir da segunda metade dos anos 1960, motivadas justamente pelo interesse sociológico pelo estudo das elites. Na França, prosopografias das elites envolvidas na Revolução Francesa foram realizadas por F. Furet e D. Richet (HEINZ, 2006) como alternativa à visão marxista então dominante no país.

Charle (2006) apresenta duas razões que justificam o aumento no uso da prosopografia ou biografia coletiva como metodologia de trabalho na história contemporânea e na sociologia histórica: um declínio tanto dos métodos estatísticos quanto da visão marxista que os embasa no estudo de grandes populações como o operariado ou a burguesia; o interesse da sociedade atual, voltada para o indivíduo, suas experiências e trajetórias sociais singulares, que levam à prática da micro história social. Aliam-se a esses fatores a facilidade cada vez maior com que a tecnologia computacional possibilita tratar grandes quantidades de informações em bancos de dados sofisticados e a abundância de documentação disponível sobre cada indivíduo na sociedade atual.

A perspectiva obtida pelo uso da prosopografia é a de um aprofundamento do perfil de pequenos grupos envolvidos com um problema, com base nas relações entre seus membros e nas representações que fazem uns dos outros, nas imagens que tentam impor aos seus pares e aos demais, o que torna fundamental a noção de construção de um objeto de pesquisa. (CHARLE, 2006).

Charle (2006) cita Lawrence Stone (1971), quando este faz uma crítica ao uso da prosopografia alertando para o mesmo risco que apontou Bourdieu: o de se assumir a biografia produzida por fontes oficiais como retrato fiel da realidade, sem levar em conta os

[11] A *Prosopographie attica* publicada em dois volumes, nos anos de 1901 e 1903, pelo filólogo e epigrafista alemão Johannes Ernst Kirchner uma das primeiras e mais conhecidas.

vieses e a parcialidade implícitas em suas informações, a falta de critérios na delimitação das populações bem como a arbitrariedade na coleta e na publicação de dados biográficos. Basear-se em uma biografia tão enviesada é o mesmo que deixar-se conduzir para as representações de si mesmas que as elites desejam impor para o mundo.

O risco de cair em tal armadilha é menor para o historiador que tem como objeto de estudo os grupos situados na história mais atual, uma vez que pode confirmar fontes, comparar informações fornecidas com outras fontes. Outro desafio para o pesquisador é a delimitação do grupo a ser estudado: grandes amostras, que demandam um esforço coletivo grande e de longa duração podem se perder na indefinição. O uso de questionários baseados em diretrizes comuns é um trunfo que pode livrar o pesquisador dessa cilada, contudo, esclarece Charle (2006) que, diante das restrições orçamentárias e da renovação frequente das equipes de pesquisa, o mais recomendado nos dias atuais para o trabalho acadêmico são monografias orientadas sobre pequenos grupos bem definidos.

Outro ponto a ser levado em conta em biografias coletivas que abrangem parcelas de determinados grupos é a importância de se assegurar a validade da amostra, tendo em mente as estruturas que moldam *a priori* os dados fornecidos pelos entrevistados. Cabe ao pesquisador interpretar o material e ter consciência das disputas sociais que envolvem os dados coletados em cada etapa da pesquisa (CHARLE, 2006).

A maioria dos grupos e elites de países desenvolvidos foi objeto de exaustivas biografias coletivas – e Charle (2006) cita em especial a França, que tendo seus grupos dominantes concentrados em Paris, pôde produzir biografias de elites em diversos setores, mostrando a mobilidade de seus membros entre esses círculos – fato que, associado ao crescente enxugamento dos recursos financeiros destinados à pesquisa social, poderia dar um sinal de declínio do método prosopográfico. Entretanto, o autor mostra que se trata de um alarme falso: primeiro, porque há muitos grupos que ainda não foram completamente desvendados, especialmente fora das elites e que começam agora a ser objeto de biografias coletivas como é o caso das classes médias e populares; segundo, porque há muito a fazer em termos de pesquisa comparativa, em relação a historiografias europeias – este é o ponto de vista do autor, mas a reflexão pode se estender às demais sociedades mundiais – no sentido de complementar estudos que foram realizados sem homogeneização de critérios, o que causou um descompasso entre os resultados obtidos a partir de diferentes métodos, o que interfere na comparação quando se deseja analisar os dados em níveis internacionais. É justamente o

campo da prosopografia comparada que mais precisa ser desenvolvido. Também é o que mais exige tempo para a pesquisa e maior rigor na seleção e organização dos dados.

Abarcar novos campos compostos por populações mais extensas, quanto mais em se tratando de múltiplos casos a serem comparados, implica em repensar a constituição das amostras, em adotar estratégias para se evitar as listas exaustivas (que são mais factíveis quando restritas às elites e quando os recursos são mais fartos) e, ao mesmo tempo, lidar com a maior diversidade dos casos e o problema de representatividade que surge diante de recortes mais abrangentes (CHARLE, 2006).

Nos casos de pesquisa comparativa, a estratégia adotada é partir do país que possua o conjunto de dados mais estruturado e com melhores condições para análise e, por homologia, coletar e estruturar os dados correspondentes no outro país. As biografias coletivas de grupos mais bem documentados (político, universitário, empresarial, a nobreza) são geralmente as mais desenvolvidas.

A prosopografia comparada permite revelar diferentes dinâmicas e estruturas para um mesmo tipo de agrupamento ou setor, refutando certas percepções e sobre a naturalidade do estado de coisas em cada caso. Correlações consideradas óbvias em um recorte nacional quando comparadas com caos internacionais podem ser reinterpretadas sob outro prisma. Seu objetivo é chegar à condição real de funcionamento social de uma instituição ou um meio onde atuam os indivíduos que são objeto de uma pesquisa. Charle (2006) aponta para o risco de se obter resultados decepcionantes de pesquisas que utilizam a prosopografia comparada para analisar dados em larga escala, com recortes muito amplos que não permitem relativizar determinadas características. Por esse motivo, e para se alcançar o objetivo da prosopografia comparada de desmontar estereótipos sociais e o prestígio de datas clássicas, é imprescindível que o pesquisador reflita com cuidado sobre a seleção dos dados, o grau de autonomia dos grupos a serem estudados e a precisão dos recortes cronológicos.

Stone (1971) adverte sobre os perigos de uma prosopografia realizada sem uma boa documentação do grupo a ser estudado: informações incompletas ou inexistentes para certos membros podem causar distorções graves nas generalizações baseadas em médias. O outro risco aumenta quanto mais baixa é a classe social dos indivíduos estudados, do que se depreende o motivo da maior parte das prosopografias terem sido realizadas sobre elites. Os laços familiares e o status econômico dessas elites são dados mais fáceis de serem obtidos, mas não é sempre que se pode apreender destas informações alguma interpretação esclarecedora, pois esta dependerá do contexto histórico, cultural e do nível social de cada

grupo. Classificações equivocadas que podem categorizar erroneamente os indivíduos ou então, falhas em se identificar subdivisões, fazendo com que se junte indivíduos diferentes dentro de uma mesma categoria também são perigos aos quais o pesquisador precisa estar atento.

Bourdieu (1989) descreve minuciosa e didaticamente o recurso que utiliza para construção de um objeto de pesquisa que, por um lado, evita o problema de se cair em unidades de análise pré-construídas e por outro, obriga o pesquisador a pensar relacionalmente as unidades sociais e suas características. Assim, Bourdieu (1989) aconselha que se disponha nas linhas de uma tabela os indivíduos (ou instituições) que serão analisados, e que, a cada nova propriedade encontrada caso a caso, abra-se uma nova coluna, de modo que se torna necessário questionar sobre a presença ou ausência (sim/não) de todas as propriedades dispostas em colunas ao analisar cada indivíduo listado nas linhas.

A partir deste trabalho de construção, chega-se pouco a pouco à definição dos espaços sociais, que apesar de baseados em abstrações relacionais vão constituir a realidade do mundo social. O que é fundamental de acordo com a orientação de Bourdieu (1989) é chegar a um objeto verdadeiramente construído ao mesmo tempo em que se evita cair no equívoco de se tomar um objeto pré-construído, pelo qual o pesquisador nutre um interesse que é, muitas vezes, de origem afetiva, difícil de se determinar. Ao ilustrar esta explicação relatando sua pesquisa sobre as escolas superiores, o autor afirma que uma instituição – como é o caso da Escola Normal Superior, onde ele estudou e sobre a qual ele acredita saber muito – pode ser definida como "um ponto no espaço de relações objetivas" uma vez que "a verdade desta instituição" está justamente na sua ligação com as demais instituições do mesmo tipo, às quais se opõe e com as quais concorre, formando uma rede de relações inserida num quadro maior onde se localizam as posições que os indivíduos (que passaram por elas) ocuparão no campo do poder. Assim, uma instituição não pode ser conhecida sem que se conheçam suas relações com o todo (BOURDIEU, 1989, pp. 30-31).

Bourdieu (1989) fala em seguida do dilema enfrentado pelo pesquisador quando se depara com a necessidade de decidir entre fazer um estudo extensivo das características de um objeto construído ou escolher um fragmento bem delimitado do objeto a fim de estuda-lo a fundo, em seus mínimos detalhes, como é a forma socialmente mais aceita. Esta segunda opção, que o autor descreve com certo desprezo, reflete alguns valores pequeno-burgueses de prudência, honestidade, seriedade, próprios de um trabalho administrativo, e que desta área são transportados para o método científico.

A resposta teórica de Bourdieu (1989) ao que se constitui o limite do campo é bem simples: um campo pode ser definido por seus efeitos, de modo que seu alcance é o alcance de seus efeitos; um agente ou instituição estão dispostos em um campo na medida em que agem neste campo ou em que sofrem os efeitos dele advindos. Decorre deste constructo teórico uma inclinação à investigação intensiva do fragmento de um objeto (abstraído pelo pesquisador) e de uma análise extensiva do objeto real. Assim, mesmo que se parta de documentos e informações de segunda mão sobre o espaço social em se encontra um objeto que foi isolado para o estudo, pode-se "pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado" (BOURDIEU, 1989, pp. 31-32).

Com base nessa definição de campo, podemos arriscar aqui que estamos diante de um campo de poder em que estão em jogo, de um lado, interesses da sociedade em geral por obter acesso a um tipo de educação que a coloque em pé de igualdade com os pares que lutam por posições no campo do trabalho, seja com vistas à mobilidade socioeconômica seja pela preservação de seu patrimônio, e de outro, aqueles que regulam o acesso ao capital cultural criando normas, critérios de acesso, selecionando o que cabe à população em geral e o que é destinado a um grupo seleto da sociedade. Estão em embate nesse campo a sociedade, o Estado, que por meio de seus agentes regula o mercado de bens educacionais, as instituições privadas de ensino e seus mantenedores (empresas, igrejas, associações), as fundações, organizações não governamentais e associações que forçam a produção de políticas públicas a fim de garantir os interesses do público que representam, a rede pública de ensino e seus agentes (professores, diretores, coordenadores e demais agentes escolares), associações, sindicatos, políticos e movimentos sociais que defendem os direitos sociais conquistados e buscam democratizar o acesso a esses bens culturais, os municípios e suas redes de ensino e a União e seus recursos de financiamento, sejam eles próprios ou obtidos de agências internacionais de financiamento para a educação.

Com o intuito de jogar luz sobre esses esboços de um campo de poder, e como fundamento para a análise de trajetórias dos agentes da elite político-administrativa que circulam pelas posições do poder executivo no CEE-SP, foi realizado um levantamento da documentação disponível sobre os agentes que ocupam posições nesse órgão por mais de três mandatos. Por serem figuras públicas em sua maioria, em sítios na internet e em redes sociais, dados sobre suas trajetórias escolares, relações de trabalho, cargos públicos e cargos em instituições privadas, associação ou sociedade em fundações e ONGs ligadas ao campo educacional, filiações partidárias e sociedades em empresas privadas. Um exemplo é o

currículo vitae em inglês da conselheira Guiomar Namo de Mello, que foi localizado por meio de ferramenta de busca e baixado do website da PUC do Rio, com uma riqueza de informações que não está disponível no seu resumido currículo acadêmico na plataforma Lattes do CNPQ ou em seu website pessoal. Também foi possível obter informações sobre a situação de alguns conselheiros em processos jurídicos apenas buscando pelos nomes das pessoas ou instituições em sítios específicos como o JusBrasil, que informa o andamento de processos que correm na justiça comum e outras instâncias. Dessa forma, consegue-se chegar, a título de exemplo, à informação sobre a sociedade entre Hubert Alquéres, Rose Neubauer e Marco Antonio Bottino na empresa HMR participações, que leva na razão social a primeira letra do nome de cada sócio. As redes sociais como Facebook e LinkedIn também se mostraram importantes ferramentas de acesso a dados pessoais publicados em perfis, comentários e publicações que fornecem pistas sobre relações, atuação em determinados grupos e instituições. Tal foi o caso de um post publicado pela ex-secretária e conselheira Rose Neubauer em que narra o período que passou nos Estados Unidos com o marido e onde teve seu primeiro filho. Por meio dessa informação e da ligação com o filho na rede social, foi possível chegar ao nome do marido, e dessa forma, a uma entrevista feita por um mestrando da USP com este que informa que foi aluno e professor de economia da FEA e recebeu na época da graduação financiamento de uma instituição financiadora para cursar economia em uma universidade americana junto com um grupo de estudantes que voltariam do exterior "turbinados" e ocupariam os principais cargos de professor nas cadeiras de economia da FEA/USP.

A plataforma Lattes, mantida pelo CNPq, em vários casos de agentes com perfil acadêmico, foi fonte de informações valiosas sobre formação, cargos ocupados em instituições, produção intelectual, títulos, e datas de início e término das atividades. Há também sítios na internet dedicados a acompanhar e a monitorar as ações desses agentes, como o caso do site Observatório da Educação, de iniciativa da ONG Ação Educativa, que foi mantido de 2010 a 2016 por essa instituição e cujos responsáveis eram na época alunos da USP, mais especificamente da FE, da FFLCH e da ECA. O site abrigava também um blog intitulado De olho nos Conselhos, no mesmo período em que postavam resumos das reuniões do CEE-SP, atas, pareceres e deliberações, perfis de conselheiros inclusive com gráficos de boa qualidade, entrevistas com alguns agentes ligados à educação.

Com base no material coletado, chegamos a um grupo de 31 conselheiros que foram nomeados mais de três vezes por diferentes governos no período de 1995 a 2018, com

permanência no conselho por pelo menos 7 anos. Destes 31 conselheiros, foram tabulados todos os dados levantados sobre sua formação, instituições em que atuaram, cargos que ocuparam, títulos que receberam, países em que atuaram, dentre outros. Após traçar uma matriz em que se pode cruzar os nomes dos agentes com as instituições em comum em que atuaram, foi possível identificar um grupo de seis conselheiros que possuem mais vínculos com as mesmas instituições, tanto de formação como de trabalho, muitas das vezes em períodos simultâneos ou envolvidos em um mesmo caso. A partir da observação destes vínculos, foi possível recortar um grupo de seis agentes cujas trajetórias se interconectam desde sua graduação na universidade nos anos 1960 e continuam imbricadas até o momento, com vínculos de diversos tipos: escolar, amizade, de trabalho, de sociedade comercial e de atuação nas mesmas instituições até onde foi possível chegar neste ponto da pesquisa. A sobreposição dos dados a respeito de cargos, instituições e o período de atuação em cada órgão mostra a coesão entre os personagens e esses laços são elementos importantes para explicar a duração de suas posições no CEE-SP e as várias nomeações para o Conselho mesmo que realizadas por diferentes governadores, em diferentes mandatos. Nos tópicos a seguir apresentaremos os dados mais gerais do grupo de 31 componentes com maior tempo de permanência no conselho e, posteriormente, os dados mais detalhados do grupo de seis conselheiros destacados.

3.2 Trajetórias de membros com maior permanência no CEE-SP entre 1995 e 2018

Considerados os aspectos apresentados anteriormente, um dos problemas fundamentais tratados na presente pesquisa consistiu em compreender de que forma as trajetórias dos diferentes agentes político-administrativos à frente do CEE-SP revelam os processos pelos quais adotaram certas concepções de Estado e da função social da educação que fundamentam suas ações, deliberações e decisões quanto aos rumos do sistema de ensino paulista. Coube buscar compreender se são orientados, por exemplo, por um modelo liberal de Estado mínimo, com a constante busca pela gestão eficiente de gastos públicos, ou por um modelo de promoção de políticas de bem-estar social que demandam alto grau de investimentos públicos, bem como se são influenciados por suas relações com instituições nacionais ou internacionais (instituições públicas ou privadas, fundos de financiamento de pesquisa, etc.), que colaboraram para a formação de visões de mundo desses agentes. A análise das trajetórias dos conselheiros que permaneceram por vários mandatos no CEE-SP permitiu compreender certas dinâmicas internas ao órgão, certos usos de estratégias de legitimação do poder, a mobilização

de determinados capitais em prol de sua reprodução ou da conversão de certos capitais já acumulados em capital simbólico.

Igualmente importante foi o estudo de documentos e materiais históricos que permitiram traçar o cenário no qual surgiu, se desenvolveu e se consolidou o grupo de agentes em foco. Para Bourdieu (2014), superar a amnésia da gênese histórica ajuda também a compreender os modelos (ou esquemas mentais) que se exprimem no binômio "interesse individual versus interesse público" – materializado através das estruturas de Estado e ações de seus agentes – permitindo que a pesquisa não se limite a abordagens que se restrinjam ao puro estruturalismo, de um lado, ou à tendência 'psicologizante' que caracteriza perspectivas mais centradas no indivíduo. A construção das trajetórias, com os títulos obtidos, as redes de socialização, os cargos e postos ocupados e outras instâncias de atuação dos agentes, permite evitar esse binômio, identificando os modos pelos quais se articulam em diferentes níveis da realidade social.

O posicionamento dos agentes que integram o Conselho Estadual de Educação e o modo como suas decisões refletem no contexto das reformas do sistema de ensino também são exemplos nítidos da forma como são deliberadas e implementadas as políticas educacionais. Dados históricos sobre a atuação de duas importantes secretarias de educação, a municipal e a estadual, permitiram observar que, enquanto a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo adota um procedimento aparentemente transparente, com um período de consulta pública de quatro meses (abril a agosto de 2013) a propósito do lançamento de seu plano de reorganização escolar (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2013), a Secretaria Estadual anuncia sem consulta pública a implementação imediata de sua reforma (FERREIRA e FERREIRA, 2015). Apesar de serem ações que emanam das secretarias, ou seja, do braço executivo do poder, as formas de proceder e os planos de implementação passaram antes por seus conselhos administrativos, aos quais cabe deliberar também sobre a forma como devem ser implementadas as políticas ali forjadas ou os planos apresentados pelos secretários. Políticas educacionais como as reorganizações de um sistema de ensino do porte do estadual ou do municipal em São Paulo e capital encerram um alto grau de complexidade e podem envolver não só os interesses de grupos políticos, das próprias Secretarias, mas também decisões advindas de esferas superiores de poder como o Ministério da Educação, decisões da Suprema Corte, além de grupos de interesse privados e de organizações civis.

A presente pesquisa buscou identificar os modos pelos quais os responsáveis pela formulação e pela tomada de decisões em relação à implementação das políticas educacionais no estado de São Paulo chegam a ocupar tais posições de autoridade, quais capitais mobilizam e quais estratégias de legitimação colocam em prática para manter-se nos cargos que ocupam e quais os usos que fazem dessas posições privilegiadas. Além disso, investigou de que modo aspectos tais como formação escolar, familiar e suas ligações com instituições em outras esferas que não a pública, estão relacionados com o lócus social e funções que desempenham na gestão pública do ensino e o modo como tais relações de poder se desenvolvem entre estes agentes. De que modo essa elite do poder se relaciona com seus pares, com os grupos políticos que compõem os governos dos quais fazem parte, com outros grupos de interesse que participaram de algum modo de suas redes de relações, com a elite intelectual da área educacional e com os professores, estudantes e pais de alunos que utilizam as redes de ensino público e privado de São Paulo? Quais eram suas profissões e áreas de atuação antes de ocuparem cargos públicos? Como as carreiras desses agentes vão se delineando a ponto de coincidir com os cargos de poder e com a ideologia dominante? Qual formação, histórico educacional, rede de relacionamentos e capitais são mobilizados em sua concorrência por posições de prestígio dentro do espaço político-administrativo? De que modo entidades privadas passam a atuar em conjunto com os órgãos oficiais responsáveis pelas políticas de educação nas esferas pesquisadas, e de que modo os agentes transitam entre o meio público e privado combinando ou isolando práticas e esquemas de pensamento característicos, ou mais próximos, de cada um destes meios?

Bourdieu, por sua vez, destaca as pressões às quais os agentes estão submetidos e que constrangem suas ações:

> há implicações específicas, interesses específicos que são, em boa parte, o resultado da posição dos agentes no espaço social ou no subespaço burocrático constituído pela política considerada. Há também pressões e regularidades específicas que são irredutíveis às pressões de regularidades que pesam sobre o conjunto das pessoas (BOURDIEU, 2014, p. 163).

Com base nos aspectos considerados até agora, foi possível chegar a um entendimento, mesmo que não tão aprofundado, de quem são os atores que ocuparam por mais tempo os cargos de poder no período de 1995 a 2018, quais capitais e recursos foram mobilizados e quais estratégias utilizadas para permanecerem no poder. Foi possível vislumbrar também, com base nos resultados da pesquisa, que houve mudanças, ao longo de duas décadas, no

perfil dos agentes que ocupam os cargos de poder, como por exemplo, se sua formação escolar diferenciou-se ou especializou-se mais ou menos em áreas específicas quando comparados a seus antecessores ou se contaram mais com privilégios advindos de sua hereditariedade ou de sua rede de contatos. Objetivou-se com esses esforços analisar, à luz da teoria de Pierre Bourdieu sobre o novo capital cultural e os títulos de nobreza atribuídos e legitimados pelo sistema de ensino, as disputas pelo poder e a dominação simbólica que impera nos meios onde as decisões sobre o destino da educação paulista são tomadas.

Bourdieu, em sua interpretação do Estado, descreve um "espaço de agentes em concorrência" que mobilizam diversos tipos de capitais disputando as visões legítimas do mundo. Desse embate de forças, da maneira complexa como os agentes se relacionam, "resulta uma decisão que contribui para reforçar ou alterar um certo estado das relações de força" (BOURDIEU, 2014, p. 159-160).

Apesar do grande valor dado por Bourdieu à compreensão das interações, ele ressalta ser imprescindível conhecer a estrutura do espaço em que certa política é gerada. Ele se coloca a pergunta: quais propriedades dos agentes estão nos pontos de intersecção dos diferentes campos nos quais as políticas são geradas? (BOURDIEU, 2014, p. 162) Essa questão é essencial para analisar as diversas ligações dos agentes públicos com outros campos e como se dão essas intersecções, por exemplo, entre o campo político-administrativo e o campo econômico ou, mais especificamente, entre a SEE-SP e o CEE-SP e as empresas privadas[12] que fornecem consultorias educacionais para a secretaria e outros órgãos da rede pública de ensino sem contratos formais (AÇÃO EDUCATIVA, 2012).

Em suma, a questão sociológica que motivou esta pesquisa questiona de que modo as trajetórias dos diferentes agentes político-administrativos à frente do Conselho Estadual de Educação se relacionam com – e explicam – sua permanência e sua atuação como conselheiros no período de vinte e três anos que abrange a pesquisa.

[12] Na página da SEE-SP na internet dedicada a apresentar o seu principal programa para a Educação na gestão de Geraldo Alckmin, lê-se o seguinte: "O programa Educação - Compromisso de São Paulo teve também apoio e envolvimento de diversas organizações e instituições, como Fundação Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, MSC Participações, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa Cedac, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Itaú BBA, Iguatemi, Santander, Tellus, Parceiros da Educação, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Instituto Península, Instituto Arymax e da consultoria internacional McKinsey & Company" (PORTAL DO GOVERNO, 2011).

3.2.1 Dados gerais dos membros do CEE-SP

O primeiro questionamento que vêm à mente do estudante e pesquisador muito envolvido com a instituição acadêmica ao analisar grupos sociais que alcançam cargos em setores dominantes é o tipo de formação escolar que estes agentes possuem, que instituições frequentaram e que níveis de ensino alcançaram. Tal informação não carece de sentido, uma vez que o capital cultural é, como observado por Bourdieu (1999, 2015) um dos capitais que mais se convertem em capital simbólico, legitimando a ocupação de altos cargos públicos mesmo aos agentes que detêm grande quantidade de capital econômico. No apêndice D encontra-se a tabela completa dos dados levantados sobre instituições e cursos frequentados por cada um dos 31 conselheiros que foram nomeados para três ou mais mandatos.

A tabela a seguir apresenta o nível de formação mais alto obtido pelos 31 membros do CEE-SP que permaneceram por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018.

Conselheiro	Nível mais alto
Ângelo Luiz Cortelazzo	Livre Docência
João Cardoso Palma Filho	Livre Docência
José Mário Pires Azanha	Livre Docência
Sonia Teresinha de Sousa Penin	Livre Docência
Bernardete Gatti	Pós Doc
Guiomar Namo de Mello	Pós Doc
Eduardo Cerqueira Júnior	Doutorado
Maria Elisa Carbonari	Doutorado
Maria Helena Guimarães Castro	Doutorado
Mário Filho	Doutorado
Roque Júnior	Doutorado
Rose Neubauer	Doutorado
Ana Mantovani	Mestrado
Francisco Carbonari	Mestrado
Maria Cristina Storópoli	Mestrado
Sonia Alcici	Mestrado
Suzana Tripoli	Mestrado
Ana Luisa Restani	Pós Lato Sensu
Arthur Fonseca Filho	Pós Lato Sensu
Cleide Bochixio	Pós Lato Sensu
Décio Lencioni Machado	Pós Lato Sensu
Francisco Antonio Poli	Pós Lato Sensu
Leni Walendy	Pós Lato Sensu
Marcos Monteiro	Pós Lato Sensu
Mauro de Salles Aguiar	Pós Lato Sensu
Neide Cruz	Pós Lato Sensu
Sylvia Gouvêa	Pós Lato Sensu
Francisco Cordão	Grad/Licenciatura
Hubert Alquéres	Grad/Licenciatura
Luiz Magalhães	Grad/Licenciatura
Pedro Kassab	Grad/Licenciatura

Tabela 7. Formação mais alta dos conselheiros que permaneceram por mais de sete anos no CEE-SP. Fonte: Várias. Elaboração própria.

A tabela a seguir apresenta o tipo de formação realizada pelos conselheiros da amostra.

Conselheiro	Stricto Sensu	Lato Sensu	Licenciatura
Eduardo Cerqueira Júnior			
Maria Elisa Carbonari			
Maria Helena Guimarães Castro			
Mário Filho			
Roque Júnior			
Rose Neubauer			
Ângelo Luiz Cortelazzo			
João Cardoso Palma Filho			
José Mário Pires Azanha			
Sonia Teresinha de Sousa Penin			
Ana Mantovani			
Francisco Carbonari			
Maria Cristina Storópoli			
Sonia Alcici			
Suzana Tripoli			
Bernardete Gatti			
Guiomar Namo de Mello			
Ana Luisa Restani			
Arthur Fonseca Filho			
Cleide Bochixio			
Décio Lencioni Machado			
Francisco Antonio Poli			
Leni Walendy			
Marcos Monteiro			
Mauro de Salles Aguiar			
Neide Cruz			
Sylvia Gouvêa			
Francisco Cordão			
Hubert Alquéres			
Luiz Magalhães			
Pedro Kassab			

Tabela 8. Tipo de formação dos conselheiros que permaneceram por mais de sete anos no CEE-SP.
Fonte: Várias. Elaboração própria.

Os dados acima mostram que, em sua maioria (84%), os conselheiros que permaneceram por mais tempo no CEE-SP no período selecionado para esta pesquisa fizeram pós graduação, e uma parcela significativa de 58% possui títulos de mestres, doutores ou livre-docentes. Fica visível nessa informação que a posse de títulos acadêmicos, ou seja, a posse de altos índices de capital cultural conforme explicitado por Bourdieu, está diretamente relacionada com a ocupação de altos cargos administrativos no Estado (BOURDIEU, 2015).

Além disso, a materialização do capital cultural na figura do diploma fornece uma espécie de atestado de competência:

> Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico (BOURDIEU, 1999, p. 79).

Procurando também se legitimar, através da exibição do capital simbólico representado na composição de seus quadros, os órgãos do Estado exibem o capital cultural de seus integrantes. A formação acadêmica é um dos primeiros atributos destacados nas biografias oficiais dos membros do CEE ou em notícias publicadas pela SEE em seu website ou no Diário Oficial do Estado como forma de legitimar socialmente a competência daqueles agentes para os cargos que ocupam. No excerto a seguir, a exemplo da maioria das notícias sobre nomeações dos conselheiros ou sobre eleições internas para cargos de presidente e vice-presidente, os níveis de formação (acrescidos do título de especialista dentre os maiores especialistas) precedem a menção a posições já ocupadas em outros órgãos públicos, mesmo que não se revele a instituição em que foram obtidos:

> O educador Marcos Antônio Monteiro foi eleito ontem por unanimidade presidente do Conselho Estadual da Educação (CEE). [...] O novo presidente do CEE, Marcos Antônio Monteiro, que já havia presidido o conselho em 2003/04, é um dos maiores especialistas do Estado de São Paulo em educação para o emprego. Bacharel em Administração de Empresas com especialização em Administração Pública, Marcos Monteiro é professor desde 1977. A sua relação com o ensino técnico data de 1981, quando lecionou na Escola Técnica Estadual Francisco Nogueira de Lima, em Casa Branca, interior paulista, onde nasceu. Entre 1982 e 1990 esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação daquela cidade. Monteiro atuou ainda no poder Legislativo. Foi secretário parlamentar no Congresso Nacional, de 1991 a 1992, e em 1995. Junto à Assembleia Legislativa de São Paulo, atuou como Assessor Técnico, de 1993 a 1994. Tem ampla experiência em educação, seja como professor em sala de aula, seja como dirigente em cargos executivos. Foi diretor-superintendente do Centro Paula Souza, instituto educacional responsável pelas Fatecs e por 104 escolas técnicas em todo o Estado de São Paulo. No ano passado, foi presidente da Febem (SEE-SP, 2005).

É interessante ainda observar a respeito deste conselheiro a total omissão do nome da instituição em que se formou. Além de não possuir um currículo publicado na plataforma Lattes, outras fontes de informações biográficas a seu respeito não revelam a instituição em que cursou a graduação e a especialização.

Algo bem diferente ocorre quando se trata dos conselheiros que se formaram na área específica da Educação e mais ainda quando frequentaram as instituições de prestígio de São Paulo: elas são exibidas em extensos currículos na plataforma Lattes, com diversos níveis de detalhamento, como é o caso da conselheira Bernardete Gatti cuja carreira acadêmica é a mais ampla e extensa quando comparada com a dos demais conselheiros desta amostra.

Também percebe-se que quanto menor a quantidade de capital econômico dos agentes, maior a quantidade de capital cultural que possuem. Um exemplo disso é a ausência de um currículo exibido na Plataforma Lattes do conselheiro Mauro de Salles Aguiar, que é proprietário do Colégio Bandeirantes, ou de currículos bastante enxutos como os da conselheira Maria Cristina Storopoli, pró-reitora e esposa do proprietário da Universidade Nove de Julho, cujo currículo lattes informa apenas seu cargo na universidade e uma única informação sobre formação acadêmica: um mestrado em administração pela PUC-SP. Outra conselheira que não possui currículo acadêmico nessa plataforma e sobre a qual não se encontra quase nenhuma informação acadêmica ou profissional publicada em outras redes sociais ou websites, é Suzana Tripoli, esposa do deputado federal e ex-conselheiro José Ricardo Tripoli.

A tabela a seguir mostra as instituições em que os conselheiros se formaram, com base nas informações disponibilizadas por eles próprios em seus currículos publicados na plataforma Lattes, bem como em seus perfis em redes sociais como LinkedIn, e em websites que apresentam dados biográficos a seu respeito.

	Pós Doc	Pós Stricto Sensu	Pós Lato Sensu	Licenciatura	Graduação	Outros ou N.D.	Total Geral
PUC-SP		11	3	1	5	1	21
USP	1	5	1		11		18
UNICAMP		5	1		1		7
PUC-Campinas		1	2	1	2		6
MACKENZIE		1	1		2		4
Mackenzie					1	2	3
FCLRP						2	2
UT		1			1		2
FFCLSCS						2	2
USAL		1					1
UL					1		1
UEP	1						1
ETQI-OC						1	1
FADI					1		1
CEU LAW SCHOOL			1				1
N.D.					1		1
FAFI					1		1
UG		1					1
FATEA						1	1
UNESP					1		1
UNIMARCO			1				1
FDC						1	1
FESPSP		1					1
FFCL					1		1
UAM			1				1
UFRJ		1					1
FFNSM					1		1
UL	1						1
FGV					1		1
UM	1						1
FIMI			1				1
UNFIEO					1		1
IEA						1	1
UNIFESP		1					1
IMT					1		1
UPD		1					1
CERMAV	1						1
N.D.			4		3	3	10
Total Geral	**5**	**27**	**12**	**2**	**36**	**14**	**103**

Tabela 9. Instituições de ensino frequentadas pelos conselheiros que estiveram por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018.

A tabela 9 apresenta uma concentração maior dos cursos de graduação na USP, no total de 11 cursos realizados dentre os 31 conselheiros selecionados, bem como uma concentração significativa de nível de formação stricto sensu na PUC de São Paulo, também com 11 ocorrências, superando a USP e a UNICAMP que aparecem ambas em segundo lugar com 5 cursos stricto sensu realizados em cada uma. Também os cursos de pós lato sensu na PUC-SP superam os realizados na USP, com três cursos contra um nessa amostra de 31 conselheiros.

Percebe-se que as instituições de ensino mais comumente frequentadas pela maioria dos agentes que chegaram a posições de prestígio, que foram nomeados e reconduzidos mais uma

vez a posições de alto nível administrativo do Estado, também são instituições de prestígio em São Paulo e no Brasil: USP, UNICAMP e PUC-SP. Uma breve consulta a uma lista popularmente conhecida de ranking das melhores instituições de ensino do Brasil, o Ranking Universitário Folha (RUF) em sua última edição em 2017, traz nas três primeiras posições as universidades acima citadas, naquela ordem, para o estado de São Paulo, na área de Pedagogia (RUF, 2017). Assim como observa Bourdieu em *La Noblesse d'État,* as altas posições no estado são destinadas aos oriundos das *grands écoles*: há uma homologia entre a formação em escolas de prestígio e a ocupação de posições de poder no campo econômico e na alta função pública (BOURDIEU, 2015, p. 287).

A seguir são apresentadas as áreas em que se concentram os vínculos de trabalho e formação dos conselheiros com mais tempo nos cargos do CEE-SP. Optou-se por utilizar como índice a quantidade de vínculos detalhados uma vez que o próprio detalhamento no currículo indica a valorização que o participante da pesquisa confere a tal item. Um exemplo de detalhamento é o do conselheiro que ocupou diferentes cargos em uma única universidade, o que, na tabela, se expressa no número de vínculos que detalhou em seu currículo Lattes e não no número de instituições em que atuou naquela área.

Como vínculo entende-se aqui a atuação em uma instituição mencionada no currículo publicado pelo conselheiro como um item isolado. Ocorre por vezes que um currículo apresente vários itens de atuação dentro de uma mesma instituição, cada um se referindo a um cargo ou função diferente exercido ali em momentos diferentes ou simultaneamente. Estes itens por vezes podem transmitir a impressão de que a pessoa atuou mais intensamente ou por mais tempo em tal setor do que outra, porém optamos por manter a contagem do número de itens apresentado pois o detalhamento de tais experiências, desdobrado em muitos itens**,** também é um sinal da importância que aqueles diferentes vínculos têm para seu titular, ao mesmo tempo em que revelam uma necessidade de afirmar e de reforçar sua passagem por tal instituição**.** É o caso do currículo da conselheira Maria Helena Guimarães que apresenta sua atuação no MEC e na UNICAMP de maneira bastante detalhada, incluindo um item isolado para cada função ou atividade diferente que exerceu no período em que atuou em cada instituição.

Para análise dos dados foi considerada a metodologia e modelo de apresentação de dados desenvolvida por Ferreira (2018) que considera cada vínculo como uma entrada de dados individual apresentada em uma matriz que organiza em uma linha temporal a ocorrência dos diferentes vínculos analisados, tal como em um modelo de cronograma.

Área Geral de Formação	Qtde Cursos	Proporção
Educação	46	45%
Direito	13	13%
Administração Escolar	7	7%
Odontologia	4	4%
Biologia	4	4%
Psicologia Educacional	3	3%
Letras	3	3%
Ciência Política	3	3%
Teologia	2	2%
Psicologia	2	2%
Filosofia	2	2%
Engenharia	2	2%
Ciências Sociais	2	2%
Administração de Empresas	2	2%
Química	1	1%
Medicina	1	1%
História Natural	1	1%
Gestão Pública	1	1%
Física	1	1%
Filosofia da Educação	1	1%
Economia	1	1%
Direito Educacional	1	1%
Total Geral	103	100%

Tabela 10. Áreas gerais de concentração dos cursos frequentados pelos conselheiros que estiveram por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018.

As áreas em que há maior número de vínculos são em primeiro lugar a própria área de educação, em segundo, o direito e em terceiro, administração escolar. Portanto, pode-se afirmar que os diplomas na área de atuação do Conselho são mais valorizados e têm uma função de legitimação da escolha dos profissionais para sua composição.

Passando para os dados de setor de atuação profissional, pode-se ter um panorama dos setores em que se concentram os vínculos de cada conselheiro, bem como, de forma geral. O setor público é onde mais se concentram os diferentes vínculos de atuação profissional, seguido do setor privado e por último, o terceiro setor. É importante observar que a maioria dos agentes circula pelos três setores de atuação, ou por pelo menos dois. Apenas dois dos 31 conselheiros apresentam vínculos somente com o setor público. Outros 22 conselheiros tiveram atuação também no terceiro setor, e apenas 7 deles não tiveram vínculos com o setor privado.

Conselheiro	3º Setor	Privado	Público	Total
Maria Castro	3		49	52
		2	29	31
Rose Neubauer	5	11	28	44
Eduardo Júnior		25	27	52
Leni Walendy		2	26	28
Ângelo Cortelazzo	1		21	22
Bernardete Gatti	9	14	16	39
Hubert Alquéres	4	5	15	24
Sonia Penin	1	2	14	17
Guiomar Mello	5	10	12	27
Marcos Monteiro	2		12	14
Arthur Filho	3	12	11	26
Francisco Carbonari	2	5	11	18
Pedro Kassab	8	3	10	21
Mário Filho	2	12	9	23
Sonia Alcici			9	9
Cleide Bochixio	1	2	8	11
Francisco Cordão	12	3	8	23
Mauro Aguiar	3	11	8	22
Neide Cruz	1	1	8	10
Roque Júnior	2	4	7	13
João Filho			6	6
Suzana Tripoli	2	3	6	11
Sylvia Gouvêa	1	7	6	14
Ana Restani	3		5	8
Décio Machado		4	5	9
Francisco Poli	1		5	6
Maria Carbonari		11	5	16
Ana Mantovani			3	3
Luiz Magalhães	2	2	3	7
Maria Storópoli		5	3	8
Total Geral	73	156	385	614

Tabela 11. Setor de concentração da atuação profissional dos conselheiros que permanecem por mais tempo no CEE-SP de 1995 a 2018.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos vínculos de atuação profissional por área. Fica evidente que a área da educação concentra a maior quantidade de vínculos profissionais e logo em seguida, aparecem os vínculos no direito e no poder público.

Atuação Profissional	Qtd Vínculos	Proporção
Educação	426	69,4%
Direito	28	4,6%
Poder Público	23	3,7%
Administração	18	2,9%
Odontologia	13	2,1%
Políticas Públicas	12	2,0%
Pesquisa	11	1,8%
Biologia	7	1,1%
Financeira	7	1,1%
Imobiliária	7	1,1%
Ciências Sociais	6	1,0%
Editorial	6	1,0%
Política	6	1,0%
Administração	4	0,7%
Assistência Social	3	0,5%
Medicina	3	0,5%
Ciência e Tecnologia	2	0,3%
Comunicação	2	0,3%
Direito	2	0,3%
Filosofia	2	0,3%
Gestão Pública	2	0,3%
ONG	2	0,3%
Legislativo	2	0,3%
Letras	2	0,3%
Saúde	2	0,3%
Cinema	1	0,2%
Comércio	1	0,2%
Construção	1	0,2%
Direito Educacional	1	0,2%
Direitos Humanos	1	0,2%
Editorial	1	0,2%
Energia	1	0,2%
Esportes	1	0,2%
Informática	1	0,2%
Meio Ambiente	1	0,2%
Petróleo	1	0,2%
Psicologia	1	0,2%
Publicidade	1	0,2%
Total Geral	611	100%

Tabela 12. Total de vínculos profissionais dos conselheiros por área de atuação.

As trajetórias seguidas por estes agentes analisadas com base nas informações por eles mesmos publicadas em seus currículos, em suas redes sociais ou em perfis exibidos por outras instituições a que pertencem, permite constatar que aqueles que permanecem por mais tempo

nos altos cargos da administração pública possuem grande número de títulos, sejam acadêmicos, como especialistas, mestres, doutores, livres-docentes, conselheiros, coordenadores ou diretores de departamentos universitários, pró reitores e reitores, títulos de honra ao mérito como cidadãos paulistanos ou como membros de academias (Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de Educação), como conselheiros em diversas instituições, em especial associações e organizações sociais e não governamentais voltadas para a educação e para a filantropia, galardões recebidos do Estado como é o caso das condecorações por cidadão paulistano, membros beneméritos, além de posições de poder em instituições comerciais, financeiras e internacionais, como presidentes, coordenadores ou consultores. Também verifica-se entre os conselheiros a atuação em cargos legislativos ou executivos, como é o caso da ex-deputada e ex-secretária da educação municipal Guiomar Namo de Mello. Essa tendência à multiposicionalidade, a uma superfície social ampla, à presença simultânea destes agentes em diversos campos, contribui para conferir-lhes legitimidade nas diversas esferas em que atuam, o que fica mais patente quando se analisa os dados de suas trajetórias selecionados e exibidos pelas instituições em que atuam, ou as informações que publicam em seus perfis sociais e acadêmicos.

3.2.2 As instituições de agregação dos indivíduos

Ao relacionarmos todos os conselheiros e seus vínculos com instituições, foi possível observar que um grupo de 6 conselheiros possuíam vínculos comuns com outros conselheiros em pelo menos 3 instituições, além de estarem todos relacionados entre si em pelo menos mais uma instituição além do Conselho. Com base nas tabelas a seguir, pode-se observar em quais instituições se concentram a maior parte dos vínculos profissionais destes conselheiros e quantas vezes os vínculos se repetem. A tabela completa de vínculos com instituições encontra-se no apêndice B.

A tabela a seguir apresenta as instituições em que os conselheiros possuem vínculos profissionais e de formação em comum além do CEE-SP, cujo número se apresenta na coluna Total Geral, e a quantidade de vínculos que cada conselheiro com cada instituição, cujo número se encontra em cada célula na intersecção entre o nome do conselheiro e o nome da instituição. Pode-se observar que as instituições que mais aparecem na tabela são a PUC-SP, USP, SEE-SP, UNICAMP, MEC, APE e CNE, com seis ou mais conselheiros vinculados às mesmas instituições.

	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Conselho Estadual de Educação de São Paulo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1	1	1	1						1	1			1		1							1	1				1	1	1	14
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1				12
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1	1	1		1														1		1							9
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo		1				1			1			1					1				1			1								7
Fundação Mário Covas		1	1						1	1										1	1										1	7
Universidade Estadual de Campinas						1		1					1	1					1			1										6
Ministério da Educação		1				1		1							1	1							1									6
Conselho Nacional de Educação		1	1	1	1	1									1																	6
Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.		1	1	1					1																	1						5
Todos pela Educação			1		1	1	1																1									5
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1							1					1						1													4
Fundação Carlos Chagas	1	1	1																		1											4
Instituto Protagonistés		1								1														1								3
Partido da Social Democracia Brasileira			1						1						1																	3
Ordem Nacional do Mérito Educativo			1		1	1																										3
Medalha da Ordem do Mérito MMDC da SEE-SP	1													1										1								3
Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais			1								1					1																3
Fundação Padre Anchieta					1				1													1										3
Fundação Getúlio Vargas							1			1											1											3
Assembleia Legislativa de São Paulo			1						1									1														3
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo		1	1	1																												3
Universidade Presbiteriana Mackenzie																1							1									2
Universidade Taubaté																				1										1		2
Centro de Educação Tecnológica Paula Souza																		1				1										2
Prefeitura Municipal de São Paulo		1															1															2
Associação Nacional de Educação		1	1																													2
Colégio Bandeirantes LTDA									1	1																						2
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação	1																				1											2
Fundação do Desenvolvimento Administrativo		1																									1					2
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo									1									1														2
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	1	1																														2
Banco Interamericano de Desenvolvimento		1	1																													2
Universidade Federal de São Carlos	1	1																														2
HMR Participações		1							1																							2
Associacao Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Particu				1						1																						2
Anhanguera Educacional S.A.													1													1						2
Total Geral	**31**	**30**	**23**	**20**	**19**	**17**	**17**	**16**	**16**	**15**	**14**	**14**	**14**	**12**	**12**	**10**	**9**	**9**	**8**	**7**	**7**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**5**	**4**	**4**	**3**	**2**	**382**

Tabela 13. Instituições de agregação dos conselheiros com maior permanência no CEE-SP.

Depreende-se destes dados que os agentes em foco não estão ligados apenas ao Conselho Estadual de Educação, e também não se agregam apenas em torno de instituições da área da educação. Eles também se encontram em outros conselhos, em organizações não governamentais, em outros órgãos de Estado e alguns constituem empresas, inclusive tendo como sócios outros conselheiros.

3.2.3 Análise das relações entre indivíduos

Tomando por base a tabela de instituições com as quais cada conselheiro do grupo selecionado possui vínculos tanto escolares quanto profissionais, foram elaboradas tabelas que mostram cada uma todos os vínculos institucionais (de formação escolar e profissional) de um

conselheiro e, nas demais colunas, os conselheiros que por ventura tenham vínculo com a mesma instituição.

	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1	1	1	1						1	1			1		1							1	1				1	1	1	14
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo		1				1			1			1					1				1			1								7
Ministério da Educação		1				1		1							1	1							1									6
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1		1		1																							6
Conselho Nacional de Educação		1	1	1	1	1									1																	6
Fundação Carlos Chagas	1	1	1																		1											4
Instituto Protagonistés		1								1														1								3
Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.		1	1						1																							3
Prefeitura Municipal de São Paulo		1															1															2
Associação Nacional de Educação		1	1																													2
Fundação do Desenvolvimento Administrativo		1																									1					2
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	1	1																														2
Banco Interamericano de Desenvolvimento		1	1																													2
Universidade Federal de São Carlos	1	1																														2
HMR Participações		1							1																							2
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo		1	1																													2

Tabela 14. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Rose Neubauer. Várias fontes. Elaboração própria.

A tabela acima mostra que a ex-secretária e conselheira Rose Neubauer possui mais vínculos com instituições em comum com a conselheira Guiomar Namo de Mello, a quem conheceu na graduação na USP, ao lado de quem fez pós graduação no mesmo período na PUC-SP, com a mesma orientadora e também conselheira no CEE-SP, Bernardete Angelina Gatti. Os laços com Guiomar vão além destas instituições, uma vez que ambas, juntamente com o conselheiro Hubert Alquéres, já foram sócios em uma empresa privada, a Instituição Educacional Terra da Uva (uma referência à cidade de Jundiaí, conhecida por este nome), e que seria a Faculdade Japi, hoje extinta, carregando alguns processos movidos por ex-alunos que não conseguiram completar sua graduação.

A segunda pessoa com quem Rose possui mais laços além do CEE-SP é Bernardete Angelina Gatti, que foi sua orientadora de doutorado na PUC-SP segundo seu currículo da plataforma Lattes, e que esteve à frente do Conselho desde a primeira nomeação para o CEE-SP feita pelo governador Mario Covas em agosto de 1995, quando já assume a posição de vice-presidente e participa do comitê que avalia o plano de reorganização do sistema de ensino público proposto por Rose Neubauer em março de 1995, em consonância com diretrizes que seriam aprovadas um ano depois na nova LDB/96.

Rótulos de Linha	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1	1	1	1						1	1			1		1							1	1				1	1	1	14
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1		1		1																							6
Conselho Nacional de Educação		1	1	1	1	1									1																	6
Fundação Carlos Chagas	1	1	1																		1											4
Todos pela Educação			1		1	1																	1									4
Partido da Social Democracia Brasileira			1						1						1																	3
Ordem Nacional do Mérito Educativo			1		1	1																										3
Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais			1								1					1																3
Assembleia Legislativa de São Paulo			1						1									1														3
Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.		1	1						1																							3
Associação Nacional de Educação		1	1																													2
Banco Interamericano de Desenvolvimento		1	1																													2

Tabela 15. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Guiomar Namo de Mello. Várias fontes. Elaboração própria.

Na tabela acima vê-se que os vínculos da conselheira Guiomar encontram-se em sua maioria nas mesmas instituições em que atuam Rose Neubauer e Bernardete Gatti e as pessoas relacionadas a elas, como é o caso do conselheiro Hubert Alquéres.

Rótulos de Linha	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1	1	1	1						1	1			1		1							1	1				1	1	1	14
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1		1		1																							6
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1							1					1						1													4
Fundação Carlos Chagas	1	1	1																		1											4
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultu	1																				1											2
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São	1	1																														2
Universidade Federal de São Carlos	1	1																														2

Tabela 16. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Bernardete Angelina Gatti. Várias fontes. Elaboração própria.

Por sua vez, os laços da conselheira Bernardete Gatti estão muito mais em torno das mesmas instituições em que atuaram Rose Neubauer e Guiomar Namo de Mello. Sua atuação desde o início do governo Covas à frente da relatoria da reorganização do ensino público, sua permanência simultaneamente ao mandato da secretária Rose e seu retorno ao CEE-SP no mesmo período que Rose depois de alguns anos, a atuação de ambas na Fundação Carlos Chagas, são elementos que confirmam os laços que externam sua atuação no Conselho e imprimem uma característica subjetiva à forma como os membros são escolhidos, mesmo em governos diferentes, com nomeações realizadas por diferentes governadores.

Em uma entrevista feita pela ONG Ação Educativa ao conselheiro Mauro de Salles de Aguiar em meio a um ambiente eivado de críticas do sindicato de professores APEOESP, de deputados e certos meios de comunicação, o conselheiro respondeu sobre a forma como foi nomeado por quatro mandatos consecutivos para o CEE-SP até aquele ano:

> Eu fui nomeado pelo governador Mário Covas. Na época, a secretária de educação era a professora Rose Neubauer, nós a conhecíamos das lutas pela educação pública, então tive o privilégio de ser escolhido por ela e ter meu nome indicado ao governador, que confirmou a indicação. Tive dois mandatos nessa gestão. Depois tive mais dois mandatos, um deles ainda estou exercendo, na gestão do governador Geraldo Alckmin e o secretário Chalita. Eu vinha fazendo um bom trabalho e eles acharam importante que eu continuasse (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

Mauro de Salles Aguiar é diretor presidente do Colégio Bandeirantes desde 1976, e teve a seu lado como vice-presidente o conselheiro Hubert Alquéres desde 1981, que foi secretário-adjunto de Rose Neubauer durante sua gestão como secretária da educação, bem como partidário e amigo de Mario Covas, que também estudou no Colégio Bandeirantes.

Mauro também foi sócio de Rose Neubauer no Instituo de Protagonismo Jovem ou Instituto Protagonistés, que se envolveu em um caso de improbidade administrativa envolvendo de um lado, a prestação de serviços para a secretaria municipal de educação de São Paulo, então liderada pelo secretário Alexandre Schneider que dispensou a licitação para contratação dos serviços do instituto, de outro lado, a Fundação Victor Civita, que então tinha como diretora a conselheira Guiomar Namo de Mello e ainda de outra parte, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que era presidida pelo conselheiro Hubert Alquéres. Segundo os autos do processo, a fundação Vitor Civita e o Instituto Protagonistés foram contratados para fornecimento de cursos de formação de dirigentes escolares para o município de São Paulo, com dispensa de licitação sem motivo que o justificasse, uma vez que havia outras empresas aptas para o mesmo serviço na cidade, e ainda, as cartilhas impressas para os alunos foram produzidas pela imprensa oficial informalmente, sob responsabilidade do conselheiro Hubert, lesando assim, o erário público. Uma denúncia de irregularidades feita pelo vereador Adalberto Ângelo Custódio do PT, envolvendo a secretaria paulistana e a Fundação Victor Civita que encabeçava o Projeto de Formação Continuada para Diretores e Supervisores, ensejou a abertura de um inquérito que apurou os fatos. O Ministério Público concluiu que o Município de São Paulo havia dispendido valor expressivo devido à contratação da fundação mediante dispensa de licitação e entendeu como causa para tal prejuízo aos cofres públicos:

> [...] amizade entre o Secretário Municipal da Educação (Alexandre Alves Schneider) com a vice-presidente da Fundação Victor Civita (Cláudia Maria Costin) e com a Diretora do Instituto Protagonistés (Teresa Roserley Neubauer da Silva), que, por sua vez, foi quem efetivamente realizou os serviços contratados (TJ-SP, 2011, p. 4).

Além disso, o relatório do TJ-SP esclarece a participação de Hubert Alquéres e o papel da Imprensa Oficial, bem como diferentes tipos de vínculos de proximidade entre os participantes no ocorrido:

> [...] o Presidente da Imprensa Oficial do Estado, Hubert Alquéres, autorizou a impressão de cartilhas utilizadas naquele projeto nas máquinas da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, mas foram pagos apenas os materiais utilizados, e não os serviços dos funcionários e outras despesas diretas ou indiretas, causando um prejuízo ao erário estadual [...] pontualizou a Promotoria Pública os custos que entendeu corresponder à contratação em foco (fls. 157-8), e apontou vínculos de proximidade entre os requeridos, liames tanto partidários, quanto de exercício de cargos de provimento em comissão em iguais mandatos do Governo federal e do Governo paulista (TJ-SP, 2011, p. 4).

Desta maneira, a Promotoria conclui que houve no caso,

> ofensa a princípios constitucionais alistados no art. 37 da Constituição Federal de 1988 (fls. 168-72), a que se agregaram a imputação de prejuízo ao erário paulista, enriquecimento ilícito da Fundação e Victor Civita e improbidade administrativa (TJ-SP, 2011, pp. 4-5).

Ao que indicam algumas notícias posteriores, os envolvidos não foram condenados, porém, o caso se tornou conhecido e foi noticiado em diversos meios de comunicação. De qualquer maneira, o relato acima demonstra a ação em conjunto movida por laços de proximidade dos conselheiros-sócios e coloca a questão, novamente, da lógica patrimonialista aplicada à burocracia do Estado, o uso do recurso público como se privado fosse, estimulando que secretários beneficiem colegas, dirigentes de órgãos públicos ou de organizações não governamentais utilizem seus recursos e sua influência a fim de beneficiar seus pares, e ainda, contrariando os princípios democráticos pelos quais este grupo lutou nos anos 1990 na aprovação da Nova LDB que era inspirada pela Constituição de 1988. Tais motivações iniciais, cultivadas na universidade pública em que Rose e Guiomar iniciaram sua graduação, vão aos poucos dando espaço a uma lógica comercial, em que a educação é mercadoria, e em que empresas privadas se beneficiam de falhas no provimento do Estado para auferirem ganhos.

Rótulos de Linha	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo		1				1			1			1					1				1			1								7
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1		1		1																							6
Partido da Social Democracia Brasileira			1						1						1																	3
Fundação Padre Anchieta					1				1													1										3
Assembleia Legislativa de São Paulo			1						1									1														3
Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.		1	1						1																							3
Colégio Bandeirantes LTDA									1	1																						2
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo									1									1														2
HMR Participações		1							1																							2

Tabela 17. Vínculos entre pessoas e instituições associados ao conselheiro Hubert Alquéres. Várias fontes. Elaboração própria.

Como mostra a tabela acima, o maior número de laços de Hubert Alquéres está concentrado em instituições comuns com Rose Neubauer e Guiomar Namo de Mello. Tendo as duas conselheiras como sócias, além do conselheiro Arthur Fonseca Filho que é sócio em pelo menos outras dez empresas ativas no ramo educacional em Sorocaba, entre escolas, faculdade e imobiliárias, o grupo de quatro conselheiros constituiu o Instituto Educacional Terra da Uva, razão social da Faculdade Japi em Jundiaí. A instituição de ensino superior, no entanto, permaneceu em funcionamento por cerca de três anos e hoje está extinta. Pode-se verificar nos sistemas jurídicos online, como o website JusBrasil, que há diversos processos movidos por alunos contra a instituição por não terem concluído seus cursos de graduação.

	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Fundação Mário Covas		1	1						1	1										1	1										1	7
Instituto Protagonistés		1								1														1								3
Fundação Getúlio Vargas							1			1											1											3
Colégio Bandeirantes LTDA									1	1																						2
Associacao Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Particu				1						1																						2

Tabela 18. Vínculos entre pessoas e instituições associados ao conselheiro Mauro de Salles Aguiar. Várias fontes. Elaboração própria.

Os vínculos do conselheiro Mauro de Salles Aguiar não são muitos em relação aos demais, mas seu tempo no conselho por sete mandatos e de sua proximidade com outros dois conselheiros centrais, Rose Neubauer e Hubert Alquéres, fazem com que seja incluído neste recorte.

Rótulos de Linha	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo		1				1			1			1					1				1			1								7
Universidade Estadual de Campinas						1		1					1	1					1			1										6
Ministério da Educação		1				1		1							1	1							1									6
Conselho Nacional de Educação		1	1	1	1	1									1																	6
Todos pela Educação			1		1	1																	1									4
Ordem Nacional do Mérito Educativo			1		1	1																										3

Tabela 19. Vínculos entre pessoas e instituições associados à conselheira Maria Helena Guimarães de Castro. Várias fontes. Elaboração própria.

A atuação e os vínculos da conselheira e ex-secretária da educação estadual e federal Maria Helena Guimarães Castro estão mais próximos do poder público e dos cargos em órgãos públicos, com atuação em instituições comuns a Rose e Guiomar. O núcleo em torno do qual os demais conselheiros orbitam no sociograma deste grupo aponta para a dupla de amigas e colegas de trabalho Rose Neubauer e Guiomar Namo de Mello. O discurso de posse proferido por Rose Neubauer na Academia paulista de Educação pelo evento do ingresso de Guiomar como titular da cadeira 27 é sintomático dessa proximidade:

> Cumprimento os membros da Academia pela escolha e inclusão de tão brilhante educadora em sua prestigiosa Instituição. Quero agradecer aos membros da Academia por terem dando-me a honra de saudá-la. Tarefa difícil para mim. Grande emoção e alegria de aqui estar. Misturam-se, de um lado, o respeito e admiração à grande educadora, de outro, o carinho e a cumplicidade pela companheira e amiga de tantas jornadas pela educação a fora. Conheci Guiomar na Faculdade de Educação da USP. Eu caloura, ela em meio do curso. E desde então naqueles idos de 1964 os nossos caminhos sempre se entrecruzariam. Logo no início descobrimos algumas características comuns: éramos duas alpinistas surpreendendo nossas famílias por ousar aquilo que antes nelas nunca fora ousado: ir à universidade. Por coincidência, naquele ano de 1964, ambas eram professoras primárias, experimentando as alegrais e vicissitudes do labor pedagógico, que marcaria para sempre nossas existências (APE, 2016, p. 1).

Mais à frente, Rose menciona sua atuação como colegas na Fundação Carlos Chagas, em que Bernardete Gatti atuou desde 1972:

> Mas, aonde nossa trajetória profissional iria se cruzar definitivamente seria na Fundação Carlos Chagas. Celeiro de formação em pesquisa de vários educadores eminentes, Guiomar iria se destacar em diferentes áreas mas se revelaria nas excelentes pesquisas e reflexões como uma batalhadora ferrenha, fervorosa à causa da educação pública e principalmente do direito a uma educação de qualidade às crianças e jovens das classes desfavorecidas (APE, 2016, p. 1).

Além dos vínculos pessoais, que são cultivados desde a escola, desde a graduação e a juventude desses agentes, suas trajetórias analisadas com base nas informações por eles mesmos publicadas em seus currículos, redes sociais ou por meio de biografias publicadas por instituições a que pertencem, leva a constatar que aqueles que permanecem por mais tempo nos altos cargos da administração pública possuem grande número de títulos, sejam acadêmicos, como mestres, doutores, livres-docentes, conselheiros, coordenadores ou diretores de departamentos universitários, pró reitores e reitores, títulos de honra ao mérito como cidadãos paulistanos ou como membros de academias (Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de Educação), como conselheiros em diversas instituições, em especial associações e organizações sociais e não governamentais voltadas para a educação e para a filantropia, galardões recebidos do Estado como é o caso das condecorações por cidadão paulistano, membros beneméritos, além de posições de poder em instituições comerciais, financeiras e internacionais, como presidentes, coordenadores ou consultores. Essa tendência à multiposicionalidade, à sua presença simultânea em diversos microcosmos sociais, contribui para conferir-lhes legitimidade nas diversas esferas em que atuam, o que fica mais patente quando se analisa as biografias exibidas pelas instituições em que atuam, ou as informações que publicam em seus perfis sociais e acadêmicos.

3.2.4 A multiposicionalidade dos agentes do CEE-SP

O conceito de multiposicionalidade, conforme desenvolvido por Boltansky, contribui para uma melhor compreensão da dinâmica dos grupos dirigentes. De acordo com Boltansky (1973), pode-se constatar no arranjo estrutural de instituições encarregadas dos mecanismos de inculcação, de tomada de decisões ou consulta, como a academia, conselhos, comitês e assembleias, a questão da multiposicionalidade dos membros da classe dominante. Desta forma, explica o autor, com uma pesquisa simples em listas oficiais de membros desses grupos encontram-se vários títulos que indicam sua atuação em múltiplas instituições e exercendo múltiplas funções, anteriores (mas que ficam retidas em sua narrativa biográfica ou na memória coletiva) e atuais, colocando-se a interrogação sobre qual dessas ocupações deve-se considerar no processo de codificação de sua posição social, ou ainda, quais critérios de seleção devem ser usados para selecionar a posição que o definirá.

Respondendo a essa questão, o autor recomenda que se dissocie o indivíduo concreto dos títulos que ele possui, e que se considere as características pertinentes às posições que

ocupa. Tal escolha metodológica muda a própria morfologia do corpo de agentes em foco, uma vez que multiplica pelo número de títulos os indivíduos listados.

Cabe também refletir, segundo Boltansky, que a escolha dos títulos que cada instituição apresenta na lista oficial de seus membros diz muito sobre qual a imagem que se quer passar com isso, para quais campos de ação ela quer acenar. Merece igual reflexão os motivos da omissão de uns ou de quaisquer outros títulos, além do título oficial, que figura na lista de membros de determinados órgãos, como ocorre com a lista oficial divulgada pelo CEE-SP de seus integrantes no sítio da web: apenas apresenta-se a lista de nomes abaixo da função que ocupam nesse Conselho. Nada mais se menciona, no sítio da web oficial, sobre outras posições que ocupam, níveis educacionais, quais outras instituições representam simultaneamente, a quanto tempo exercem tais funções, entre outras.

Tal característica corrobora a descrição de Boltansky (1973) de que esses agentes se encontram, via de regra, encerrados em fortalezas espaciais e temporais, em que vigoram critérios hierárquicos e regras de funcionamento auto impostos e autorregulados. [13]

Esta condição leva o autor a questionar quais critérios se fazem necessários para selecionar os títulos que estes agentes carregam, recomendando que se escolha os títulos que aparecem em sua nota biográfica, aqueles que estão mais presentes na consciência coletiva.

Deve-se questionar, ao fazer uma análise sociológica dos corpos de membros de associações, comitês e conselhos, quais os critérios de seleção definidos por determinada instituição, uma vez que exprime dessa forma indicadores muito fortes da imagem que ela tem de si e de qual imagem ela deseja projetar. Desta forma, a decisão de ocultar ou exibir determinados títulos de seus membros faz parte das relações é

> "uma função da relação entre, primeiramente, toda estrutura de seu espaço posicional [...] e em segundo lugar, a conjuntura posicional, ou seja, do ponto particular do espaço posicional onde se situa provisoriamente para observar, qualificar, organizar ou hierarquizar a totalidade do seu espaço"[14] (BOLTANSKY, 1973,p. 6).

[13] Tal é o caso do CEE-SP, que explicita na página de apresentação de seu sítio na web o modo como se define e define suas funções: "É, assim, no estabelecimento de doutrina sobre os assuntos que são de sua competência, no simultâneo acompanhamento de casos e experiências, essencial para a avaliação de suas posições e medidas, que o CEE encontra formas de definir - no momento atual e para a situação contemporânea - as funções que a lei estabelece para ele" (CEE, 2019, p. 1).

[14] Tradução livre do trecho a seguir: "*est fonction de la relation entre premierement la structure complete de son espace positionnel (soit, du nombre des positions qu'il contient, de la dis- tance sociale entre ces positions ou, ce qui revient au même, du nombre de champs différents dans lesquels elles s'inscrivent, enfin de la place occupée par chaque position dans la hiérarchie propre à chaque champ) et, deuxiemement, de la conjoncture*

Teremos, portanto, diferentes configurações de listas de membros, e dos títulos selecionados para exibição oficial, conforme forem as diversas formas de atuação das organizações em que ocorre uma reapropriação simbólica e oficial das posições que ocupa nessas instituições e da imagem que estas últimas querem associar a si mesmas a partir das qualificações de seus membros.

No caso da composição do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, que divulga apenas os nomes dos conselheiros, fica a cargo de notas de imprensa, em forma de notícias, publicadas pela Secretaria da Educação, apresentar as qualificações dos conselheiros nomeados pelo governador. Ao ler uma nota jornalística produzida pela própria Secretaria e publicada em seu sítio na web, fica clara a seleção dos títulos de professor, em detrimento de outros títulos além de suas funções nestes dois órgãos (presidente, conselheira, etc.), quando apresentam os conselheiros nomeados em setembro de 2015:

> Após a posse, foram eleitos o *professor* Francisco Carbonari, para o cargo de presidente, e a *professora* Bernardete Gatti, para o cargo de vice-presidente do CEE-SP. Ambos terão mandato de um ano, respectivamente. Durante a cerimônia, estiveram presentes a *professora* Irene Kazumi Miura, secretária-adjunta da Educação representando o secretário da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e do presidente do Conselho Municipal de Educação, *professor* João Gualberto de Carvalho Meneses (SEE-SP, 15 mar. 2019) – *grifo meu.*

A análise sociológica que decorre desta seleção leva-nos a afirmar que a Secretaria da Educação pretende projetar a imagem de que seus quadros são profissionais da educação, ou seja, que são quadros técnicos, e não políticos, e de que foram selecionados por tais qualificações para seus cargos dentro de uma Secretaria que atua na área da Educação. A nota também faz questão de informar a presença de dois professores da Universidade de São Paulo, Professor João Gualberto, da Faculdade de Educação da USP, e Professora Irene Kazumi, da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto.

Como afirma Boltansky, a seleção dos títulos e a própria presença de determinados membros portadores destes títulos que a instituição exibe, especialmente os de funções neutras e desinteressadas como as da academia e do serviço público, serve para legitimar determinadas ações, ao mesmo tempo em que oculta uma série de outras relações e interesses que se desdobram em outros níveis de relações. Vale lembrar as relações políticas que estão por trás das nomeações de secretários e conselheiros do Estado de São Paulo, bem como suas

---

positionnelle, c'est-à-dire du point particulier de l'espace positionnel ou il se situe provisoirement pour observer, qualifier, organiser ou hiérarchiser la totalité de son espace" (BOLTANSKY, 1973, p. 6).

relações comerciais como sociedade em empresas que fornecem serviços ou bens educacionais, e ainda, as relações com fundações de interesse privado.[15] Muitas vezes, um título antigo, de uma função que não é exercida há tempos, permanece sendo exibido quanto mais sua influência servir a propósitos de legitimação de uma instituição. Toda configuração do espaço posicional vai depender do local e do momento histórico em que determinada população se encontra, aspectos estes que vão determinar o maior ou menor valor dos capitais acumulados por cada indivíduo.

Boltansky (1973) afirma em seu texto que o método de análise posicional pode levar o pesquisador a medir a "superfície social" de um indivíduo dentro de um espaço posicional, com base em sua posse de diferentes títulos e capacidades que o habilitam a ocupar diversas posições simultaneamente, e a circular por diferentes campos que domina de acordo com experiências anteriores, e muito devido ao capital acumulado por sua ascendência familiar.

O autor aponta dentre os diferentes tipos de capitais sociais, o capital relacional (relações familiares, de amizade) como o mais importante, uma vez que abre portas para um sem número de outras transações, tanto políticas, quanto econômicas, e que muitas vezes, escapam à percepção do pesquisador. O capital advindo do núcleo familiar, soma-se àqueles acumulados pela família estendida, e suas redes de relações, multiplicando a superfície posicional que o indivíduo constrói para si.

O autor afirma que, especialmente entre os agentes que ocupam posições dominantes, aqueles que possuem cargos de elite dentro do Estado são os que tendem a acumular mais posições em outros campos, como o político, o econômico e o científico.

Há uma relação descrita por Boltansky (1973) de proporção inversa entre a amplitude do espaço posicional e a autonomia do campo em que o indivíduo tem sua posição. Assim, em um campo definido como mais autônomo, como é o caso do acadêmico, figuram membros com superfícies sociais menos amplas. Ocorre o oposto no campo político, em que a multiplicidade de posições ocupadas em outros campos amplia o acúmulo de poder de seus detentores de forma geral.

O autor conclui que as elites governantes selecionam seus membros com base no poder local que possuem em determinado campo e também a partir da extensão da superfície social

[15] Somente a título de exemplo, pode-se citar que a ex-secretária adjunta Irene Kazumi Miura é membro da Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia) que se declara sem fins lucrativos e que oferece cursos pagos de extensão curta duração, e MBAs com certificação emitida pela USP.

que dominam e do poder geral que detêm em múltiplos campos, formando assim, uma população enviesada.

É preciso dissociar o estudo das posições de poder do estudo de indivíduos detentores do poder, na visão de Boltansky (1973), que propõe que se estude as características desses agentes, (histórico social, nível de instrução, etc.), bem como as relações que ocorrem entre posições em um mesmo campo ou em campos diferentes, constatando e descrevendo assim, as regras que prevalecem para acumulação, compatibilidade, inclusão e exclusão de membros em determinados arranjos sociais.

Transpondo essa reflexão para o caso do CEE-SP, buscamos, primeiramente, definir quais são as posições e o que se espera dos agentes que a ocupam, os dados sobre as trajetórias, origens e capitais acumulados por estes membros, bem como as relações que mantêm entre si (sociedades comerciais, laços de amizade, laços familiares, etc.) e relações com outras posições em outros campos (político, acadêmico, fundações, etc.).

O poder individual de membros das elites não se deve tanto à adição de diferentes privilégios, mas sim de sua multiplicação, e também, se deve menos à subtração do que à divisão, conforme explica Boltansky. Não é a posição que ocupa em si que determina a amplitude de seu poder, mas o contrário. Nesse aspecto, um poder acumulado pela pluralidade de posições que o indivíduo ocupa, nunca deixando de se considerar que há um indivíduo concreto e biológico que se investe de todas essas posições, valerá mais do que os poderes auferidos pela ocupação de uma determinada posição.

Assim, o dom da "onipresença social" ocorre por meio dos títulos que colocam os agentes em diferentes posições simultaneamente, porém, os impede de "existir socialmente" em mais de um lugar ou em lugares antagônicos, a menos que seja no nível de seus títulos ou que declarem sob qual título estão agindo e falando em cada lugar e momento.

O autor ainda afirma que cada indivíduo se fabrica (no duplo sentido do termo), lançando mão de uma série de estratégias, a fim de produzir diferentes personalidades sociais que serão caracterizadas de acordo com a posição social que ocupe em determinado momento.

A autogestão de um grupo com membros portadores destas personalidades sociais tão diversas requer estratégias complexas assim como indivíduos preparados para trocar de papeis naturalmente, de modo a se portar de acordo com cada título em cada lugar e momento diferentes. Diferentemente das classes populares, que mais docilmente incorporam as configurações e definições impostas pelas posições que ocupam, os membros das elites são

preparados para dominar as regras de produção de comportamentos, bem como de reproduzi-los conforme a posição ocupada, variando performances sociais, estilos e comportamentos, mantendo a distância em relação às demais posições, e utilizando diferentes códigos de acordo com cada situação. São capacidades que foram sendo forjadas ao longo de suas trajetórias, inculcadas desde a infância no seio familiar das classes dominantes.

Boltansky afirma ainda que o vocabulário do direito é o mais apropriado para discutir sobre fenômenos de multiposicionalidade, uma vez que resolve problemas de responsabilidade e de legitimidade, de relações entre o indivíduo concreto e a posição que ocupa, e do qual se origina a cisão entre homem público e privado, pessoa física e pessoa jurídica.

O direito racional precisou, progressivamente importar-se com as relações entre indivíduos (pessoas físicas) e posições ocupadas em outros campos (pessoas jurídicas) também regras foram estabelecidas para reger estas relações, como por exemplo, as leis que impedem acumulações de cargos ou salários públicos, que distinguem o real titular do cargo do titular honorário e afastam a possibilidade de alguém usurpar tal poder, e o mesmo para delegações de certas funções como aquelas exercidas por alguém que detém procuração ou autorização legal para tal.

O direito racional, fornece portanto, uma espécie de controle social, que impede que indivíduos não selecionados cheguem a determinadas posições, tornando-se mais um trunfo nas mãos das classes dominantes, que criam uma espécie de reserva limitada de posições mais altas, facilitam a circulação de indivíduos das classes dominantes por diferentes campos, utilizando-se da clonagem de linguagens, códigos de circulação e decifração em diferentes campos, de modo a favorecer a integração e a familiaridade entre esses membros "aumentando a complexidade do tecido social, que faz parte da ocultação da solidariedade e da unidade de classe necessárias para esconder dos olhos dos dominados, a existência ou a extensão do monopólio da dominação"[16] (BOLTANSKY, 1973, p. 25). Em outras palavras, o autor fala de um verdadeiro trabalho de dissimulação do trabalho ideológico, em que a posse de uma posição atua de modo a neutralizar os interesses envolvidos em uma outra posição, ocultando fraudes que podem ser materiais ou simbólicas e manipulando o imaginário dos dominados a respeito das elites.

[16] Tradução livre do trecho: "en accroissant la complexité de la trame du tissu social, elle participe du travai! de dissimulation de la solidarité et de l'unité de classe nécessaire pour cacher aux yeux des dominés, l'existence ou l'étendue du monopole de domination" (BOLTANSKY, 1973, p. 25)

3.3 Personagens de destaque na composição do CEE-SP e suas relações

As trajetórias dos agentes do CEE-SP revelam mais do que a progressão das atividades dos mesmos nas respectivas instituições pelas quais atuaram ou atuam. Tal como podemos observar no gráfico 4 e também em seus perfis individuais no APÊNDICE E, quando comparadas num mesmo plano, as trajetórias nos permitem ter contato com a gênese das múltiplas relações mantidas entre estes personagens que não se limitam a atividades da SEE-SP ou do CEE-SP. Este que se analisa a seguir é um dos vários núcleos observados no levantamento das trajetórias dos membros que atuam nestes órgãos no período de 1995 a 2018.

Ao compararmos graficamente as trajetórias destes personagens pudemos observar um padrão que remonta a períodos muito anteriores ao da participação de alguns deles na SEE-SP e no CEE-SP. O gráfico 4 a seguir reforça o entendimento obtido em análise do levantamento de dados destes personagens pelas diversas fontes utilizadas, indicando uma concentração maior de vínculos entre alguns deles como no caso de Rose Neubauer, Bernardete Angelina Gatti, Guiomar Namo de Mello, Hubert Alquéres e Mauro de Salles Aguiar. Tal como podemos observar a seguir, os vínculos entre os membros desse pequeno grupo remontam aos anos 1960, período no qual Rose e Guiomar eram alunas na Faculdade de Educação da USP.

Instituição	Nome	Tipo de Instituição	Período Inicial	Período Final	Cargo
Principais Presidentes					
Governos Estado de SP					
Prefeitos de São Paulo					
USP	Bernardete Angelina Gatti		1959	1962	Estudante
USP	Guiomar Namo de Melo		1964	1966	0
USP	Rose Neubauer		1964	1967	Estudante
USP	Rose Neubauer		1985	1987	Professora Assistent
USP	Rose Neubauer		1988	2008	Professora titular
PUC-SP	Guiomar Namo de Melo		1969	1985	Professor
PUC-SP	Bernardete Angelina Gatti		1975	1979	Orientadora
PUC-SP	Rose Neubauer		1975	1978	Mestranda
PUC-SP	Guiomar Namo de Melo		1977	1979	Estudante
PUC-SP	Rose Neubauer		1981	1985	Professora Colabora
PUC-SP	Rose Neubauer		1984	1988	Doutoranda
PUC-SP	Guiomar Namo de Melo		1987	1992	Conselheiro
PUC-SP	Guiomar Namo de Melo		1989	1991	Estudante
Fundação Carlos Chagas	Bernardete Angelina Gatti		1972	2018	Pesquisador
Fundação Carlos Chagas	Bernardete Angelina Gatti		1974	1976	Diretor
Fundação Carlos Chagas	Guiomar Namo de Melo		1975	1981	Pesquisador
Fundação Carlos Chagas	Rose Neubauer		1975	1976	Assistente de Pesqui
Fundação Carlos Chagas	Rose Neubauer		1977	2003	Pesquisadora Senior
Colégio Bandeirantes	Hubert Alquéres		1981	2018	Diretor
Colégio Bandeirantes	Mauro de Salles Aguiar		1996	2018	Presidente
Prefeitura SP	Rose Neubauer		1981	1981	Assessora
Prefeitura SP	Guiomar Namo de Melo		1982	1985	Secretário
Prefeitura SP	Rose Neubauer		1983	1985	Chefe de Gabinete
Prefeitura SP	Rose Neubauer		1989	1990	Assessora
SEE-SP	Rose Neubauer		1982	1982	Consultora
SEE-SP	Rose Neubauer		1987	1988	Coordenadora
SEE-SP	Hubert Alquéres		1995	2002	Secretário Adjunto
SEE-SP	Rose Neubauer		1995	2002	Secretária
CEE-SP	Rose Neubauer		1985	1986	Conselheira
CEE-SP	Bernardete Angelina Gatti		1995	2001	Conselheiro
CEE-SP	Mauro de Salles Aguiar		1996	2018	Conselheiro
CEE-SP	Hubert Alquéres		1998	2018	Conselheiro
CEE-SP	Rose Neubauer		2009	2018	Conselheiro
CEE-SP	Guiomar Namo de Melo		2010	2018	Conselheiro
CEE-SP	Bernardete Angelina Gatti		2013	2018	Conselheiro
ALESP	Guiomar Namo de Melo		1986	1990	Deputado
ALESP	Hubert Alquéres		1986	1990	Secretário
PSDB	Guiomar Namo de Melo		1989	2018	Membro
PSDB	Hubert Alquéres		1989	2018	Membro
PSDB	Hubert Alquéres		2004	2018	Conselheiro
PSDB	Hubert Alquéres		2006	2012	Coordenador de Cam
Academia Paulista de Educação	Rose Neubauer		2007	2018	Membro
Academia Paulista de Educação	Hubert Alquéres		2017	2018	Membro
INEP/MEC	Guiomar Namo de Melo		1990	1991	
INEP/MEC	Bernardete Angelina Gatti		2006	2009	Coordenador
INEP/MEC	Bernardete Angelina Gatti		2008	2014	Parecerista
BID	Guiomar Namo de Melo		1994	1996	Especialista
BID	Rose Neubauer		2009	2009	Coordenadora Execu
FAPESP	Rose Neubauer		1991	tual (2010)	Parecerista
FAPESP	Bernardete Angelina Gatti		1997	2018	Parecerista
CNE	Guiomar Namo de Melo		1997	2003	Conselheiro
CNE	Rose Neubauer		2001	2004	Conselheira
Instituto Japi	Guiomar Namo de Melo		2004	2006	Sócio
Instituto Japi	Hubert Alquéres		2004	2007	Sócio
Instituto Japi	Rose Neubauer		2004	2007	Sócio
HMR Participações	Hubert Alquéres		2007	2018	Sócio
HMR Participações	Rose Neubauer		2007	2015	Sócio

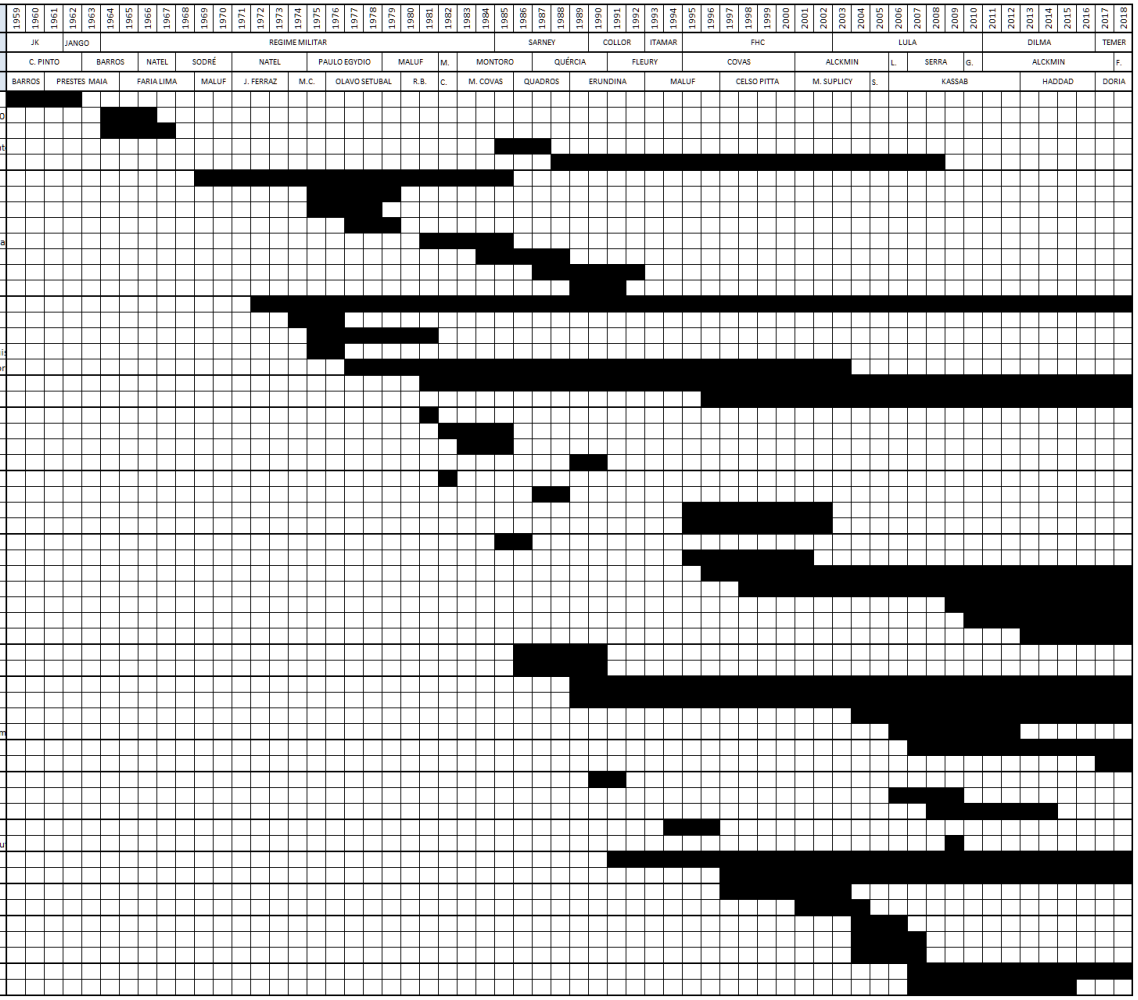

Gráfico 4: Comparação de trajetórias dos agentes selecionados por instituição e período.

São destacados neste capítulo aqueles personagens que se distinguiram do grupo analisado, seja pelo tempo de participação no CEE-SP, seja pela projeção que tiveram ao galgar posições de destaque nos órgãos públicos dedicados à educação nos níveis estadual ou federal, seja pela proeminente participação em instituições privadas de peso ou instituições internacionais multilaterais, seja porque evidenciaram rede complexa de relações institucionais e sociais dentro ou fora do CEE-SP.

A partir dos dados exibidos nas tabelas e sociograma anteriores, aprofundaremos a análise de um grupo de conselheiros que se destaca pela imbricada teia de relações que mantêm entre si e que extrapolam os limites do Conselho Estadual de Educação, tanto no que diz respeito às múltiplas posições que ocupam em diferentes instituições, em muitas das vezes, simultaneamente, quanto na duração destas relações. Este grupo é formado pelas ex-secretárias da educação do estado e atualmente conselheiras Rose Neubauer e Maria Helena Guimarães de Castro, as conselheiras Bernardete Angelina Gatti, Guiomar Namo de Mello e os conselheiros Hubert Alquéres e Mauro de Salles Aguiar que acabam por compor esse grupo pelo fato de participarem como sócios em mais de uma empresa que constituíram com outros conselheiros.

O estudo da trajetória dos conselheiros começa em uma personagem chave: a conselheira Rose Neubauer, seja pelo número de vínculos que possui com os demais conselheiros selecionados seja porque eles estão atrelados à trajetória educacional, pessoal e profissional da ex-secretária. É o caso da conselheira Bernardete Angelina Gatti, que atuava no Conselho no momento da aprovação do projeto de reorganização em 1995, e que foi orientadora de Rose Neubauer em seu mestrado, trabalhou nas mesmas instituições que a ex-secretária, e até o momento da finalização desta pesquisa, atuava a seu lado como conselheira no CEE-SP. O mesmo pode ser constatado com relação a outros conselheiros, como Guiomar Namo de Mello, que foi colega de Rose Neubauer na Faculdade de Educação da USP, assim como ela foi orientada por Bernardete Gatti (vide gráfico 4), foi ex-secretária municipal de educação de São Paulo na gestão Mario Covas, tendo Rose Neubauer como chefe de seu gabinete.

A tabela a seguir, elaborada com base em dados do Observatório da Educação, mostra as ligações entre os membros do Conselho em 2012. De doze nomes citados na tabela a seguir, oito permanecem na gestão do Conselho até, pelo menos, 2017.

Empresa	Histórico
Instituição Educacional Terra da Uva	Empresa registrada em 2004, já teve entre os sócios os conselheiros Arthur Fonseca (saiu em 2005), Guiomar Namo de Mello (saiu em 2006), Rose Neubauer e Hubert Alquéres. Os dois últimos saíram em 2008 e se transferiram para a HMR Empreendimentos, em uma cisão da Terra da Uva. O nome fantasia da Terra da Uva hoje é Faculdade Pitágoras, e foi incorporada pela Editora e Distribuidora Educacional, subsidiária da Kroton/Pitágoras em 2008. O Pitágoras é um dos maiores grupos educacionais do país, com 45 unidades educacionais de ensino superior, em nove estados e 28 cidades.
Protagonistés – Instituto de Protagonismo Jovem e Educação	Além de sócia de Hubert Alquéres na HMR Empreendimentos, Rose Neubauer também é sócia e diretora-presidente do Instituto Protagonistés, associação de defesa de direitos sociais. O vice-presidente é o conselheiro Mauro de Salles Aguiar, um dos donos do Colégio Bandeirantes. Entre os parceiros do Protagonistés estão: o Consulado Geral dos Estados Unidos, a Fundação Lemann, a Fundação Bradesco e a Fundação Victor Civita, além de diversas secretarias municipais de Educação. O Instituto Protagonistés, em parceria com a Fundação Victor Civita, realizou convênio com a Secretaria Municipal de Educação para projeto de formação de diretores e supervisores de ensino. A ex-conselheira Neide Cruz, a ex-conselheira e atual secretária-adjunta da SEE-SP, Cleide Bauab Eid Bochixio foram coordenadoras pedagógicas do projeto.
Uirapuru	Arthur Fonseca Filho já foi sócio do Terra da Uva. É diretor e sócio proprietário do colégio Organização Sorocabana Uirapuru e do Instituto Superior de Educação de Uirapuru, em Sorocaba-SP (ambas instituições privadas). Segundo o site do colégio, o Uirapuru tem parceria com o Colégio Bandeirantes, de São Paulo (do qual os conselheiros Mauro de Salles e Hubert Alquéres são diretor e vice-presidente, respectivamente). Faz parte do conselho administrativo do Colégio Santa Cruz (tradicional escola da cidade de São Paulo), onde também atua a conselheira Maria Lúcia Montoro Jens.
Escola Brasileira de Professores	Guiomar Namo de Mello é diretora e sócia da EBRAP (Escola Brasileira de Professores), empresa que presta consultoria a iniciativas de desenvolvimento curricular e organização pedagógica de escolas públicas, e também a projetos de formação inicial e continuada de professores da educação básica. A EBRAP presta consultoria para projetos de formação inicial de professores da educação básica em nível superior, presenciais e a distância. Entre os clientes estão: Grupo Pitágoras; Secretaria Municipal de Educação de

	São Paulo; Sistema de Ensino COC; Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
Colégio Bandeirantes	Tradicional colégio particular paulistano, seu diretor-presidente é Mauro de Salles Aguiar, que foi conselheiro no CEE-SP por 16 anos. Mauro também é um dos donos do colégio, e é diretor há quase 30 anos. Seu diretor vice-presidente é o conselheiro Hubert Alquéres. É também vice-presidente do Instituto Protagonistés, da conselheira Rose Neubauer.
Colégio Santa Cruz	A conselheira Maria Lúcia Franco Montoro Jens atua há 44 anos na direção do Santa Cruz, outro tradicional colégio paulistano presente no Conselho. Arthur Fonseca Filho, conselheiro há 28 anos, faz parte do Conselho Administrativo da instituição.
Uninove	A Universidade Nove de Julho está representada no Conselho Estadual de Educação por Maria Cristina Barbosa Storópoli, que além de sócia é Pró-Reitora Acadêmica da instituição.
Anhanguera	A conselheira Maria Elisa Ehrhardt Carbonari é vice-presidente de Programas Institucionais e sócia da Anhanguera Educacional Participações S.A, um dos maiores grupos de ensino privado do país. É esposa do presidente-fundador e também conselheiro Antonio Carbonari Netto. O Grupo Anhanguera é dono de outras faculdades e de uma editora de material didático.
Cursos de Odontologia	O conselheiro Mário Vedovello Filho é sócio em duas empresas de ensino de odontologia: a VM & VB Associados Cursos de Odontologia LTDA, e Vedovello & Associados Cursos de Odontologia.

Tabela 20. Relações de sociedade entre conselheiros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Elaboração própria. Fonte: OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2012.

Os dados apresentados na tabela acima são relativos a conselheiros que ocuparam cargos no CEE-SP por mais de um mandato ou que sucedem representantes anteriores de uma mesma instituição e mostra que sua entrada e permanência no Conselho tem ligação com as fortes conexões que eles mantêm entre si. Esses laços também são duradouros, muitas vezes originados no período de sua formação, outras vezes oriundos de sociedades comerciais ou de instituições ligadas entre si como SEE-SP e CEE-SP, Imprensa Oficial, universidades paulistas, instituições financeiras (BID, BIRD, Banco Mundial) colégios paulistas (Bandeirantes, Santa Cruz), ONGs (Todos pela Educação) e empresas (HMR, Terra da Uva e Protagonistés).

Ao confrontar registros de empresas nos nomes destes mesmos conselheiros, constatou-se que algumas destas empresas tinham como sócios dois ou mais conselheiros e que foram constituídas muitos anos após sua entrada nos órgãos do Estado. Tratava-se de cursos particulares de formação de professores, ou cursos superiores e de extensão, muitas vezes oferecidos aos professores da rede pública ou a alunos oriundos do sistema de ensino público que não conseguem ingressar nas concorridas universidades públicas como a USP. Sua atuação no mercado de bens educacionais contraria suas primeiras motivações, suas origens em movimentos progressistas pela defesa da educação pública e universal, bem como suas origens sociais que diferem muito da condição atual. Este fenômeno de transição e de aculturação a uma nova esfera social remete-nos ao que foi minuciosamente descrito por Jules Naudet em seu estudo sobre as diversas etapas percorridas no processo de "tornar-se dominante" (NAUDET, 2012).

Parte da trajetória da conselheira Rose Neubauer e de seu marido nos anos 1960 esbarra em uma época de estímulo a uma geração inteira de economistas que estavam se graduando pela USP e que, com bolsas de financiamento foram enviados ao exterior onde sua mentalidade para a valorização do capital econômico e sua ascensão astronômica serve de exemplo para o que Naudet (2012) esclarece ao analisar aqueles que rapidamente saem de condições inferiores e se tornam dominantes. O relato a seguir é expressivo deste fenômeno: de acordo com o currículo publicado na plataforma Lattes, em 1969 Rose Neubauer atuou como assistente de pesquisa na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, sob a orientação do professor Maurice Stern. Segundo depoimento[17] em um perfil que possui em uma rede social, o período em que esteve nos Estados Unidos foi quando teve seu primeiro

[17] Rose Neubauer, em seu perfil na rede social Facebook, comenta ao lado de uma foto do quadro "*The problem we all live with*" do pintor norte-americano Norman Rockwell, de 1963, que ilustra a realidade da pequena garota negra, Ruby Bridges, sendo escoltada por quatro delegados de polícia (*U.S. Marshalls*, como mostram suas insígnias) em seu caminho para a escola frequentada apenas por brancos, em 1960. Figura disponível em: https://www.nrm.org/2011/05/norman-rockwells-the-problem-we-all-live-with-to-be-exhibited-at-the-white-house/problem_web-3/ Acessado em: 26 fev. 2018. Rose Neubauer comenta a foto que expõe como capa de seu perfil: Este é uma imagem singular na minha vida.
Ela é dos tempos em que morava nos Estados Unidos, estava grávida de meu primeiro filho e presenciava grandes eventos: a guerra fria, o assassinato do presidente Kennedy, a luta pelos direitos humanos, o novo papel da mulher na sociedade. A imagem, uma pintura intitulada "*The Problem We All Live With*", foi realizada em 1964 pelo grande artista Norman Rockwell. Ela retrata o caso real de uma menina negra, Ruby Bridges, de seis anos de idade em seu caminho para uma escola pública frequentada apenas por crianças brancas, em Nova Orleans. Por causa de ameaças e violência contra Ruby, ela precisou ser escoltada por quatro policiais federais que garantiram sua presença na sala de aula. Assistiu às aulas sozinha: as demais crianças foram mantidas em casa pelos pais. Ruby Bridges era negra, esse era seu crime. O episódio ocorreu em 14 novembro de 1960 e se tornou um ícone daqueles tempos.
Ele exerceu uma enorme influência sobre minha geração e fortaleceu nossas convicções de lutar contra qualquer tipo de segregação. No Brasil, toda a minha vida profissional se pautou nesta luta por inclusão com igualdade, garantia de oportunidades e respeito a diferenças. (NEUBAUER, 2015)

filho, Marcio José Neubauer. Em 1969 também estava na *Chicago University* seu marido, Adroaldo Moura da Silva, a fim de cursar PhD em Economia, com foco em comércio internacional e finanças públicas. Em entrevista a Sassaki (2017), Adroaldo relata que foi para aos Estados Unidos por meio de um acordo da FEA com o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE, atual FIPE):

> O Brasil, nos anos 60, por razões que não convém nem discutir, firmou vários acordos de cooperação com os EUA, em particular na área de economia. USAID, Ford Foundation e outras puseram à disposição de alunos brasileiros a possibilidade de desfrutar de uma bolsa estudando nos EUA. E, em particular, na FEA via IPE, em cooperação com a USAID e Ford Foundation se organizou um curso de pós-graduação ministrado primordialmente por professores americanos. Eu participei da segunda turma deste curso em 1967 (SASSAKI, 2017, p. 141).

Adroaldo menciona ainda que nos anos 1970, devido aos estudantes que voltavam capacitados dos EUA, houve uma explosão de cursos de graduação e pós-graduação em economia no Brasil, expandindo o ensino nesta área para além de São Paulo e Rio de Janeiro, com abertura de centros de pós-graduação em vários estados, como Minas, Belém e Fortaleza, pelos quais ficou responsável. Esses recém formados no exterior também viriam a ocupar cargos em órgãos públicos como as que o entrevistado cita: associação de bancos, Secretaria da Fazenda, Banco do Brasil e Ministério da Fazenda com Delfim Neto como ministro (de 1969 a 1974). Delfim Neto, com quem Adroaldo fez uma disciplina, era um professor muito influente dentro e fora da academia, que atraía muitas atenções na economia da FEA e que, segundo Adroaldo, "colocava" os alunos em instituições como a CIBPU, a Associação de Bancos e o IPEA[18]; além disso, traziam tecnologia de ponta como programas de computação e softwares e assumiam cargos na academia com muita rapidez:

> Nós tínhamos um departamento bastante vigoroso, com um grupo de jovens economistas PhD's incorporando os ensinamentos mais avançados da economia da FEA.[...] Na verdade, nós tomamos de assalto a faculdade. Foi uma invasão, um grupo de uns quinze jovens na primeira metade dos anos 1970, e nós éramos arrogantes, essa que é a verdade. [...] Fizemos todos os concursos com muita rapidez, chegamos a professor titular muito rapidamente. Enfim, éramos os donos

[18] O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, antigo EPEA – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, denominação que perdurou de 1964 a 1967), define-se em seu sítio oficial na internet como: "uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas, e eventos" (IPEA, 2018).

> da escola. E tomamos conta da FIPE. Nós éramos a FIPE[19] (SASSAKI, 2017, p. 146).

Um desses órgãos em que Delfim Neto exercia influência, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), consta no currículo de Rose Neubauer de 1967 a 1969, onde trabalhou como auxiliar técnica. A CIBPU foi um convênio firmado entre governadores dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, no período da ditadura do governo militar (com Abreu Sodré no governo do estado de São Paulo de 1967 a 1971) que tinha como finalidade solucionar problemas ligados ao desenvolvimento nessa região. A comissão foi criada em 1951, no início do governo Vargas e com seu amplo apoio, sob a liderança do então governador do Estado de São Paulo, o engenheiro Lucas Nogueira Garcez.[20]. As ações desta instituição baseavam-se em um modelo desenvolvimentista de planejamento norte-americano do *New Deal*, trazido para o Brasil em especial pela missão *Cooke*[21], que realizou um diagnóstico sobre o potencial brasileiro de desenvolvimento econômico para fins de disseminar a cultura norte-americana e abrir os mercados para sua exploração econômica; foram influenciadas também pelas ideias do padre dominicano Louis-Joseph Lebret que representava o Movimento Economia e Humanismo na França e que lecionou na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1947, tendo como um de seus alunos o engenheiro e futuro governador Lucas Nogueira Garcez. Tais pensamentos influenciaram os representantes da Escola Politécnica que mais tarde fariam parte da CBPU, e consequentemente, direcionariam as ações desta instituição, que vigorou até o ano de 1977 (CHIQUITO, 2011).

No mais, pode-se observar que, de forma geral, os conselheiros com mais tempo no CEE-SP representam grupos educacionais particulares, fornecem serviços para secretarias (caso da EBRAP, escola de formação de professores dirigida por Guiomar), ou fornecem serviços uns para os outros, caso do escritório especializado em direito educacional, cujo

---

[19] A FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas é definida em seu sítio web como: "uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973. Entre seus objetivos está o apoio ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Possui, hoje, destacada atuação nas áreas de ensino, projetos, pesquisa e desenvolvimento de indicadores econômicos e financeiros.

[20] Lucas Nogueira Garcez graduou-se como engenheiro na Escola Politécnica da USP em 1936, e depois professor da cadeira de Hidráulica e Saneamento na mesma instituição a partir de 1939, obteve o título de doutor em 1946 em ciências físicas e matemáticas e lecionou na POLI-USP até 1966 (CPDOC, 2018; CHIQUITO, 2011).

[21] A Missão Cooke, que recebe o nome de seu líder, o engenheiro norte-americano Morris Llewellyn Cooke, foi agenciada pelo Office of Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), escritório criado em 1940 e vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados. O chefe desse escritório era o então empresário Nelson Rockefeller, futuro governador de Nova York (1959 a 1973) e futuro vice-presidente dos Estados Unidos de 1974 a 1977 no governo de Gerald Ford (CHIQUITO, 2011, BIOGRAPHY, 2018).

proprietário é o conselheiro Décio Lencioni Machado, que advoga em favor do grupo educacional Anhanguera e das instituições de ensino das quais participaram os conselheiros-sócios Hubert Alquéres, Rose Neubauer, Arthur Fonseca Filho e Mauro de Salles Aguiar. São ações e instituições alinhadas ao mercado de bens educacionais, bem representado nas figuras de diretores e proprietários de grandes redes de escolas e universidades.

Percebe-se portanto, nestas relações comerciais entre conselheiros que também são sócios em mais de uma empresa, ou entre conselheiros que são donos de redes de ensino superior, donos de faculdades ou de cursos e serviços de consultoria que são oferecidos à própria Secretaria de Educação, que há uma confusão entre o interesse privado e o público, entre a razão doméstica ou patrimonialista e a razão de Estado. Conforme Bourdieu desenvolve na terceira parte de seu curso no *Collège de France*, ao explicar o longo processo de transformação da lógica doméstica para a do Estado, tem-se a impressão de que a segunda nunca se desligou da primeira, especialmente quando nos deparamos com os casos de corrupção, nepotismo, favoritismo. Então, Bourdieu explica o porquê do título *La Noblesse d'État*: "é para dizer que o Estado pode ser apropriado pelas pessoas que usam o Estado como se usa um patrimônio e que têm o Estado como patrimônio" (BOURDIEU, 2014, p. 340). Segundo ele, há sempre uma tendência a se regredir para o pensamento doméstico e as transgressões à moral pública são sempre justificadas por estratégias de reprodução: "é para meu filho, para meu tio, meu primo" (BOURDIEU, 2014, p.340).

Conclui Bourdieu (2014) que construir uma razão de Estado é construir um mundo à parte, distante das leis do mundo ordinário, mas ao mesmo tempo, simultâneo: vive-se a emoção, os laços familiares, a tradição e os costumes na vida doméstica, mas não no mundo público. O Estado transcende esses interesses pessoais, particulares, domésticos. E ao nos obrigarmos a isso, tornamo-nos sujeitos públicos. Por outro lado, constata-se, da observação dos agentes cujas trajetórias e atuação foram analisadas neste estudo, que a lógica patrimonialista permeia suas estratégias de legitimação, o que explica inclusive a sua permanência por tantos mandatos em um órgão do qual as instituições que eles representam dependem inteiramente, para terem seus estatutos reconhecidos, seus regimentos internos aprovados e seu funcionamento autorizado.

Além disso, os laços que os unem além do órgão público são numerosos e muitas vezes remontam à juventude, como é o caso das conselheiras acima citadas que se encontram na graduação e permanecem trabalhando juntas em várias instituições além do Conselho. Outro ponto que chama a atenção para a presença da lógica doméstica em detrimento da pública é a

própria resistência desse órgão, em parte favorecida pela permanência em sucessivos governos de um mesmo partido, em aderir às tendências democráticas expressas na Constituição de 1988. algo que vários conselhos estaduais, como é o caso do Conselho Estadual de Educação da Bahia, que modificou seu estatuto para incluir critérios mais democráticos e mais representativos para a nomeação dos conselheiros, enquanto que o conselho paulista permaneceu atado a um estatuto de 1971, portanto do período ditatorial, que permite a recondução ilimitada de seus membros e não estabelece regras ou critérios representativos a serem seguidos pelo governador no momento da nomeação dos conselheiros. Dessa forma, a obrigatoriedade de escolha de representantes do ensino público fica relegada apenas a dois suplentes, enquanto os demais setores da sociedade civil, como os pais de alunos e mesmo os professores da educação básica, não são representados.

Considerações finais

Este estudo teve como inspiração original as manifestações realizadas pelos estudantes secundaristas que reagiram às mudanças propostas pelo Governo do Estado de São Paulo suportado pelo CEE-SP no ano de 2015. Naquela ocasião foi possível observar o papel e o peso do CEE-SP nas transformações da estrutura organizacional, das políticas e práticas das instituições de ensino paulistas, e consequentemente no seu público de oito milhões de estudantes. Após uma revisão bibliográfica sobre os principais estudos nacionais a respeito das elites político-administrativas, e então, de obras de autores como Bourdieu, Boltansky e Naudet foi possível analisar os dados coletados pela perspectiva de uma sociologia das elites.

À medida que o estudo ganhou forma e maior densidade, a busca por melhor compreensão da estrutura e dos mecanismos de funcionamento do CEE-SP tornou-se, então, o ponto de interesse principal da pesquisa. A observação da composição dos conselheiros nomeados, conduzidos e reconduzidos por diferentes chefes do executivo paulista, permitiu colocarmos em perspectiva abordagens contemporâneas do estudo sociológico que trata da atuação das elites político-administrativas do Estado. A análise das trajetórias dos membros do CEE-SP revela as múltiplas posições ocupadas por estes agentes e a permanência dos mesmos em cargos de alto nível político e administrativo. Foi possível observar alguns dos mecanismos, relações sociais e práticas que ajudam a compreender o fenômeno da permanência de parcela destes agentes nos mesmos cargos por períodos que extrapolam os de seus padrinhos políticos. Chamou atenção, portanto, um grupo específico de membros do CEE-SP que foi reconduzido por várias vezes, por diferentes governadores, exercendo diferentes funções em diferentes comissões e deliberando sobre assuntos que interessam diretamente às instituições em que atuam e que representam.

A análise da composição do Conselho e das trajetórias dos membros que o compuseram durante o intervalo de tempo delimitado pelo recorte deste estudo permitiu identificar um subgrupo de agentes que fora reconduzido ao posto por pelo menos três vezes. Este passou a ser o recorte de base para o estudo. A permanência destes agentes por períodos superiores ao dos mandatos dos governadores que os nomearam indica a existência de outras forças que não podem ser reduzidas à mera confiança pessoal entre nomeantes e nomeados. As inter-relações compartilhadas pelos membros do CEE-SP em atividades externas a este órgão expõem práticas que permitem a observação de parcerias formadas entre estes membros, antes, durante ou depois de suas nomeações, que extrapolam as previstas nas atividades do

Conselho. Observados os vínculos destes conselheiros em instituições e períodos similares foi possível chegar a um grupo menor, com relações ainda mais densas. Este subgrupo formado por seis pessoas foi o que recebeu maior atenção neste estudo. O mapeamento destas relações de parceria, ou mesmo de interdependência, bastante acentuada em diversas frentes, mas em especial nas frentes política e econômica, ajuda a melhor compreender vetores que parecem contribuir para a perpetuação do mesmo grupo de amigos, nas mesmas instituições, e de que modo seus interesses parecem seguir convergindo cada vez mais para interesses privados, por vezes, em possível detrimento aos interesses públicos, sustentando-se no mútuo suporte.

A observação de diferentes vínculos mantidos pelos agentes aqui analisados por longo período de tempo, que mostram sua atuação em instituições em comum, nas esferas pública, privada e do terceiro setor, além de seus vínculos no CEE-SP, permite, portanto, que seja feita a afirmação de que a coesão social dos membros do grupo analisado é um dos principais fatores que explicam a sua permanência por muitos mandatos no Conselho Estadual de Educação. A presença de representantes de interesses de empresas e grupos privados do mercado educacional, que permanecem no Conselho por mandatos consecutivos, seja na figura de uma única pessoa que é reconduzida, seja por meio de um ou mais representantes que se sucedem de modo a garantir a continuidade de sua posição no órgão, também ajuda a explicar como um grupo coeso se mantém em um órgão cuja influência sobre as políticas públicas para a educação paulista é de tal modo ampla, difusa e heteronômica que se torna praticamente impossível atribuir-lhes uma imparcialidade na deliberação de assuntos que afetam profundamente os interesses desses grupos ou então esperar que façam uma defesa imparcial dos interesses gerais da sociedade, quando estes não convergem com os objetivos do mercado de bens educacionais.

Parece não ser uma preocupação para os integrantes do Conselho, para membros do governo e para outros setores do poder público paulista a escassez de representantes do ensino público e da sociedade civil neste órgão, uma vez que não colocam em questão a participação de representantes dos interesses da população mais carente em relação ao ensino público, como também, dos professores e demais funcionários da educação pública, que ficam alijados do processo de deliberação das políticas educacionais do Estado.

Outro aspecto que chama a atenção na análise das trajetórias dos integrantes que ocupam posições por mais tempo no CEE-SP é a transformação de suas visões de mundo conforme suas trajetórias coincidem com o progressivo acúmulo de capitais que caracterizam as carreiras acadêmicas, profissionais e públicas que apresentam. Isso pôde ser observado em

declarações e entrevistas em tom confessional realizados por alguns deles para a mídia, ou ainda, por meio da observação de práticas contraditórias em relação a suas trajetórias iniciais na vida pública. O discurso dos conselheiros que estavam na base dos movimentos que defendiam a educação pública universal no início dos anos 1990, muitos dos quais fundaram o partido PSDB, sugere o desenvolvimento de uma mentalidade mais identificada com os princípios neoliberais e mais distante das visões iniciais.

O tempo de duração e o aprofundamento dos laços ente os agentes, tanto no contexto de permanência no Conselho como nos demais espaços em que suas trajetórias se entrecruzam, favorecem ainda mais a que mesmo aqueles agentes que defendiam a educação pública de qualidade para a população mais necessitada, aos poucos comecem a incorporar interesses da esfera privada, inclusive porque também eles passam a integrar o mundo privado quando se tornam empresários ou dirigentes de empresas.

Suas práticas deixam revelar o fenômeno do tornar-se dominante, conforme descrito por Naudet, em que mesmo aqueles cujas origens estavam ligadas à base da pirâmide socioeconômica e aos interesses dessa parcela da sociedade, aos poucos vão se aculturando ao pensamento dominante, vão tomando para si os mesmos valores dos grupos econômicos no poder até o ponto de se identificarem com estes ideais. Por essa razão, vemos que os membros que compõem o principal Conselho Estadual de Educação do país, responsável por definir as políticas públicas de toda a rede de ensino público e privado paulista, vão aos poucos se alinhando aos interesses dos grupos econômicos que dominam a cena educacional, os quais são muitas vezes respaldados por fundações e associações civis ou filantrópicas geridas pelos mesmos representantes das grandes empresas brasileiras que veem na educação um modo de acumulação de vários tipos de capital: econômico, cultural e simbólico.

É homóloga a transformação na visão de mundo do grupo analisado e do partido com o qual mantiveram vínculos e ligações, o PSDB. Este partido, que surgira como uma proposta política social democrática, alinhada com ideais e valores constitucionais próprios do estado de bem estar social, a partir dos anos 1990 vai se moldando aos valores neoliberais e a propostas que pregam o estado mínimo e uma busca pela "máxima eficiência", mas que acaba por se implicar em casos controversos marcados pelo uso indevido da estrutura pública para atender a interesses privados e endógenos.

Percebe-se também com base na análise das trajetórias dos membros do CEE-SP que, ao contrário do que apontavam nossas primeiras hipóteses, essas pessoas que passaram a ocupar posições de alto nível político-administrativo em sua maioria não têm origens nas

famílias tradicionais, detentoras de grandes volumes de capital econômico, mas sim, em famílias de camadas médias que conseguiram acumular capital cultural e social suficiente para que seus filhos se distinguissem em suas áreas de atuação. Embora este estudo não tenha abrangido tal aspecto, seus resultados apontam para a importância de futuras investigações sobre os perfis dos agentes à frente das fundações educacionais, com as quais a maioria dos conselheiros possui vínculos e que, por sua vez, são financiadas e dirigidas pelos membros da elite econômica brasileira, herdeiros de grandes fortunas, como os Villela, do grupo financeiro Itaú, ou os Lemann, que dirigem a fundação que leva o nome da família.

Um futuro estudo que possa analisar as trajetórias desses personagens e suas ligações com demais órgãos e membros dessas instituições da esfera pública pode levar-nos a compreender outras e mais imbricadas relações entre as elites político-administrativas e as elites econômicas que ocupam múltiplas posições em todas as esferas de atuação da sociedade.

A análise do impacto das decisões do Conselho Estadual de São Paulo sobre as políticas nacionais de educação merece um aprofundamento em futuras publicações ao considerarmos os indícios de que certas ações e políticas planejadas no Conselho paulista e portanto, inseridas em âmbito estadual, antecipam-se a políticas federais, citando a título de exemplo, o processo de municipalização do ensino infantil e primeiros anos do ensino básico iniciado em 1995 pelo governo estadual de São Paulo enquanto que somente em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases traria essa nova diretriz em nível nacional.

Outra linha de estudo que merece aprofundamento é a que avança pelo ponto de vista da sociologia política e que permite analisar a composição do Conselho com base em suas relações com o partido do PSDB e antigo PMDB, com o qual a maioria dos conselheiros tem relações direta ou indiretamente e que pode explicar muito da permanência desses atores neste órgão uma vez que não houve alternância de poder no governo do Estado de São Paulo desde 1995.

Referências Bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. **Parcerias com empresários são informais**. São Paulo, 20 set.2012. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/47-observatorio-da-educacao/10004526-parcerias-com-empresarios-sao-informais. Acesso em: 20 ago. 2016.

ADRIÃO, Theresa. **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. São Paulo: Xamã, 2006.

AEITA. Jessen Vidal. **Associação dos Engenheiros do ITA**. [website] Disponível em: http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=Jessen_Vidal Acessado em: 22 fev. 2018

AGÊNCIA ESTADO. **O último amor de Oswald de Andrade**. Disponível em: http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-ultimo-amor-de-oswald-de-andrade,20030616p315 Acessado em: 17 fev. 2018.

AGUIAR, Letícia. C.; BOLMANN, Maria da Graça N. **LDB: projetos em disputa. Da tramitação à aprovação em 1996**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em: <http//www.esforce.org.br>

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. **As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

APE (ACADEMIA PAULISTA DE EDUCAÇÃO). **Cadeira no. 13: Teresa Roserley Neubauer da Silva.** Disponível em: http://www.apedu.org.br/site/2010/11/11/cadeira-no-13/ São Paulo, 11 nov. 2010. Acessado em: 18 fev. 2018.

APE (ACADEMIA PAULISTA DE EDUCAÇÃO) **Discurso de posse de Guiomar Namo de Mello, proferido pela confreira Rose Neubauer**. São Paulo, 23 jun 2016. Disponível em: http://www.apedu.org.br/site/2016/06/28/discurso-de-posse-de-guiomar-namo-de-mello-proferido-pela-confreira-rose-neubauer-23-jun-2016/ Acessado em: 27 fev. 2018.

APE (ACADEMIA PAULISTA DE EDUCAÇÃO). **Eleição de membro titular: Hubert Alquéres para a cadeira 29**. São Paulo, 17 abr. 2017. Disponível em: http://www.apedu.org.br/site/2017/04/24/eleicao-de-membro-titular-hubert-alqueres-para-cadeira-29-17-abr-2017/ Acessado em: 27 fev. 2018.

APEOESP. **Parlamentares discutem reorganização do conselho estadual de educação: Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa debate necessidade de atualização do CEE**. 18 Jun. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/parlamentares-discutem-reorganizacao-do-conselho-estadual-de-educacao/ Acessado em: 13 Abr. 2018.

ARANHA, Ana. **Na Educação, gestões do PSDB são permeadas por tensões e conflitos**. Revista ADUSP, Out. 2011 Disponível em: http://www.adusp.org.br/files/revistas/51/r51a15.pdf Acesso em: 17 abr. 2016.

BIOGRAPHY. **Nelson Rockefeller Biography**. Disponível em: https://www.biography.com/people/nelson-rockefeller-9461384 Acessado em: 19 fev. 2018.

BOLTANSKY, Luc, L'espace multipositionnel: multiplicité des positions institutionelles et habitus de classe. R. franç. Sociologie, XIV, 1973. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1973_num_14_1_2176 Acessado em: 20 jul 18.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

_____. **La Nobleza de Estado**, vol. 2. Educación de elite y espíritu de cuerpo. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (organizadores). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2 Ed, p. 71-79.

_____. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-92). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRASIL. (Constituição). **Constituição Federal de 1988**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [Constituição (1988)]. [recurso eletrônico]. Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Atualizada até a EC n. 99/2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acessado em: 11. jun. 2018.

BRASIL. **Lei No. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências.

CARLOTTO, Maria Caramez. ***Universitas semper reformanda*? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social**. [Tese de Doutoramento] Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

CARLOTTO, Maria Caramez; GARCIA, Sylvia. **Tensões e contradições do conceito de organização aplicado do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da USP-Leste**. Avaliação, v. 18, p. 657-684, 2013a.

_____.; _____. **A expansão do ensino superior e o controle profissional do trabalho docente: o caso da implementação da USP-Leste**. In: Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho, 2013, São Paulo. ANAIS congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho, 2013b.

CEE-SP. [website] Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/conheca_cee Acessado em: 15 mar 19.

CEE-SP. **PROCESSO CEE Nº : 744/95**. São Paulo, 08 nov. 1995.

CEE-SP. **Composição do Conselho Estadual de Educação**. Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/conheca_cee Acessado em: 12 mar. 2018.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHIQUITO, Elisângela A. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento**. Tese. São Carlos, 2011.

CIEB. Centro de Inovação para a Educação Brasileira. [Website] Disponível em: http://www.cieb.net.br/ Acessado em: 25 mai. 2017.

CIEB. **Conecte-C** [vídeo]. Disponível em: https://www.facebook.com/cieb.net/videos/1402268939833526/ Acessado em: 02 jun. 2017.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012

CPDOC-FGV. **Aliança Renovadora Nacional** (ARENA). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-renovadora-nacional-arena Acessado em: 22 fev. 2018

CPDOC-FGV. **Garcez, Lucas Nogueira**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil . Verbete. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/garcez-lucas-nogueira Acessado em: 19 fev. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e Políticas de Financiamento em educação. in Educação Escolar: os desafios da qualidade. **Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de estudos de Educação e Sociedade**. Campinas : CEDES, v. 28, n. 100 – Especial. Out. 2007. p.641-1274

DE OLHO NOS CONSELHOS. [Blog]. São Paulo, 2018. Disponível em: https://deolhonosconselhos.wordpress.com/. Acessado em: 24 jan. 2018.

DE OLHO NOS CONSELHOS. [Blog]. **Conselho de Educação é sensível à realidade das escolas, diz Mauro de Salles Aguiar.** São Paulo, 2 nov. 2010. Disponível em: https://deolhonosconselhos.wordpress.com/2010/11/02/conselho-de-educacao-e-sensivel-a-realidade-das-escolas-diz-mauro-de-salles-aguiar/ Acessado em: 24 jan. 2018

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Comunicado SE.** Seção I, São Paulo 105 (56), 23 mar. 1995.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Decreto No. 39.902, de 1 de janeiro de 1995**. Altera os Decretos nos 7.510, de 29 de janeiro de 1976, e 17.329, de 14 de julho de 1981, reorganiza os órgãos regionais e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 105 (1), 01 jan. 1995a. Disponível em: http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19950101&Caderno=Executivo%20I&NumeroPagina=5 Acessado em: 03 mar. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Decreto No. 40.473, de 21 de novembro de 1995**. Institui o Programa de Reorganização das escolas da Rede Estadual e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v. 105 (222), 22 nov. 1995b. Disponível em: http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19951122&Caderno=Executivo%20I&NumeroPagina=4 Acessado em: 03 mar. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Projeto de Lei No. 277 de 1995**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v. 105 (89), 12 mai. 1995.

DURAND, Maria Rita Loureiro. **Formação das elites político-administrativas no Brasil: as instituições de pesquisa econômica aplicada.** Revista do Serviço Público Ano 48 Número 2, maio-ago 1997. Disponível em: http://oaji.net/articles/2015/1978-1432929852.pdf Acesso em: 14 set. 2016.

FDE**. Institucional: a FDE.** [website]. Disponível em: http://www.fde.sp.gov.br/ Acesso em: 22 fev. 2018.

FEPESP. **Nada muda: novos conselheiros de Educação têm perfil empresarial**. 28 Ago. 2014. Disponível em: http://fepesp.org.br/geral/noticias/nada-muda-novos-conselheiros-de-educacao-tem-perfil-empresarial Acessado em: 10 Abr. 2018.

FERREIRA, Allan; FERREIRA, Ana Carolina. **Projeto de reorganização teve falhas segundo Defensoria Pública**. Jornalistas Livres, São Paulo, 05 dez. 2015. Disponível em: http://jornalistaslivres.org/2015/12/projeto-de-reorganizacao-teve-falhas-segundo-defensoria-publica/ Acesso em: 31 mar.2016.

FERREIRA, Allan Herison. **Entre o emprego e o empreendedorismo: aspectos geracionais dos vínculos de trabalho de profissionais de TI dos quadros médios da cidade de São Paulo**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-30042019-111050 Acessado em: 20 dez 2018.

FGVANGELS. O Grupo. **FGVAngels**. [website] Disponível em: https://www.gvangels.com.br/ Acessado em: 30 mai. 2018.

FIPE. Quem somos. **FIPE** [website] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68 Acessado em: 26 fev. 2018.

G1 GLOBO. **Veja Lista das 94 escolas da rede estadual de São Paulo que serão fechadas.** São Paulo: 28 out. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/veja-lista-das-94-escolas-da-rede-estadual-de-sp-que-serao-fechadas.html Acessado em: 03 mar. 2018.

GLOBOPLAY. **Secretário da Educação esclarece dúvidas sobre a mudança na divisão de alunos nas escolas**. [vídeo] São Paulo: 23 out. 2015. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/4486989/ Acessado em: 4 mar. 2018.

GOUVEA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. Ed. Paulicéia. São Paulo, 1994.

GRUPO IMPACTO. Câmara de Educação Superior do CEE aprova criação do Centro Universitário FAI. Adamantina, 29 jun 2016. Disponível em: https://www.impactonoticias.com.br/camara-de-educacao-superior-do-cee-aprova-criacao-do-centro-universitario-fai/ Acessado em 15 jun. 2019.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Paulo: EduFSCar, 2008.

IBMEC. **História do Instituto IBMEC**. Disponível em: http://ibmec.org.br/historia-instituto-ibmec/ Acessado em: 30 mai. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 02 abr 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior Acesso em: 15 mar 2019.

IPEA. **O IPEA: Quem somos**. [website]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68 Acessado em: 15 mar. 2018

JUSBRASIL. **HMR Participações Ltda**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/86998950/hmr-participacoes-ltda Acessado em: 18 fev. 2018

LAHIRE Bernard. **L'Homme pluriel: les ressorts de l'action,** Paris, Nathan, 1998.

LATTES. **Teresa Roserley Neubauer da Silva**. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797990U4 Acessado em 09 fev. 2018a.

LATTES. **Antonieta Marília de Oswald de Andrade**. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783260Z6 Acessado em: 17 fev. 2018b.

LATTES. **Bernardete Angelina Gatti**. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/9474403645007597 Acessado em: 09 fev. 2018c.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Paraná: Ed. Planta, 2004.

MANDEL, Lucia Mara. **Burocracia e herança patrimonialista: A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo entre 1995 e 2010**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

MARTINS, Angela. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, pp. 221-238. Nov. 2003

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral.** Brasília: ENAP, 1997, p. 43.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Entenda a sua época: Sociologia.** Folha de S. Paulo, Caderno Mais! 13 abr. 1997.

MIGUEL, Marco Antonio. **Conselho Estadual de Educação de São Paulo carece de democratização**. Carta Capital. Caderno Carta Educação. 24 mar. 2016. Disponível em: http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/conselho-estadual-de-educacao-de-sao-paulo-carece-de-democratizacao/ Acessado em: 15 abr. 2018.

MORAES, Carmem S. V. **Acervos dos Arquivos Institucionais do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação/ USP**. Revista. Iberoam. Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 2, n. 3, p. 225-229, jul./dez. 2016.

MOREIRA, Elias Henrique. **A Reforma Educacional Paulista entre 1995-2000 e o trabalho docente.** Universidade Metodista de Piracicaba; Piracicaba, 2007. (Mestrado)

NAMODEMELLO. **Uma vida de educadora.** [website] Disponível em: http://www.namodemello.com.br/vida_educ.html Acessado em: 21 fev. 2018

NAUDET, Jules. **Devenir dominant: Les grandes étapes de l'expérience de la mobilité sociale ascendante**. Revue européenne des sciences sociales, European Journal of Social Sciences, Ed. Librairie Droz, 15 jun 2012.

NEUBAUER, Rose. **Perfil no Facebook.** [rede social]. Disponível em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100009572765121 Acessado em: 26 fev. 2018.

NEUBAUER, Rose. Discurso de posse de Guiomar Namo de Mello, proferido pela confreira Rose Neubauer. Academia Paulista de Educação. Disponivel em: http://www.apedu.org.br/site/2016/06/28/discurso-de-posse-de-guiomar-namo-de-mello-proferido-pela-confreira-rose-neubauer-23-jun-2016/ Acessado em: 10 set 2018.

NEUBAUER, Rose. Reorganização das escolas estaduais paulistas: novo modelo pedagógico, ciclos e municipalização. In: NEGRI, Barjas; TORRES, Haroldo; CASTRO, Maria Helena de. **Educação Básica no Estado de São Paulo: avanços e desafios. São Paulo**: FDE/SEADE, 2015 (pp. 243-266).

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho de Educação é sensível à realidade das escolas, diz Mauro de Salles Aguiar**. [Blog] São Paulo, 02 nov. 2010. Disponível em: http://observatoriodaeducacao.org.br/index.php/entrevistas/56-entrevistas/380-conselho-de-educacao-e-sensivel-a-realidade-das-escolas-diz-mauro-de-salles-aguiar-?start=1 Acessado em: 24 Jan. 2018.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Conheça o Conselho Estadual de Educação de São Paulo** (2º Semestre 2013). [Blog]. Disponível em: http://www.observatoriodaeducacao.org.br/ceesp/ Acessado em: 24 Jan. 2018.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselheiros de Educação de São Paulo são proprietários de empresas e sócios entre si.** [Blog] São Paulo, 24 mai. 2012 Disponível em: http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/controle-social/73-controle-social/1161-conselheiros-de-educacao-de-sp-sao-proprietarios-de-empresas-e-socios-entre-si. Acessado em: 15 mar. 2018.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho de Educação é sensível á realidade das escolas públicas. [Blog] São Paulo, 17 dez 2007. Disponível em: http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/controle-social/73-controle-social/438-conselho-de-educacao-e-sensivel-a-realidade-das-escolas-diz-mauro Acessado em: 05 jul 18.

OLIVEIRA, D. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Financiamento da Educação Básica. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação.** São Paulo: Xamã, 2007.

PINTO, José Marcelino de Resende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. in Educação Escolar: os desafios da qualidade. Educação e Sociedade: **Revista de Ciência da Educação/ Centro de estudos de Educação e Sociedade.** Campinas: CEDES, v. 28, n. 100 – Especial. Out. 2007. p.641-1274.

PORTAL DO GOVERNO. **Estado e sociedade firmam Compromisso de São Paulo pela Educação**. Ações destinam-se a colocar o ensino paulista no nível dos melhores sistemas educacionais do mundo e a valorizar a carreira de professor. São Paulo, 2 Dez. 2011. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/estado-e-sociedade-firmam-compromisso-de-sao-paulo-pela-educacao-1/ Acessado em 15 mai. 2017.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Fernando Morais**. Out. 2016. Disponível em: http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/fernando-morais. Acessado em: 12 Fev. 2018.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo**. 13 ago. 2013. Disponível em: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/programa-mais-educacao-sao-paulo-1/ Acesso em: 31 ago. 2016.

RBA (Rede Brasil Atual). **MP pede à justiça estadual liminar contra reorganização escolar de Alckmin.** São Paulo, 03 dez. 2015. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/12/mp-pede-a-justica-estadual-liminar-contra-reorganizacao-escolar-de-alckmin-5618.html Acessado em: 03 mar. 2018.

REPU. Reformas de Ensino e Movimentos de Resistência: diálogos entre Brasil e América Latina. **Anais do I Encontro Internacional da Rede Escola Pública e Universidade.** UFABC: Santo André, 2017.

RUF. Ranking Universitário Folha. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: http://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-cursos/pedagogia/ Acessado em: 15 jan. 2018.

ROSSETTI, Fernando. **Ensino de SP suspende aula e debate reforma.** http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/13/cotidiano/14.html. Folha de São Paulo, Caderno Cotiiano. São Paulo. 13 nov. 1995.

SÃO PAULO (Estado). **Lei No. 7.251, de 24 de outubro de 1962**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação para o Livro Escolar" e dá ouras providências.

SÃO PAULO (Estado). **Lei N. 7.940, de 7 de junho de 1963**. Dispõe sobre criação do Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto No. 47.223, de 24 de novembro de 1966**. Dispõe sobre a Fundação para o Livro Escolar.

SÃO PAULO (Estado). **Lei No. 10.403, de 06 de julho de 1971**. Reorganiza o Conselho Estadual de Educação.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto No. 52.811, de 06 de outubro de 1971**. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação

SÃO PAULO (Estado). **Decreto No. 7.510, 29 de janeiro de 1976**. Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar No. 180, de 12 de maio de 1978**. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto No. 23.575, de junho de 1985**. Aprova os Estatutos da Fundação para o Livro Escolar.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto No. 27.102, de 23 de junho de 1987**. Altera a denominação, amplia os objetivos da Fundação para o Livro Escolar e aprova os Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n. 40.673, de 16 de fevereiro de 1996**. Institui o Programa de Parceria Educação do Estado-Municípios para atendimento do Ensino Fundamental.

SÃO PAULO (Estado). **Lei No. 10.238 de 12 de março de 1999**. Altera a Lei n. 10.403, de 6 de julho de 1971

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Nº 57.141, de 18 de julho de 2011**. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas

SÃO PAULO (Estado). **Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo: 2015. Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,documento-indica-que-sp-usa-so-um-criterio-para-mudar-rede,10000002055 Acesso em: 01 ago.2016.

SÃO PAULO (Estado). **Censo Escolar: Estado de São Paulo - Informe 2014**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo: 2015. Disponível em:

http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/967.pdf Acesso em: 01 ago. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Gratificação pela Participação em Reuniões dos Órgãos de Deliberação – JETON. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, São Paulo: 07 fev 2019. Disponível em: http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Gratifica%C3%A7%C3%A3o_pela_Participa%C3%A7%C3%A3o_em_Reuni%C3%B5es_dos_%C3%93rg%C3%A3os_de_Delibera%C3%A7%C3%A3o_-_JETON Acessado em: 30 ago. 2019.

SASSAKI, Alex Hayato. **Desenvolvimento dos cursos de Econometria no Programa de Pós Graduação em Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SEE-SP [website] Marcos Antônio Monteiro é eleito novo presidente do Conselho Estadual de Educação. SEE-SP, São Paulo: 2005. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/marcos-antonio-monteiro-e-eleito-presidente-do-conselho-estadual-da-educacao/ Acessado em: 6 dez 18.

SEE-SP [website] Conselho Estadual de Educação define nova composição. SEE-SP, São Paulo: 2015. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/conselho-estadual-de-educacao-de-sp-define-nova-composicao/ Acessado em: 15 mar 19.

SEE-SP (Secretaria de Estado da Educação). **CIMA – Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional. Série Histórica Matrícula da Educação Bàsica do Estado de São Paulo1985, 1990, 1995, 2000 -2015**; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016 Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/671.pdf acessado em: 15. Ago. 2016. .

SEE-SP (Secretaria de Estado da Educação). **Educação implementará projeto contra a evasão e reprovação escolar** Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/noticia/sociedade/educacao-abre-consulta-publica-sobre-contrato-de-impacto-social-nesta-quinta-23/ Acessado em: 28 mar. 2018.

SEE-SP (Secretaria de Estado da Educação). **Governador anuncia programa de ações e convida a sociedade para compromisso pela educação**. São Paulo, 15 out. 2011. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governador-anuncia-programa-de-acoes-e-convida-a-sociedade-para-compromisso-pela-educacao/ Acessado em: 30 mai. 2018

SOUZA, Donaldo Bello; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: **A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out.-dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a02. Acesso em: 14 ago. 2016.

STARTSE. **Edtech: conheça um dos setores mais quentes do mercado de startups. 20 fev. 2018**. Disponível em: https://conteudo.startse.com.br/educacao/felipe/edtech-setores-mais-quentes-mercado-startups/ Acessado em: 30 mai. 2018.

STONE, Lawrence. **Prosopography. Daedalus.** Vol. 100, n. 1, p. 46-79. Cambridge: The MIT Press, 1971.

TJ-SP – Agravo de Instrumento: 1126475520118260000 SP 0112647-55.2011.8.26.0000, Relator: Ricardo Dip, Data de Julgamento: 13/06/2011, 11ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 15/06/2011 Acessado em: 08 jun. 2018.

TOLEDO, Luiz Fernando. **Juíza extingue ação contra reorganização escolar em São Paulo.** O Estado de São Paulo. São Paulo, 27 jul. 2016. Disponível em: http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,juiza-extingue-acao-contra-reorganizacao-escolar-em-sao-paulo,10000065352. Acessado em: 13 mar 2018.

USP DIGITAL. **Especialistas**. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/especialistas/especialistaObter?codpub=97A0B74B0A49. Acesso em: 17 fev. 2018.

APÊNDICE A:

Competências do Secretário da Educação, Secretário Adjunto e Chefe de Gabinete de acordo com os decretos de reorganização da Secretaria em 1976 e 2011.

Decreto N. 7.510, de 29 de janeiro de 1976: Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação	**Decreto Nº 57.141, de 18 de julho de 2011: Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas**
Artigo 131 - Ao Secretário da Educação, além de outras competências que lhe forem conferidas por lei ou decreto, compete: I - em relação ao Governado r e ao próprio cargo: a) propor a política e as diretrizes a serem adotadas pela Secretaria; b) submeter à apreciação do Governador projetos de lei e decreto; c) referendar os atos do Governador relativos à área de atuação de sua Pasta; d) manifestar-se sobre assuntos que devam ser submetidos ao Governador; e) propor a divulgação de atos e atividades da Pasta; f) designar os membros das Comissões da Pasta e do Colegiado do Grupo de Planejamento Setorial; g) criar comissões não permanentes; h) comparecer perante a Assembleia Legislativa ou suas comissões especiais de inquérito para prestar esclarecimentos, espontaneamente ou quando regularmente convocado; i) dirigir-se à Assembleia Legislativa em resposta a requerimentos ou indicações provenientes daquela Casa. II - em relação ás atividades gerais da Secretaria: a) administrar e responder pela execução dos programas de Educação de acordo com a política e as diretrizes fixadas pelo	Artigo 80 - O Secretário da Educação, além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem as seguintes competências: I - em relação ao Governador e a o próprio cargo: a) propor: 1. a política e as diretrizes a serem adotadas pela Secretaria; 2. a divulgação de atos e atividades da Secretaria; b) assistir o Governador no desempenho de sua s funções relacionadas com as atividades da Secretaria; c) submeter à apreciação do Governador, observadas as disposições do Decreto nº 51.704, de 26 de março de 2007: 1. projetos de leis ou de decretos que versem sobre matéria pertinente à área de atuação da Secretaria; 2. assuntos de interesse de unidades subordinadas ou do órgão e da entidade vinculados à Secretaria; d) manifestar-se sobre assuntos que devam ser submetidos ao Governador; e) referendar os atos do Governador relativos à área de atuação da Secretar ia; f) comparecer perante a Assembleia

Governador; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões e as ordens das autoridades superiores; c) expedir atos e instruções para a boa execução da Constituição do Estado, das leis e regulamentos, no âmbito da Secretaria; d) decidir sobre as proposições encaminhadas pelos dirigentes dos órgãos subordinados; e) delegar atribuições e competências, por ato expresso, aos seus subordinados; f) decidir sobre os pedidos formulados em grau de recurso; g) fixar a composição das Equipes Técnicas; h) fixar a área territorial das Divisões Regionais de Ensino da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo da Divisão Especial de Ensino do Vale do Ribeira e das Delegacias de Ensino; i) estimular o desenvolvimento profissional dos servidores da Pasta através da criação ou proposição de instrumentos julgados necessários; j) expedir as determinações necessárias para a manutenção da regularidade dos serviços; l) autorizar entrevistas de servidores da Secretaria da Educação, à imprensa em geral, sobre assuntos da Pasta; m) praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições ou competências dos órgãos, autoridades ou funcionários subordinados; n) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições de qualquer servidor, órgão ou autoridades subordinados; o) apresentar relatório anual dos serviços executados pela Pasta. III - em relação à administração de pessoal: a) autorizar a abertura de concurso para provimento de cargos do Quadro do Magistério;	Legislativa do Estado ou suas comissões especiais para prestar esclarecimentos, espontaneamente ou quando regularmente convocado; g) providenciar, observada a legislação em vigor, a instrução dos expedi entes relativos a requerimentos e indicações sobre matéria pertinente à Secretaria, dirigidos ao Governador pela Assembleia Legislativa do Estado; h) cumprir e fazer cumprir as leis, o s regulamentos e as decisões das autoridades superiores; II - em relação às atividades gerais da Secretaria: a) administrar e responder pela execução dos programas, projetos e ações da Secretaria, de acordo com a política e as diretrizes fixadas pelo Governador; b) fixar a área territorial de cada Diretoria de Ensino; c) expedir: 1. atos e instruções para a boa execução dos preceitos da Constituição do Estado, das leis e dos regulamentos, no âmbito da Secretaria; 2. as determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços; d) decidir sobre: 1. as proposições encaminhadas pelos dirigentes das unidades subordinadas e do órgão e da entidade vinculados à Secretaria; 2. os pedidos formulados em grau de recurso; e) avocar ou delegar atribuições e competências, por ato expresso, observada a legislação vigente;

b) admitir ou autorizar a admissão, bem como dispensar servidores nos termos da legislação pertinente; c) dar posse a funcionários que lhe sejam diretamente subordinados; d) proceder á lotação dos cargos e distribuição das funções, bem como à classificação e ao remanejamento do pessoal; e) autorizar a remoção de servidores no âmbito da Secretaria; f) autorizar a abertura de concurso de remoção; g) fixar o horário de trabalho dos servidores; h) designar servidor para o exercício d e substituição remunerada de cargo ou função imediatamente subordinado; i) aprovar a indicação ou designar substitutos de cargos ou funções de direção das unidades administrativas que lhe sejam diretamente subordinadas; j) aprovar a indicação ou designar servidores para responderem pelo expediente das unidades administrativas que lhe sejam diretamente subordinadas; l) designar servidores nos termos do artigo 28 da Lei n.10 .168, de 10 de julho de 1968, e conceder a gratificação "pro-labore" respectiva; m) promover funcionários; n) autorizar, cessar ou prorrogar afastamento a servidor para dentro do País; em missão ou estudo de interesse do serviço público; para participação em congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos; para participação em provas de competições desportivas, desde que haja requisição da autoridade competente; o) conceder gratificação a título de representação a servidores do seu gabinete; p) conceder a arbitrar ajuda de custo a servidores que, no interesse do serviço,	f) praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições ou competências das unidades, das autoridades ou dos servidores subordinados; g) designar: 1. servidor para responder pelo expediente da Chefia de Gabinete, nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Chefe de Gabinete da Secretaria; 2. os responsáveis pela Subsecretaria de Articulação Regional e pela Unidade de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo; 3. o responsável pela coordenação da Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP; 4. os membros do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e os integrantes de sua Equipe Técnica; 5. os membros do Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC; h) criar comissões não permanentes e grupos de trabalho; i) estimular o desenvolvimento profissional dos servidores d a Secretaria; j) autorizar: 1. entrevistas de servidores da Secretaria à imprensa em geral, sobre assuntos da Pasta; 2. a divulgação de assuntos da Secretaria, quando não tornados públicos em congressos, palestras, debates ou painéis; 3. a instalação e o funcionamento de estabelecimentos privados de ensino médio e fundamental; k) especificar os órgãos de que trata o inciso I

passarem a ter exercício em nova sede em território do Estado ou que forem incumbidos de serviço que os obrigue a permanecer fora da sede por mais de 30 (trinta) dias; q) autorizar o pagamento de diárias a servidores; r) exonerar, a pedido, funcionário ocupante de cargo em comissão; s) ordenar a prisão administrativa de servidor, até 90 (noventa) dias, e providenciar a realização do processo de tomada de contas; t) prorrogar suspensão preventiva d e servidor até 90 (noventa) dias; u) determinar a instauração de processo administrativo ou de sindicância; v) determinar providências para instauração de inquérito policial; x) aplicar pena de repreensão e suspensão, até 90 (noventa) dia s, bem como converter em multa, pena de suspensão por ele aplicada. IV - em relação à administração de material e patrimônio: a) expedir normas para aplicação das multas a que se referem o Artigo 65 e o inciso I do Artigo 66 da Lei n. 89, de 27 de dezembro de 1972; b) autorizar o recebimento de doações de bens móveis. V - em relação à administração financeira e orçamentária: a) baixar, no âmbito da Secretaria da Educação, norma s relativas á administração financeira e orçamentária, de acordo com orientação dos órgãos centrais; b) aprovar as propostas orçamentárias elaboradas pelas unidades orçamentárias; c) submeter, à aprovação da autoridade competente, a proposta orçamentária da Pasta; d) autorizar, mediante resolução, a distribuição de recursos orçamentários para as unidades de despesa.	do artigo 32 deste decreto; l) apresentar relatório anual das atividades da Secretaria; m) aprovar os planos, programas e projetos da entidade vinculada à Secretaria, face às políticas básicas traçadas pelo Estado no setor; n) definir as unidades junto às quais atuarão os Núcleos de Expediente, os Núcleos de Armazenamento e os Núcleos de Adiantamento; III - em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, as previstas nos artigos 23, 24, inciso I, e 39 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008; IV - em relação aos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária, as previstas no artigo 12 do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970; V - em relação ao Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados, as previstas no artigo 14 do Decreto nº 9.543, de 1º de março de 1977; VI - em relação à administração de material e patrimônio: a) as previstas: 1. nos artigos 1º, 2º, 3º e 5º do Decreto nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelos Decretos nº 33.701, de 22 de agosto de 1991, nº 34.544, de 14 de janeiro de 1992, e nº 37.410, de 9 de setembro de 1993; 2. no artigo 3º do Decreto n º 47.297, de 6 de novembro de 2002; b) autorizar: 1. a transferência de bens, exceto imóveis, inclusive para outras Secretarias de Estado;

VI - em relação à administração dos transportes internos motorizados: a) encaminhar proposições aos órgãos centrais, relativas á fixação, alteração e programa anual de renovação da frota; criação, extinção, instalação e função de postos e oficinas; registro de carro de servidores e de veículos locado para prestação de serviço público; b) baixar normas, no âmbito da Secretaria, para a frota, oficinas e garagens.	2. o recebimento de doações de bens móveis e serviços, sem encargos; 3. a locação de imóveis; c) decidir sobre a utilização de próprios do Estado.
	Do Secretário Adjunto Artigo 81 - O Secretário Adjunto, além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem, em sua área de atuação, as seguintes competências: I - responder pelo expediente da Secretaria, nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Titular da Pasta; II - representar o Secretário, quando for o caso, junto a autoridades e órgãos; III - assessorar o Secretário no desempenho de suas funções.
Artigo 132 - **Ao Chefe do Gabinete** e aos Coordenadores, em suas respectivas áreas de atuação, além das competências previstas nos incisos II e III do Artigo 136 e de outras que lhes forem conferidas por lei ou decreto, compete: I - em relação às atividades gerais: a) propor, ao Secretário da Educação, o programa de trabalho e as alterações que se fizerem necessárias; b) zelar pelo cumprimento dos prazos fixados para o desenvolvimento dos trabalhos; c) responder, conclusivamente, ás consultas formuladas pelos órgãos da administração pública sobre assuntos de sua competência; d) pedir informações a órgãos da	Artigo 82 - **O Chefe de Gabinete** além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem, em sua área de atuação, as seguintes competências: I - em relação às atividades gerais: a) assessorar o Secretário no desempenho de suas funções; b) propor ao Secretário o programa de trabalho e as alterações que se fizerem necessárias; c) coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas; d) baixar normas de funcionamento das unidades subordinadas;

administração pública; e) decidir os pedidos de «vista» de processos. II - em relação à administração de pessoal: a) propor a admissão, requisição ou nomeação de pessoal; b) admitir e dispensar servidores nos termos da legislação pertinente; c) dar posse a funcionários que lhes sejam diretamente subordinados a nomeados para cargos em comissão, de direção e chefia das unidades subordinadas; d) designar servidor para o exercício de substituição remunera da; e) aprovar a indicação ou designar substitutos de cargos ou funções de direção, chefia ou encarregatura das unidades administrativas subordinadas; f) aprovar a indicação ou designar servidores para responderem pelo expediente das unidades administrativas subordinadas; g) autorizar ou prorrogar a convocação de servidores para a prestação de serviços extraordinários; h) encaminhar, ao Secretário da Educação, propostas de designações de servidores nos termos do Artigo 28, da Lei n. 10.168, de 10 de julho de 1968; i) decidir, nos casos de absoluta necessidade dos serviços, sobre a impossibilidade de gozo de férias regulamentares; j) autorizar o gozo de férias não usufruídas no exercício correspondente; l) autorizar, cessar ou prorrogar afastamento de servidor, para dentro do País e por prazo não superior a 30 (trinta) dias: em missão ou estudo de interesse do serviço público; para	e) responder às consultas e notificações formuladas por órgão s da administração pública sobre assuntos de sua competência; f) solicitar informações a outros órgãos e entidades da administração pública; g) encaminhar papéis, processos e expedientes diretamente aos órgãos competentes para manifestação sobre os assuntos neles tratados; h) decidir sobre pedidos de certidões e vista de processos; i) criar comissões não permanentes e grupos de trabalho; j) autorizar estágios em unidades subordinadas; II - em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, as previstas nos artigos 29 e 30 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008; III - em relação à administração de material e patrimônio: a) as previstas: 1. nos artigos 1 º e 2º do Decreto nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterados pelo Decreto nº 33.701, de 22 de agosto de 1991, quanto a qualquer modalidade de licitação; 2. no artigo 3º do Decreto nº 47.297, de 6 de novembro de 2002; b) assinar editais de concorrência; c) autorizar: 1. a transferência de bens móveis entre as unidades da estrutura básica da Secretaria; 2. mediante ato específico, autoridades subordinadas a requisitarem transporte de material por

participação em congresso e outros certames culturais, técnicos ou científicos; para participação em provas de competições desportivas desde que haja requisição de autoridade competente; m) autorizar o pagamento de diárias, a servidores, até 30 (trinta) dias; n) autorizar o pagamento de transporte a servidores; o) requisitar passes de transporte aéreo até o máximo de 3 (três) por mês, para servidor a serviço dentro do País; p) autorizar, por ato específico, as autoridades que lhes são subordinadas, a requisitar transporte de pessoal por conta do Estado, observadas as restrições legais vigentes; q) determinar a instauração de processo administrativo ou de sindicância; r) ordenar a prisão administrativa de servidor, até 60 (sessenta) dias, providenciar a realização do processo de tomada de contas; s) ordenar ou prorrogar suspensão preventiva de servidor até 60 (sessenta) dias; t) determinar providências para instauração de inquérito policial; u) aplicar pena de repreensão e suspensão, limitada a 60 (sessenta) dias, bem como converter em multa, pena de suspensão por eles aplicada. III - em relação à administração de material e patrimônio: a) autorizar a transferência de bens móveis; b) decidir sobre assuntos referentes a concorrências, podendo: autorizar sua abertura ou dispensa; designar a comissão julgadora de que trata o Artigo 38 da Lei n. 89, de 27 de dezembro de 1972, exigir, quando julgar conveniente, a prestação de garantia; homologar a	conta do Estado; 3. a locação de imóveis; d) decidir sobre a utilização de próprios do Estado; IV - em relação à tecnologia da informação, indicar o gestor de banco de dados dos sistemas sob sua responsabilidade. Parágrafo único - Ao Chefe de Gabinete compete, ainda: 1. responder pelo expediente da Secretaria nos impedimentos simultâneos, legais e temporários, bem como ocasionais, do Titular da Pasta e do Secretário Adjunto; 2. substituir o Secretário Adjunto em seus impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais.

adjudicação; anular ou revogar a licitação e decidir os recursos; autorizar a substituição, a liberação e a restituição da garantia; autorizar a alteração do contrato, inclusive a prorrogação de prazo; designar servidor ou comissão para recebimento do objetivo de contrato; autorizar a rescisão administrativa ou amigável do contrato; aplicar penalidade, exceto a de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; c) decidir sobre a utilização de próprio s do Estado; d) autorizar, por ato específico, as autoridades que lhes são subordinadas a requisitar transporte de material por conta do Estado. Parágrafo único - O Chefe do Gabinete tem, também, as competências previstas neste artigo em relação aos demais órgãos diretamente subordinados ao Secretário da Educação, exceto as previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso I e nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "h" e "i" do inciso II, que cabem aos dirigentes dos respectivos órgãos. Artigo 133 - Ao Chefe do Gabinete compete, ainda, responder pelo expediente da Secretaria da Educação nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Titular da Pasta.	

APÊNDICE B: RELAÇÃO DE MEMBROS DO CEE-SP POR TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO (DE 1995 A 2018)

Membros com mais de 6 anos de mandato	Anos de Conselho
Francisco Carbonari	21
Mauro Aguiar	21
Hubert Alquéres	21
Bernardete Gatti	18
Suzana Tripoli	18
Arthur Filho	18
Sonia Penin	17
Pedro Kassab	15
Sonia Alcici	15
José Azanha	15
Décio Machado	14
Marcos Monteiro	14
Neide Cruz	13
Francisco Poli	12
Ângelo Cortelazzo	12
João Filho	12
Roque Júnior	11
Cleide Bochixio	10
Francisco Cordão	9
Luiz Magalhães	9
Mário Filho	9
Rose Neubauer	9
Guiomar Melo	9
Maria Carbonari	9
Maria Storópoli	9
Sylvia Gouvêa	9
Ana Mantovani	8
Ana Restani	8
Eduardo Júnior	8
Leni Walendy	8
Maria Castro	7

Membros com 4 a 6 anos de mandato	Anos de Conselho
Melânia Torre	6
Marília Lopez	6
Priscila Ribeiro	6
Luís Menezes	6
Marisa Lajolo	6
Luiz Dante	6
Nina Ranieri	6

Frances Alves	6
Elmara Coraucci	6
Márcio Cardim	6
Dárcio Novo	6
Fábio Saba	6
Ghisleine Silveira	6
Custódio Pereira	6
José Jardilino	6
Rosangela Chede	6
Laura Laganá	6
Eliana Asche	6
Jair Neto	6
João Meneses	6
Joaquim Campos	6
Severiano Neto	6
Maria Jens	6
João Rodas	6
Francisco Moraes	6
Marilena Malvezzi	6
Zilma Oliveira	6
João Junqueira	5
Antonio Pasquini	5
Sérgio Júnior	5
José Camargo	5
Leila Ferreira	5
André Caetano	4
Maria Cistia	4
Amarílis Sério	4
Arlete Scotto	4
Ulysses Netto	4

Membros com até 3 anos de mandato	Anos de Conselho
Nelson Callegari	3
Denys Marsiglia	3
Jacintho Junior	3
Eliana Amaral	3
Carmen Maia	3
Luis Dante	3
Heraldo Vianna	3
Agnelo Moura	3
Eduardo Storópoli	3
Luiz Castro	3
Martin Grossman	3
José Couto	3
Nacim Chieco	3

Eunice Durham	3
Olga Sá	3
Marcos Bassi	3
Andraci Atique	3
Fábio Carvalho	3
Rute Casati	3
Maria Camargo	3
Débora Blanco	3
Ana Mariotti	3
Wander Soares	3
Farid Mauad	3
Yugo Okida	3
José Filho	3
Milton Linhares	3
Flávio Moraes	3
Claudio Salomão	3
Maria Raveli	3
Nilton Silva	3
Maria Setubal	3
Claudio Souza	3
Maria Vasconcelos	3
Raquel Serbino	3
Mariléa Vianna	3
Iraíde Barreiro	3
Francisco Arten	3
Rubens Machado	3
Marileusa Fernandes	3
Antonio Neves	3
Bah Aur	3
Silvia Gouvêa	3
Thiago Matsushita	3
Antônio Matias	3
Vagner Oliva	3
Leila Iannone	3
Vera Raphaelli	3
Mario Daher	3
Vera Placco	3
Mario Filho	3
Walter Vicioni	3
Alvaro Vantine	3
Carlos Cruz	3
Edgar Decca	3
Margarida Rocha	2
Silvia Ruedas	2
Nara Nonato	2

Maria Vedovato	2
Roberto Leme	2
Suely Maia	2
Pollyana Santos	2
Eraldo Franzese	2
Maria Araújo	2
Dom Garcia	2
Wolmer Pianca	2
Gilberto Pierobon	2
Laércio Albarici	2
Edson Kai	2
Francisco Neto	2
Artur Macedo	1
Ada Grinover	1

APÊNDICE C: MATRIZ DE INSTITUIÇÕES A QUE OS CONSELHEIROS SELECIONADOS ESTÃO LIGADOS.

Rótulos de Linha	Bernardete Gatti	Rose Neubauer	Guiomar Mello	Arthur Filho	Francisco Cordão	Maria Castro	Pedro Kassab	Mário Filho	Hubert Alquéres	Mauro Aguiar	Eduardo Júnior	José Azanha	Maria Carbonari	Francisco Carbonari	Sylvia Gouvêa	Roque Júnior	Leni Walendy	Marcos Monteiro	Ana Restani	Suzana Tripoli	Neide Cruz	Ângelo Cortelazzo	Sonia Penin	Cleide Bochixio	João Filho	Décio Machado	Luiz Magalhães	Francisco Poli	Maria Storópoli	Sonia Alcici	Ana Mantovani	Total Geral
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1	1	1	1						1	1			1		1							1	1				1	1	1	14
Universidade de São Paulo	1	1	1			1	1		1		1	1				1							1		1		1					12
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo		1				1			1			1					1				1			1								7
Universidade Estadual de Campinas						1		1					1	1					1			1										6
Ministério da Educação		1				1		1							1	1							1									6
Academia Paulista de Educação	1	1	1		1		1		1																							6
Conselho Nacional de Educação		1	1	1	1	1									1																	6
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1							1					1						1													4
Fundação Carlos Chagas	1	1	1																		1											4
Todos pela Educação			1		1	1																	1									4
Instituto Protagonistés		1								1														1								3
Partido da Social Democracia Brasileira			1						1						1																	3
Ordem Nacional do Mérito Educativo			1		1	1																										3
Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais			1								1					1																3
Fundação Padre Anchieta					1				1													1										3
Fundação Getúlio Vargas							1			1											1											3
Assembleia Legislativa de São Paulo			1						1									1														3
Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.		1	1						1																							3
Universidade Presbiteriana Mackenzie																1							1									2
Universidade Taubaté																				1										1		2
Centro de Educação Tecnológica Paula Souza																		1				1										2
Prefeitura Municipal de São Paulo		1															1															2
Associação Nacional de Educação		1	1																													2
Colégio Bandeirantes LTDA									1	1																						2
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultu	1																				1											2
Fundação do Desenvolvimento Administrativo		1																									1					2
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo									1									1														2
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São	1	1																														2
Banco Interamericano de Desenvolvimento		1	1																													2
Universidade Federal de São Carlos	1	1																														2
HMR Participações		1							1																							2
Fundação Mário Covas										1										1												2
Associacao Brasileira de Estabelecimentos de Ensi				1						1																						2
Total Geral	**31**	**30**	**23**	**20**	**19**	**17**	**17**	**16**	**16**	**15**	**14**	**14**	**14**	**12**	**12**	**10**	**9**	**9**	**8**	**7**	**7**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**5**	**4**	**4**	**3**	**2**	**365**
Total Sub	8	16	13	3	6	7	3	3	10	5	3	3	2	1	4	4	3	3	2	2	4	3	4	3	2	0	2	0	1	2	1	123

APÊNDICE D: TABELA DE DADOS SOBRE A FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS POR INSTITUIÇÃO, TIPO DE INSTITUIÇÃO, ÁREA E NÍVEL.

Nome	Instituição	Nome Instituição Por Extenso	Área	Cidade	Instância	Nível
Ana Luísa Restani	UAM	Faculdade Anhembi Morumbi	Gestão Sucesso Escolar	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Ana Luísa Restani	FIMI	Faculdades Integradas Maria Imaculada	Psicopedagogia	Mogi Guaçu	Privado	Pós Lato Sensu
Ana Luísa Restani	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Educação	Campinas	Privado	Licenciatura
Ana Luísa Restani	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Gestão Educacional	Campinas	Privado	Pós Lato Sensu
Ana Luísa Restani	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Psicologia Educacional	Campinas	Estadual	Pós Lato Sensu
Ana Maria Mantovani	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Ângelo Luiz Cortelazzo	CERMAV	Centre de Recherches sur les Macromolecules Vegetales	Biologia	Grenoble	Internacional	Pós Doc
Ângelo Luiz Cortelazzo	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Biologia	Campinas	Estadual	Graduação
Ângelo Luiz Cortelazzo	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Biologia	Campinas	Estadual	Pós Stricto Sensu
Ângelo Luiz Cortelazzo	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Biologia	Campinas	Estadual	Pós Stricto Sensu
Arthur Fonseca Filho	FADI	Faculdade de Direito de Sorocaba	Direito	Sorocaba	Municipal	Graduação
Arthur Fonseca Filho	FAFI	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba	Filosofia	Sorocaba	Municipal	Graduação
Arthur Fonseca Filho	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Supervisão Escolar	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Bernardete Gatti	UM	Universidade de Montreal	Educação	Montreal	Internacional	Pós Doc

Bernardete Gatti	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
Bernardete Gatti	UEP	Universidade do Estado da Pensilvânia	Educação	Pensilvânia	Internacional	Pós Doc
Bernardete Gatti	UPD	Universidade Paris-Diderot	Educação	Paris	Internacional	Pós Stricto Sensu
Cleide Baub Eid Bochixio	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Supervisão Escolar	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Cleide Baub Eid Bochixio	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Administração Escolar	São Paulo	Privado	Graduação
Décio Lencioni Machado	CEU LAW SCHOOL	Centro de Extensão Universitária Law School	Direito	São Paulo	Privado	Pós Graduação
Décio Lencioni Machado	Mackenzie	Universidade Mackenzie	Direito	São Paulo	Privado	Graduação
Eduardo Martines Júnior	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito	São Paulo	Privado	Graduação
Eduardo Martines Júnior	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito	São Paulo	Privado	Mestrado
Eduardo Martines Júnior	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito	São Paulo	Privado	Doutorado
Eduardo Martines Júnior	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Economia	São Paulo	Privado	Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Educação	N.D.	N.D.	Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Educação	N.D.	N.D.	Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Educação	N.D.	N.D.	Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Direito	N.D.	N.D.	Pós Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Direito Educacional	N.D.	N.D.	Pós Graduação
Francisco Antonio Poli	N.D.	Informação Não Disponível	Direito Penal	N.D.	N.D.	Pós Graduação
Francisco Cordão	FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mogi das Cruzes	Educação	São Paulo	Municipal	Graduação
Francisco Cordão	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Teologia	São Paulo	Privado	Graduação
Francisco Cordão	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Teologia	São Paulo	Privado	Licenciatura
Francisco José Carbonari	FFNSM	Faculdade de Filosofia Nossa	Filosofia	São Paulo	Privado	Graduação

		Senhora Medianeira				
Francisco José Carbonari	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Educação	Campinas	Estadual	Pós Stricto Sensu
Guiomar Namo de Mello	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Psicologia Educacional	São Paulo	Privado	Mestrado
Guiomar Namo de Mello	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Filosofia da Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Guiomar Namo de Mello	UL	Universidade de Londres	Educação	Londres	Internacional	Pós Doc
Guiomar Namo de Mello	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
Hubert Alquéres	IMT	Instituto Mauá de Tecnologia	Engenharia	São Paulo	Privado	Graduação
Hubert Alquéres	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
João Cardoso Palma Filho	UNFIEO	Centro Universitário Faculdades Integradas de Osasco	Educação	São Paulo	Privado	Graduação
João Cardoso Palma Filho	FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política	Ciências Sociais	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
João Cardoso Palma Filho	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
João Cardoso Palma Filho	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
João Cardoso Palma Filho	USP	Universidade de São Paulo	Direito	São Paulo	Estadual	Graduação
João Cardoso Palma Filho	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Pós Doc
João Cardoso Palma Filho	UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	História Natural	São Paulo	Estadual	Graduação
José Mário Pires Azanha	IEA	Instituto de Educação Anhanguera	Educação	São Paulo	Estadual	Técnico
José Mário Pires Azanha	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
José Mário Pires Azanha	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Leni Mariano Walendy	FCLRP	Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Pires	Educação	Ribeirão Pires	Privado	Graduação
Leni Mariano Walendy	FCLRP	Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Pires	Orientação Escolar	Ribeirão Pires	Privado	Pós Lato Sensu
Leni Mariano Walendy	FFCLSCS	Faculdade de Filosofia Ciências	Administração Escolar	São Caetano	Privado	Pós Lato Sensu

		e Letras de São Caetano do Sul		do Sul		
Leni Mariano Walendy	FFCLSCS	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Caetano do Sul	Supervisão Escolar	São Caetano do Sul	Privado	Pós Lato Sensu
Leni Mariano Walendy	FATEA	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila	Educação Artística	Lorena	Privado	Graduação
Leni Mariano Walendy	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	História e Filosofia da Educação	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Luiz Eduardo C Magalhães	USP	Universidade de São Paulo	Física	São Paulo	Público	Graduação
Marcos Antônio Monteiro	N.D.	Informação Não Disponível	Administração	N.D.	N.D.	Graduação
Marcos Antônio Monteiro	N.D.	Informação Não Disponível	Gestão Pública	N.D.	N.D.	Pós Lato Sensu
Maria Cristina Storópoli	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	Brasília	Privado	Pós Stricto Sensu
Maria Elisa Carbonari	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Letras	São Paulo	Privado	Graduação
Maria Elisa Carbonari	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Letras	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Maria Elisa Carbonari	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Letras	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Maria Elisa Carbonari	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Maria Elisa Carbonari	UNIMARCO	Universidade São Marcos	Administração Escolar	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Maria Helena G de Castro	UG	Universidade de Grenoble	Ciência Política	Grenoble	Internacional	Pós Stricto Sensu
Maria Helena G de Castro	USP	Universidade de São Paulo	Ciências Sociais	São Paulo	Estadual	Graduação
Maria Helena G de Castro	USP	Universidade de São Paulo	Ciência Política	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Maria Helena G de Castro	USP	Universidade de São Paulo	Ciência Política	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Mário Vedovello Filho	ETQI-OC	Escola Técnica de Química Industrial Oswaldo Cruz SP	Química	São Paulo	Privado	Técnico
Mário Vedovello Filho	PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Odontologia	Campinas	Privado	Graduação

Mário Vedovello Filho	UL	Universidade de Lisboa	Odontologia	Lisboa	Internacional	Graduação
Mário Vedovello Filho	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Odontologia	Campinas	Estadual	Pós Stricto Sensu
Mário Vedovello Filho	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Odontologia	Rio de Janeiro	Federal	Pós Stricto Sensu
Mauro de Salles Aguiar	FDC	Fundação Dom Cabral	Educação	Fontainebleau	Privado	Pós Lato Sensu
Mauro de Salles Aguiar	FGV	Fundação Getúlio Vargas	Educação	São Paulo	Privado	Graduação
Neide Cruz	N.D.	Fundação Getúlio Vargas	Educação	São Paulo	Privado	Graduação
Neide Cruz	N.D.	Informação Não Disponível	Educação	N.D.	N.D.	Pós Lato Sensu
Neide Cruz	N.D.	Informação Não Disponível	Educação	N.D.	N.D.	Pós Lato Sensu
Pedro Salomão José Kassab	USP	Universidade de São Paulo	Medicina	São Paulo	Estadual	Graduação
Roque Theophilo Júnior	Mackenzie	Colégio Mackenzie	Educação	São Paulo	Privado	Médio
Roque Theophilo Júnior	Mackenzie	Escola Americana - Ginásio Mackenzie	Educação	São Paulo	Privado	Fundamental
Roque Theophilo Júnior	USAL	Universidad de Salamanca	Direito	Salamanca	Federal	Pós Stricto Sensu
Roque Theophilo Júnior	USP	Universidade de São Paulo	Direito	São Paulo	Privado	Graduação

Roque Theophilo Júnior	MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Engenharia	São Paulo	Privado	Graduação
Roque Theophilo Júnior	MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Direito Político, Administrativo e Financeiro	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu
Roque Theophilo Júnior	MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Administração	São Paulo	Privado	Graduação
Roque Theophilo Júnior	MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Direito	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Rose Neubauer	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Psicologia da Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Rose Neubauer	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Psicologia da Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Rose Neubauer	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
Sonia Aparecida Alcici	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Sonia Aparecida Alcici	UT	Universidade Taubaté	Educação	Taubaté	Municipal	Graduação
Sonia Teresinha Penin	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Graduação
Sonia Teresinha Penin	USP	Universidade de São Paulo	Orientação Escolar	São Paulo	Estadual	Pós Lato Sensu
Sonia Teresinha Penin	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Sonia Teresinha Penin	USP	Universidade de São Paulo	Educação	São Paulo	Estadual	Pós Stricto Sensu
Suzana Guimarães Tripoli	UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo	Educação em Saúde	São Paulo	Federal	Pós Stricto Sensu
Suzana Guimarães Tripoli	UT	Universidade Taubaté	Educação	São Paulo	Privado	Pós Stricto Sensu
Sylvia Figueiredo Gouvêa	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação	São Paulo	Privado	Graduação
Sylvia Figueiredo Gouvêa	PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Psicologia Clínica	São Paulo	Privado	Pós Lato Sensu

APÊNDICE E: QUADROS DE PERFIS DOS CONSELHEIROS DESTACADOS

Rose Neubauer

Teresa Roserley Neubauer da Silva

Nasceu em 18 de fevereiro de 1945, em São Paulo, capital.

1963-1964 Professora no Grupo Escolar Heróis da FEB no bairro Parque Novo Mundo
1964-1967 Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo
1975-1978 Mestrado em Psicologia da Educação na PUC de São Paulo, apresentando sua dissertação com o título: "Responsabilidade pelo sucesso e fracasso escolar em crianças: estudo crítico da fidedignidade e da validade preditiva de uma escala de medida" sob a orientação de Antonieta Marília de Oswald de Andrade .
1984-1988 Doutorado pela PUC de São Paulo, sob a orientação de Bernardete Angelina Gatti, na área de Educação, em Psicologia da Educação, tese: "Conteúdo curricular e organização da educação básica: a experiência paulista"
1965-1966, Bolsista no Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho[22]
1972-1975 Docente no ensino superior na Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta (FCLPA)
1977-1978 Docente no Curso de Metodologia de Pesquisa I na UFSCar, sob a coordenação de Bernardete Gatti.
1975-1976 Pesquisadora auxiliar na Fundação Carlos Chagas no Departamento de Pesquisas Educacionais
1976-2003 Pesquisadora sênior na Fundação Carlos Chagas
1981-1981 Assessora na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo[23]
1982-1982 Assessora na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
1983-1985 Chefe de gabinete na Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo[24]
1984-1986 Diretora da Fundação para o Livro Escolar (FLE)[25].
1984-1988 Doutorado em Educação na PUC-SP sob orientação de Bernardete Angelina Gatti[26]
1985-1987 Professora assistente concursada na Faculdade de Educação da USP.
1986-1986 Consultoria sobre projetos da administração descentralizada para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP),

---

[22] Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho Órgão de pesquisa em educação fundado em 1956 por uma Lei Federal e extinto em 1975, funcionava como parte da estrutura do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que era dirigido por Anísio Teixeira e subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MORAES, 2016).

[23] Na gestão do secretário Luiz Ferreira Martins e do Prefeito Reinaldo de Barros, que foi membro do partido da Aliança Renovadora Nacional ou ARENA23 (até 1980) e depois, do Partido Democrático Social (PDS)23, eleito pelo Governador Paulo Maluf.

[24] Sob a gestão da então secretária Guiomar Namo de Mello e do prefeito Mario Covas

[25] A Fundação para o Livro Escolar foi instituída em outubro de 1962 pelo Governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto e transformada em autarquia estadual em 1966 pelo governador Laudo Natel. Suas principais atribuições envolviam a edição de obras didáticas por meio de contratos com editoras privadas especializadas, a venda subsidiada dos livros, a criação de concursos e premiação de autores destes livros, e a promoção de pesquisas e estudos sobre o livro didáticos em relação a aspectos pedagógicos, econômicos e comerciais (SÃO PAULO, ESTADO, 1962, 1966). Em 1985, o governador Franco Montoro vinculou a FLE à Secretaria da Educação, a partir de uma proposta da Diretoria endossada pelo então secretário da educação Paulo Renato Souza. (SÃO PAULO, ESTADO, 1985). Em 1987, no governo de Orestes Quércia, e na gestão do secretário da educação Chopin Tavares de Lima, a Fundação para o Livro Escolar passou a ser denominada Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e continua em pleno funcionamento até os dias atuais como um órgão vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, ESTADO, 1987; FDE, 2018).

[26] No Doutorado, apresentou a tese intitulada "Conteúdo curricular e organização da educação básica: a experiência paulista".

1986-1986 Assessora no Senado Federal
1988-2010 Parecerista no CNPq.
1985-1986 Membro do Conselho Estadual de Educação
1987-1990 Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp)
1989-1990 Consultora da SEE-SP
1995-2001 Secretária da Educação do Estado de São Paulo
2001-2004 Conselheira no Conselho Nacional de Educação (parte no período do governo Fernando Henrique Cardoso e parte no governo Lula)
2002-2008 Sócia no Instituto de Protagonismo Jovem - Protagonistés
2004-2006 Sócia na Instituição Educacional Terra da Uva – Faculdade Japi
2007-2010 Sócia na empresa do ramo imobiliário HMR Participações
2009-Atual Membro do Conselho Estadual de Educação
2009-2009 Coordenadora executiva no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, Estados Unidos[27].
2018-2018 Coordenadora de Cursos EAD na Editora Pearson
2018-2018 Redatora da Base Nacional Comum Curricular no MEC
2018-Atual Conselheira e Associada à Fundação Todos pela Educação

Títulos:
Medalha do Mérito em Gestão Educacional Anísio Teixeira
2000 Medalha da Ordem do Mérito da Educação pela Secretaria Municipal de Educação
2006 Titular da cadeira 13 na Academia Paulista de Educação
2002 Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Câmara Municipal de São Paulo

Nomeações:
Secretária:
1995-2001 Governo Mario Covas
Conselheira:
2009 Governador José Serra
2011 Governador Geraldo Alckmin
2015 Governador Geraldo Alckmin

[27] Também Guiomar Namo de Mello, segundo sua página oficial na internet, trabalhou em 1990 e 1991 na elaboração de projetos para obtenção de investimento do Banco Mundial para o Nordeste e Minas Gerais, exercendo no BID e no Banco Mundial o cargo de Especialista Sênior de Educação de 1993 a 1996: "em ambas instituições gerenciou ou assessorou a preparação de projetos de investimento do setor público em educação na Argentina, Paraguai, Equador, Uruguai e Bolívia" (NAMODEMELLO, 1998).

Bernardete Gatti

Bernardete Angelina Gatti

Nasceu em 3 de maio de 1941, em Matão, São Paulo.
1947-1953 Estudante no Grupo Escolar Estadual José Inocêncio da Costa - Matão
1954-1958 Estudante na Escola Normal Estadual de Matão e na Escola Técnica de Comércio
1959-1961 Professora efetiva no ensino primário estadual de São Paulo
1959-1961 Estudante de Graduação em Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP
1961-1963 Estudante de curso de especialização em Educação e Estatística na FFCL da USP
1962-1969 Orientadora educacional no Colégio de Aplicação da USP
1964-1984 Professora de Estatística no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP
1966-1985 Docente na Graduação da Faculdade de Educação da USP
1968-1972 Estudante de Doutorado, com bolsa do governo francês, em Psicologia na Université de Paris-VII Denis-Diderot, Paris, França (orientador: Paul Arbousse-Bastide)
1973-1973 Estudante de Pós Doutorado na Universidade da Pensilvânia, EUA.
1972-2011 Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, ocupando diversos cargos até o de diretora vice-presidente da instituição.
1974-1974 Estudante de Pós doutorado na Universidade de Montreal, Canadá
1975-1979 Docente na UFSCar
1978-1978 Docente na Universidade Paris 1 Sorbonne, França
1978-2006 Docente na PUC-SP
1984-1987 Membro da Comissão especial do CNPq para a área de Desenvolvimento Social e Educação
1986-2007 Docente da Pós Graduação em Educação e Psicologia da Educação da PUC-SP
1986-2018 Parecerista na CAPES
1988-1990 Assessora no Ministério da Educação (MEC) para definição e pré-teste de avaliação do desempenho de estudantes da educação básica.
1988-1992 Membro do Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (FUNBEC).
1988-1988 Membro de Comitê Científico na International Development Research Centre, Ontario, Canadá
1990-2004 Membro de Comitê Científico na Editora da PUC-SP
1989-1993 Presidente da área de Educação da CAPES
1990-2018 Membro de Conselho Científico na Revista Psicologia
1991-1992 Consultora da UNESCO
1991-1993 Consultora Técnico Científica na UNICEF
1995-2001 Membro do CEE-SP
1996-1999 Membro da Comissão Consultiva da Avaliação da Educação Básica do MEC.
1996-2001 Membro do CEE-SP, Presidente da Câmara de Educação Superior e presidente do Conselho.
1996-Atual Editora da Revista de Educação Pública
1997-Atual Parecerista da FAPESP
2001-Atual Instituidora e membro da Fundação Mario Covas
2001-2003 Membro de Conselho Científico do Portal Educarede Fundação Telefónica/Vivo (EDUCAREDE)
2001-2004 Membro de Comissão no Instituto Internacional de Pesquisa Em Educação da UNESCO, em Buenos Aires, Argentina
2003-2007 Membro do Conselho da ONG Ação Educativa e Observatório da Educação[28]

[28] ONG que realizou o levantamento, em 2012 dos perfis dos conselheiros nomeados para o CEE-SP e colocou em questionamento a alta representatividade do setor privado da educação em relação à escassez de representantes do setor público, e a presença nula de docentes e de pais de alunos.

2003-2004 Membro de Comitê Científico da UNESP
2006-2009 Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
2004-2004 Membro da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral - ENADE do INEP/MEC
2006-2010 Membro do Conselho Consultivo do Inep.
2006-2018 Parecerista na Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)
2008-2008 Membro da Comissão Científica do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR-EDUCERE e III Congresso IberoAmericano sobre Violências nas Escolas - CIAVE
2008-2011 Coordenadora da Revista Brasileira de Estudos pedagógicos (RBPE).
2010-2012 Conselho Científico da Diretoria da Associação Brasileira de Avaliação da Educação (ABAVE)
2010-Atual Coordenadora da Revista de Estudos em Avaliação Educacional da Fundação Carlos Chagas
2008-2009 Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Brasília, DF.
2013-Atual Membro do CEE-SP
2014-2014 Membro de Comitê Científico da PUC-Campinas

Outras atuações, sem data informada:
Professora primária em escola estadual da Fazenda Virgínia (Matão – SP)
Professora primária em escola estadual do Educandário (Carapicuíba)
Orientadora educacional do Colégio de Aplicação da USP
Orientadora no Instituto Municipal de Educação e Pesquisa (IMEP)
Docente aposentada da USP
Áreas de Pesquisa são: Formação de Professores, Avaliação Educacional e Metodologias da Investigação Científica
Fontes:
http://www.apedu.org.br/site/2010/11/11/cadeira-no-27/
http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoab/bernardete-angelina-gatti
http://lattes.cnpq.br/9474403645007597
https://issuu.com/grupoautentica/docs/bernardete_a._gatti_-_educadora_e_p

Títulos:
1989 Pesquisadora Emérita do Inep (distinção)
1994 Cavaleira da Ordem Nacional do Mérito Educativo do MEC
2000 Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Educativo do MEC
2007 Titular da Cadeira No. 27 da Academia Paulista de Educação (APE)
2016 Medalha da Ordem do Mérito Caetano de Campos da Secretaria Estadual de Educação

Nomeações para o CEE-SP:
1995 Governador Mario Covas
1998 Governador Mario Covas
2013 Governador Geraldo Alckmin
2016 Governador Geraldo Alckmin

Guiomar Namo de Mello

Guiomar Namo de Mello

Nasceu em 1943, em Piracicaba, São Paulo
Ensino Básico com bolsa no Instituto Educacional Piracicabano (particular)
1962-1966 Graduação em Educação na USP
1979 Mestrado em Educação na PUC-SP
1981 Doutorado em Educação na PUC-SP
1991 Pós Doc no Instituto de Educação da Universidade de Londres
1971-1981 Professora na Graduação da PUC-SP
1975 – 1981 Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas
1982-1985 Secretária Municipal de educação de São Paulo, gestão Mário Covas
1982-1983 Coeditora da revista ANDE
1986-1990 Deputada estadual em São Paulo pelo PMDB
1992-1994 Especialista Sênior em Educação para The World Bank - BIRD, South America 1 Department – Assembleia nacional da África do Sul, projetos de investimento em educação para Paraguai e Equador.
1994-1996 Especialista Sênior em Educação para The Interamerican Development Bank – BID, Departamento de Políticas Sociais
1997-2006 Diretora Executiva da Fundação Victor Civita
2001-Atual Instituidora e membro da Fundação Mario Covas
2004-2006 Sócia na Instituição Educacional Terra da Uva – Faculdade Japi
1997-2003 Membro do Conselho Nacional de Educação
1988 Fundação do partido PSDB
2008 Sócia e diretora da Escola Brasileira de Professores (EBRAP)

Títulos:
2016 Titular da cadeira 2 na Academia Paulista de Educação

Nomeações:
2011 Governador Geraldo Alckmin
2014 Governador Geraldo Alckmin
2017 Governador Geraldo Alckmin

Hubert Alquéres

Hubert Alquéres

Graduação em Engenharia no Instituto Mauá de Tecnologia
Graduação em Física na Universidade de São Paulo

1981-Atual	Diretor e vice-presidente do Colégio Bandeirantes
1995-2002	Secretário adjunto de Rose Neubauer na SEE-SP.
1989-2018	Membro Fundador do Partido da Social Democracia Brasileira
1995-2002	Secretário Adjunto na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
2003-2011	Presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
2003-2011	Secretário na Secretaria de Comunicação do Estado de São Paulo
2004-2007	Sócio na Instituição Educacional Terra da Uva S/C Ltda.
2004-2004	Conselheiro no PSDB
2006-2012	Coordenador de Campanha do PSDB (Governador José Serra)
2010-2018	Vice-Presidente de Comunicação na Câmara Brasileira do Livro
2013-2018	Sócio na Editora Edições de Janeiro LTDA
2007-2010	Sócio na empresa do ramo imobiliário HMR Participações
2019-Atual	Conselheiro na Fundação Padre Anchieta

Títulos:
2017 Titular da cadeira 29 na Academia Paulista de Educação
Membro Benemérito da Academia Paulista de Educação

Nomeações:

1998	Governador Mario Covas
2001	Governador Geraldo Alckmin
2004	Governador Geraldo Alckmin
2007	Governador José Serra
2010	Governador Alberto Goldman
2013	Governador Geraldo Alckmin
2016	Governador Geraldo Alckmin

Mauro de Salles Aguiar

Mauro de Salles Aguiar

Graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas
Pós Graduação na Fundação Dom Cabral e INSEAD – Campus de Fontainebleu

1966-2018	Sócio do Colégio Bandeirantes LTDA
1996-2018	Presidente Colégio Bandeirantes LTDA
2002-2018	Sócio do Instituto Protagonistés
2002-2008	Sócio do Instituto Protagonistés
2006-2018	Conselheiro do David Rockefeller Center/Harvard no Brasil
2010-2018	Sócio na empresa Blam Participações LTDA
2011-2018	Conselheiro na Associação Alumni
2011-2018	Sócio na Bcmd Material Didático S.A.
	Membro da Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Particular
	Conselheiro da Associação Parceria Contra as Drogas
	Membro do Conselho de Empresários da América Latina
	Presidente da Faculdade de Tecnologia Bandeirantes

Títulos:

2015	Título de Cidadão Paulistano

Nomeações:

1999	Governador Mário Covas
2002	Governador Geraldo Alckmin
2005	Governador Geraldo Alckmin
2008	Governador José Serra
2011	Governador Geraldo Alckmin
2018	Governador Marcio França

Maria Helena Guimarães de Castro

Maria Helena Guimarães de Castro

1977-1980		Estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo
1981-1984		Pesquisador no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UNICAMP
1982-1987		Mestrado em Ciências Políticas na Universidade de São Paulo
1983-1983		Pesquisador no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UNICAMP
1983-1984		Membro do Conselho de Desenvolvimento Social de Campinas
1983-1984		Presidente Estadual da União dos Dirigentes Municipais de Educação
1983-1985		Diretora da Universidade Estadual de Campinas
1983-1994		Pesquisadora na Universidade Estadual de Campinas
1984-1984		Presidente Nacional da União dos Dirigentes Municipais de Educação
1984-2009		Pesquisadora na Universidade Estadual de Campinas
1985-2010		Professora na Universidade Estadual de Campinas
1985-2019		Professora na Universidade Estadual de Campinas
1986-1986		Pesquisadora na Universidade Estadual de Campinas
1986-1987		Diretora da Universidade Estadual de Campinas
1986-1993		Conselheira na Universidade Estadual de Campinas
1987-1988		Pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas
1988-1992		Diretora da Universidade Estadual de Campinas
1989-1989		Estudante de pré-doutorado na Universidade de Grenoble, França
1989-1992		Diretora da Universidade Estadual de Campinas
1989-1992		Conselheira na Universidade Estadual de Campinas
1992-1994		Presidente da Secretaria Municipal de Educação
1993-1994		Conselheira do Ministério da Educação
1993-1994		Diretora da Secretaria Municipal de Educação de Campinas
1994-1994		Conselheira no Ministério da Educação
1994-1994		Conselheira no Ministério da Educação
1995-1996		Diretora do Conselho no Ministério da Educação
1995-2002		Secretária no Ministério da Educação
2003-2006		Secretária na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
2005-2009		Estudante de doutorado na Universidade de São Paulo (interrompido)
2006-2006		Secretária na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Des. Econômico
2006	2019	Professora na Universidade Estadual de Campinas
2007	2007	Secretária na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
2007	2009	Secretária na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
2012	2016	Diretora Executiva na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
2016	2018	Secretária no Ministério da Educação
		Sócio Fundador Fundação Todos pela Educação

Títulos:
Titular da Cadeira no. 33 da Academia Paulista de Educação
2018 Grande Oficial Ordem Nacional do Mérito Educativo

Nomeações:
Secretária:
2007-2009 Governador José Serra
Conselheira:
2009 Governador José Serra
2012 Governador Geraldo Alckmin
2015 Governador Geraldo Alckmin